

CENTRALIDADES PERIFÉRICAS

O DIREITO À CIDADE EM ÁREAS NÃO CENTRAIS
UM ESTUDO DE CASO EM CAMPO GRANDE, MS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E
URBANISMO E GEOGRAFIA

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

GEOVANA RODRIGUES FERNANDES

CENTRALIDADES PERIFÉRICAS
o direito à cidade em áreas não centrais
um estudo de caso em Campo Grande, MS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade
das Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e
Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso
do Sul para a obtenção do título de bacharel em
Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Julio Cesar Botega do Carmo

CAMPO GRANDE, MS - 2024



ATA DA SESSÃO DE DEFESA E AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)
DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA
FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA - 2024-2

Ao quinto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se presencialmente a Banca Examinadora, sob Presidência do Professor Orientador **Julio Cesar Botega do Carmo**, para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em acordo aos dados descritos na tabela abaixo:

DATA, horário e local da apresentação	Nome do(a) Aluno(a), RGA e Título do Trabalho	Professor(a) Orientador(a)	Professor(a) Avaliador(a) da UFMS	Professor(a) Convidado(a) e IES
05 de dezembro de 2024 Horário - de 9h20 às 10h40 min Auditório Jurandir Nogueira - FAENG/UFMS	Geovanna Rodrigues Fernandes (RGA 2019.2101.055-0) Tema: Centralidades Periféricas: o direito à cidade em áreas não centrais, um estudo de caso em Campo Grande, MS	Júlio Cesar Botega do Carmo	Cynthia Souza	Raína Menezes (PLANURB)

Após a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso pela acadêmica, os membros da banca examinadora teceram suas ponderações a respeito da estrutura, do desenvolvimento e produto acadêmico apresentado, indicando os elementos de relevância e os elementos que couberam revisões de adequação (relacionadas em anexo).

Ao final a banca emitiu o **CONCEITO A** para o trabalho, sendo **APROVADO**.

Ata assinada pela Professora Orientadora e homologada pela Coordenação de Curso e pela Presidente da Comissão de TCC.

Campo Grande, 07 de dezembro de 2024.

Prof. Dr. Julio Cesar Botega do Carmo
Prof. Orientador do TCC

Prof.a Dra. Helena Rodi Neumann
Coordenadora do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (FAENG/UFMS)

Prof. Dra. Juliana Couto Trujillo
Presidente da Comissão do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar Botega do Carmo, Professor do Magistério Superior**, em 07/12/2024, às 13:28, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Couto Trujillo, Professora do Magistério Superior**, em 07/12/2024, às 16:17, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Helena Rodi Neumann, Professora do Magistério Superior**, em 09/12/2024, às 11:40, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5305702** e o código CRC **FBF747D7**.

FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.033813/2021-56

SEI nº 5305702

à Deus,
pelos caminhos abertos e pela permissão de chegar até aqui.

aos meus pais, Douglas e Simone,
pela minha vida, por me amarem e por me permitirem sonhar.

à minha irmã, Jhulyana,
por trazer sentido para tudo.

às minhas avós, Carmem e Maria, e aos meus padrinhos, José e Vera,
por me moldarem e formarem quem sou.

ao Lucas e Natalia,
pelo amor e apoio em todos esses anos.

à Eminny e Rafael,
por me ensinarem, há mais de uma década, sobre amizade e cumplicidade.

à Beatriz, Isabel, Helisa e Julia,
por me darem algo tão bonito, precioso e duradouro.

à Eduarda, Thayrones e Valeska,
por serem a melhor família que eu poderia ter ganhado.

à Larissa,
por ter trazer companheirismo e leveza para um período tortuoso.

aos meus professores, em especial ao Julio,
pelo conhecimento, paciência e ternura.

à todos,
que, de alguma forma, colaboraram para que esse trabalho fosse possível.

RESUMO

O trabalho busca analisar o direito à cidade dentro do município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Para tal, serão realizadas discussões sobre espaços públicos e urbanismo social, alinhadas à questão de centralidades e subcentros, pois, estes são elementos primordiais para compreender como funciona a cidade e como se dão as principais relações que tangem este estudo, sendo elas entre o urbano e o indivíduo e entre o urbano e o coletivo, uma vez que a cidade trabalha tanto em escalas individuais quanto em massas. Inicialmente, o trabalho apresenta o aporte teórico sobre os fundamentos que foram descritos, para que haja o entendimento de como os mesmos atuam na cidade, formulando assim respostas sobre como a população ocupa a cidade, a partir do que lhe é oferecido, mas também como a população poderia se apropriar do local se o desenho urbano fosse utilizado de forma ideal em uma cidade, atingindo o seu potencial máximo. Posteriormente, o âmbito histórico foi estudado para entender como se deram as regiões centrais em Campo Grande e como esse estabelecimento perdura até os dias atuais, privilegiando certas áreas e prejudicando que alguns cidadãos, principalmente aqueles que residem em bairros localizados em zonas periféricas do município, tenham acesso aos mesmos serviços e espaços quando comparados aos que residem na zona central. Com o aporte teórico apresentado, foram realizados recortes na cidade para escolher em qual área deveria se instalar o projeto arquitetônico e urbanístico de uma subprefeitura, isto é, um local que tenha a infraestrutura necessária para receber espaços públicos destinados ao lazer, cultura esporte, saúde, educação e ao social, com o objetivo principal de atender a população local, principalmente aquela que reside no entorno imediato de onde for localizado o projeto. Para isto, foi escolhido como principal determinante as Zonas de Centralidade, estabelecidas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande. Assim, para que uma área pudesse receber o projeto em questão, se faz necessário que ela esteja inserida em uma Zona de Centralidade. Com o projeto, espera-se obter um local que ajude Campo Grande a se tornar cada vez mais uma cidade igualitária.

Palavras-chave: cidade, espaços públicos, urbanismo social, centralidades, centros, subcentros, Campo Grande.

ABSTRACT

This paper seeks to analyze the right to the city in the municipality of Campo Grande, Mato Grosso do Sul. For this purpose, discussions will be held on public spaces and social urbanism, aligned with the issue of centralities and sub-centers, as these are key elements for understanding how the city works and how the main relationships that touch on this study take place, namely between the urban and the individual and between the urban and the collective, since the city works on both individual and mass scales. Initially, the paper presents the theoretical background on the fundamentals that have been described, so that there is an understanding of how they act in the city, thus formulating answers on how the population occupies the city, based on what is offered to them, but also how the population could appropriate the place if urban design were used optimally in a city, reaching its maximum potential. Subsequently, the historical framework was studied to understand how the central regions in Campo Grande were established and how this establishment continues to this day, privileging certain areas and hindering some citizens, especially those who live in neighborhoods located on the outskirts of the municipality, from having access to the same services and spaces when compared to those who live in the central zone. With all of the theoretical contribution presented, cut-outs were made in the city to choose in which area the architectural and urban project of a subprefecture should be installed, that is, a place that has the necessary infrastructure to receive public spaces for leisure, culture, sport, health, education and social services, with the main objective of serving the local population, especially those living in the immediate vicinity of where the project is located. The main determinant for this was the Centrality Zones, established by Campo Grande's Urban Environmental Development Master Plan. Thus, in order for an area to receive the project in question, it must be located in a Centrality Zone. With the project, we hope to obtain a place that will help Campo Grande become an increasingly egalitarian city.

Keywords: city, public spaces, social urbanism, centralities, centers, subcenters, Campo Grande.

LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE TABELAS	10
INTRODUÇÃO	12
JUSTIFICATIVA	13
OBJETIVOS	14
METODOLOGIA	15

01. O DIREITO À CIDADE: espaços públicos como um bem de todos

16

1.1 as consequências da industrialização na cidade	17
1.2 as definições de espaços públicos	20
1.3 urbanismo social	24
1.4 quando os espaços públicos encontram o urbanismo social	32

02. O ESPAÇO PÚBLICO em Campo Grande

37

2.1 sobre centralidades, centros e subcentros	38
2.2 o desenvolvimento do espaço público em Campo Grande	51

03. ESTUDOS DE CASO E JUSTIFICATIVA DE ÁREA

64

3.1 estudos de caso	65
3.1.1 RUA DA CIDADANIA - CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA (CIC)	65
3.1.2 UNIDADE DE VIDA ARTICULADA (UVA) EL PARAÍSO	69
3.1.3 CENTRO COMUNITÁRIO PILARES AZCAPOTZALCO	72
3.2 justificativa da área	76

04. PROJETO

84

4.1 análise da área	85
4.2 plano de necessidades, plano de massas e fluxograma	91
4.3 plantas, cortes, elevações e volumetrias	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	133

FIGURA 1 - Pré industrialização, Inglaterra.
FIGURA 2 - Dudley Street, Londres.
FIGURA 3 - O Centro da Cidade Industrial
FIGURA 4 - Esquema de espaços públicos
FIGURA 5 - Urbanismo Social
FIGURA 6 - Esquema de urbanismo social
FIGURA 7 - Arte da série “Profecias”, de Randolpho Lamonier
FIGURA 8 - Biblioteca Parque España
FIGURA 9 - Unidade de Vida Integrada El Paraíso.
FIGURA 10 - Sistema Metro Cable, Medellín.
FIGURA 11 - Escadas Rolantes, Medellín.
FIGURA 12 - Compaz e Entorno, Recife.
FIGURA 13 - Vista Superior Compaz, Recife.
FIGURA 14 - Campo de Futebol, Paraisópolis, São Paulo.
FIGURA 15 - Renda de São Paulo
FIGURA 16 - Clubes em São Paul
FIGURA 17 - Clubes da Comunidade em São Paulo
FIGURA 18 - Espaços Culturais em São Paulo
FIGURA 19 - Teatro e Cinema em São Paulo
FIGURA 20 - Museus em São Paulo
FIGURA 21 - População atendida pelas praças em São Paulo

FIGURA 22 - Renda de Campo Grande
FIGURA 23 - Crescimento em radial.
FIGURA 24 - Processo de centralização
FIGURA 25 - Subcentro
FIGURA 26 - Primeira Planta de Campo Grande, 1909.
FIGURA 27 - Feira livre na área do Mercado Público
FIGURA 28 - Jardim público
FIGURA 29 - 14 de Julho
FIGURA 30 - Relógio na 14 de Julho
FIGURA 31 - Uso do solo em Campo Grande, 1941.
FIGURA 32 - Esquema de Campo Grande
FIGURA 33 - Visão interna Contêineres da Rua da Cidadania
FIGURA 34 - Visão externa da Rua da Cidadania.
FIGURA 35 - Setorização da Rua da Cidadania.
FIGURA 36 - Cortes esquemáticos da Rua da Cidadania.
FIGURA 37 - Sistema estrutural da Rua da Cidadania.
FIGURA 38 - Entorno da UVA El Paraíso.
FIGURA 39 - Setorização da UVA El Paraíso.
FIGURA 40 - Cobertura da UVA El Paraíso.
FIGURA 41 - Sistema estrutural da UVA El Paraíso.
FIGURA 42 - Visão externa do Centro Comunitário Pilares Azcapotzalco.

FIGURA 43 - Visão externa do Centro Comunitário Pilares Azcapotzalco.
FIGURA 44 - Visão interna do Centro Comunitário Pilares Azcapotzalco.
FIGURA 45 - Visão externa do Centro Comunitário Pilares Azcapotzalco.
FIGURA 46 - Centralidades de Campo Grande - MS
FIGURA 47 - Centralidades e Terminais de Campo Grande - MS
FIGURA 48 - Rua da Cidadania-Regional Boa Vista
FIGURA 49 - Rua da Cidadania do Carmo
FIGURA 50 - Centralidades e equipamentos públicos de Campo Grande MS
FIGURA 51 - Parques, praças e áreas potenciais de Campo Grande MS
FIGURA 52 - Serviços Administrativos em Campo Grande
FIGURA 53 - Distância da prefeitura para o Jardim América Zona de centralidade do bairro escolhido
FIGURA 54 - Espaços culturais em Campo Grande
FIGURA 55 - Parque de exposições Laucídio Coelho
FIGURA 56 - Espaços esportivos em Campo Grande
FIGURA 57 - Campo de futebol
FIGURA 58 - Localizações
FIGURA 59 - Zona de centralidade do bairro escolhido

FIGURA 60 - Terrenos escolhidos para projeto
FIGURA 61 - Equipamentos comunitários propostos
FIGURA 62 - Mapa
FIGURA 63 - Uso e ocupação do solo do bairro escolhido
FIGURA 64 - Terreno 01
FIGURA 65 - Terreno 02
FIGURA 66 - Terreno 03
FIGURA 67 - Terrenos
FIGURA 68 - Fluxograma
FIGURA 69 - Plano de massas
FIGURA 70 - Rua da Cidadania - Regional Boa Vista

TABELA 1 - Critérios considerados na escolha do terreno

TABELA 2 - Índices Urbanísticos Zona Urbana 3

TABELA 3 - Número de vagas dos estacionamentos

TABELA 4 - Índices Urbanísticos Zona Urbana 3

TABELA 5 - Plano de Necessidades

LISTA DE TABELAS

00.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

INTRODUÇÃO

No decorrer da história e até os dias atuais, o ser humano segue buscando um modo de se relacionar com a cidade que seja saudável e crie um sentimento de pertencimento. Alguns elementos urbanos são de total importância para que este objetivo seja alcançado, visto que é impossível que indivíduo acesse a cidade se a mesma não desempenhar um papel democrático. Os espaços públicos e as centralidades são alguns dos que compõem o corpo da cidade em busca da equidade.

Inúmeros são os lugares onde a concentração de renda e a desigualdade social ditam o modo que cada pessoa vai viver, o que restringe o direito à cidade da grande maioria das pessoas e, uma vez que é direito, deve ser garantido. Por isso, um dos objetivos para este estudo é mostrar o quão discrepante pode ser a realidade de duas

regiões de um mesmo município quando comparadas.

Assim, se só existe investimento e atenção governamental em áreas onde o poder aquisitivo é maior, continuaremos a repetir um ciclo vicioso que perdura desde o começo da urbanização, onde os menos afortunados não desfrutam do lazer, da cultura e do esporte, são distanciados dos serviços administrativos e recebem pouca infraestrutura quando comparados aos outros. As consequências deste tipo de comportamento são negativas e variadas, de modo que elas saem do âmbito pessoal e atingem também o coletivo, pois se a população não ocupa as ruas, as cidades acabam morrendo, resultado da falta de concentração e interação humana, em um mundo que cada vez mais prioriza o particular e o pessoal, se preocupando com suas casas

mas não o conjunto que elas constituem.

Aqui, visamos promover uma reflexão crítica sobre a distribuição espacial dos recursos urbanos e os direitos dos cidadãos à cidade. Ao focar nas centralidades periféricas, este trabalho reforça a importância de considerar todas as áreas urbanas no planejamento e na gestão das cidades, almejando a criação de espaços urbanos mais justos e inclusivos.

As análises aqui apresentadas pretendem argumentar que é impossível formar uma cidade justa sem olhar para as minorias e atender o que elas precisam, pois uma vez que estas estiverem satisfeitas, os grupos restantes que formam a comunidade também estarão. Assim, indicamos dados que mostram que nem todos tem como vivenciar experiências básicas que

deveriam ser universais e que não há dignidade nisto. Portanto, mostramos também soluções que poderiam ser adotadas pela iniciativa pública e privada, aproximando o cidadão da cidade e oferecendo uma boa vivência do local a partir da democratização do acesso à tudo que a cidade pode oferecer.

Então, a melhor forma encontrada para obter os resultados esperados veio a partir do projeto de uma subprefeitura, visto que este espaço pode alocar serviços públicos, dos mais variados usos, além das secretarias municipais, em conjunto com um complexo esportivo e um centro cultural, possuindo como maior benefício a proximidade ao morador local, visto que não estará alocado em uma região que já oferece estes serviços.

JUSTIFICATIVA

A escolha do tema do presente estudo pode ser justificada por experiências pessoais que compõem um cenário comunitário. O idealismo de não se contentar com uma cidade que, em algumas áreas, não atende os habitantes de forma satisfatória e a busca por um local que oferecesse as mesmas oportunidades a todos os cidadãos, sejam estes residentes do centro ou de áreas afastadas. Por conseguinte, a cidade escolhida para análise neste Trabalho de Conclusão de Curso foi Campo Grande, Mato Grosso do Sul, por ser onde a autora reside.

O direito à cidade deve ser assegurado a todo e qualquer cidadão. Com isto em mente, as cidades deveriam ser projetadas com o propósito de garantir que cada indivíduo conseguisse fazer uso de espaços públicos de administração, lazer, esporte, cultura, educação e saúde. Mesmo que o acesso seja garantido, é preciso certificar que o modo que se dá este acesso seja justo, pois para que a ocupação da cidade ocorra, é necessário analisar outros fatores, como o tempo de deslocamento e energia gasta neste processo, pois não é pertinente que um cidadão possa se deslocar à pé tendo o tempo de transporte reduzido para chegar a um local, enquanto outro indivíduo dependa exclusivamente do transporte público, onde provavelmente o tempo se deslocando será consideravelmente maior. Temos então que, para garantir o direito à cidade para cada cidadão, é imprescindível olhar para todos os componentes que formam este direito, mesmos os menores e garantir que eles vão estar em pleno funcionamento. Uma maneira de obter este tipo de cidade, que parece distante e ideal, é pela aplicação das ideias do urbanismo social, que defende, de um jeito mais específico, as ideias aqui apresentadas. Dessa forma, as cidades devem ser pensadas para os mais frágeis e os menos favorecidos dentro da nossa sociedade, porque se eles estiverem seguros, todo o resto também estará.

Assim, quando observamos as análises realizadas na capital do

estado, juntamente com o histórico do local, nos deparamos com desafios significativos relacionados ao uso do solo, distribuição de centralidades, e à presença de vazios urbanos em um território extenso, que carece de uma ocupação mais eficiente e funcional. A cidade, apesar de sua grande extensão territorial, enfrenta dificuldades em integrar diferentes áreas, tanto no que diz respeito à infraestrutura quanto ao acesso a serviços essenciais, o que agrava a desigualdade social e econômica.

Dentro de tudo aquilo que compõem a cidade, além dos espaços públicos, encontramos também as centralidades, centros e subcentros. É importante se aprofundar neste tópico porque eles são particularmente relevantes para Campo Grande, que necessita de uma reorganização de seu tecido urbano para combater a dispersão e os vazios urbanos. As centralidades são vistas como pontos estratégicos que podem dinamizar a economia local, aumentar o adensamento populacional e diversificar o uso do solo, tornando a cidade mais eficiente e acessível para seus habitantes. A implantação de subcentros regionais é fundamental para atingir esses objetivos.

Assim, este trabalho busca não apenas compreender a realidade atual de Campo Grande, mas também propor soluções que possam servir para transformar o espaço urbano da cidade, sempre com o foco na melhoria da qualidade de vida urbana e na redução das desigualdades sociais.

Com isto, este trabalho consegue expor como o cotidiano de cada um pode ser afetado dependendo da região onde reside, fazendo com que um urbano bem trabalhado só exista na realidade dos mais favorecidos socialmente e, a partir disso, apresenta aquilo que pode auxiliar a mudar esta situação, levando a urbanidade para todos e atestando que todos podem usá-la.

OBJETIVOS

Este trabalho divide seus objetivos em: Objetivos Gerais e Objetivos Específicos, detalhados a seguir:

objetivos gerais

O objetivo geral deste trabalho é desenvolver um projeto arquitetônico e urbanístico de uma subprefeitura na região do Anhanduizinho, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, visando assim tornar o município mais justo, tornando o acesso aos serviços básicos, como lazer, cultura, esporte, educação e saúde mais igualitário. Além disso, também pretende mudar a concentração do local onde for implantado, atraindo a população do local e, conseqüentemente, aumentando a densidade da região.

objetivos específicos

- 1 Entender como e quando iniciaram-se as alterações nas cidades e em como os habitantes se relacionam com ela, analisando as mudanças no que diz respeito à distribuição das áreas do município e a concentração de pessoas nesses espaços;
- 2 Oferecer o aporte teórico para que se torne possível compreender como os espaços públicos devem funcionar e o que eles devem oferecer para cada indivíduo e para cada comunidade;
- 3 Identificar e mapear os espaços públicos na cidade de estudo e analisar se os mesmos atendem toda a população ou se são destinados somente para uma parcela dos cidadãos;
- 4 Apresentar soluções caso o cenário encontrado seja o que os espaços públicos não atendem de forma satisfatória a população, principalmente aquela alocada em áreas periféricas e, com táticas do urbanismo social, tentar aproximar os habitantes e a cidade;
- 5 Impulsionar uma mudança no tecido urbano a partir do projeto pensado assim obter uma transformação social na cidade de Campo Grande, abrangendo os âmbitos de lazer, esporte, cultura, saúde e educação do local.

METODOLOGIA

A fim de desenvolver um projeto arquitetônico e urbanístico de uma subprefeitura em Campo Grande, este trabalho realizou uma pesquisa centrada no município em questão para agrupar e reunir informações sobre os espaços públicos da cidade, com a finalidade de quantificar e qualificar os mesmos. Além disso, foram analisadas as centralidades da cidade para que fosse possível compreender qual a situação atual da população no que diz respeito ao acesso aos serviços públicos, relacionando sempre com a distância entre estes o local e o cidadão.

Dessa forma, a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho foi de caráter qualitativo, com base na pesquisa bibliográfica e documental, além de uma análise comparativa de estudos de caso. A escolha da área de estudo foi orientada por critérios definidos a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA), considerando a importância das zonas de centralidade para promover o adensamento populacional e o acesso igualitário aos serviços públicos. Os dados levantados foram organizados em etapas, abrangendo desde a seleção e análise dos elementos urbanos até a proposta arquitetônica e urbanística, com o objetivo de solucionar a demanda de uma subprefeitura que contempla espaços públicos multifuncionais.

O desenvolvimento do projeto também envolveu visitas in loco para uma melhor compreensão do contexto físico e social da área selecionada, alinhando os dados coletados com as diretrizes teóricas levantadas ao longo da pesquisa. A análise dos estudos de caso serviu como base para a formulação das estratégias arquitetônicas, levando em consideração as necessidades da população local e os desafios da área urbana em questão.

01.

Este capítulo visa adentrar a discussão sobre o direito à cidade e como o mesmo influencia o acesso à cultura. Para isso, serão apresentados temas que permitam e facilitem o entendimento do todo, bem como o cenário atual da cidade e a sua relação com o usuário, além de direitos individuais que, conjuntamente, constituem o direito à cidade.

O DIREITO À CIDADE ————— ————— espaços públicos como um bem de todos

as consequências da industrialização na cidade

1.1

Mesmo que a cidade exista antes da industrialização, não há como negar que após esse processo foi restabelecido um novo modelo com funcionalidades completamente distintas do que se vivia até então.

Das inúmeras mudanças que o âmbito industrial trouxe para a sociedade, uma das principais é a sua relação com a urbanização, onde foram designados dois papéis: o indutor e o induzido. O primeiro, atribuído à industrialização, gera na cidade - que neste caso é o induzido, questões relacionadas à falta de planejamento do seu crescimento, além do surgimento de uma nova realidade urbana, que consequentemente altera individual e coletivamente o modo de viver, gerando dúvidas sobre os espaços e usos da cidade, com as questões relacionadas ao lazer e à cultura ganhando

cada vez mais importância (LEFEBVRE, 1968).

Durante o período sucessor da industrialização, que também datou o desaparecimento da maioria das cidades antigas na Europa ocidental, os núcleos urbanos foram definidos como novos centros, que passaram a receber riquezas pelo comércio. Por consequência, esses se tornaram os locais onde ocorriam a vida social e política, além de acumular obras de arte, monumentos, técnicas e riquezas (LEFEBVRE, 1968). Essa condição reflete nos dias atuais, uma vez que na cidade de Campo Grande encontramos um cenário próximo a esse, onde a população mais periférica é afastada de espaços e locais que são destinados a tornar a sociedade parte da cidade.



Todavia, a centralização não se limitou somente aos núcleos urbanos, mas também se expandiu para o poder centralizado, o qual é chamado de Estado que, por sua vez, acabou gerando o que chamamos de capital, isto é, uma cidade que sobressai às outras. A esses dois quesitos acrescenta-se também um terceiro, nesse caso, a sociedade (LEFEBVRE, 1968).

Mesmo com o entendimento de que a partir

da formação dos termos Estado, Cidade e Sociedade, as cidades começaram a funcionar de forma mais individual, algumas características acabaram permanecendo, sendo uma delas o senso de comunidade. Esse caráter gera um sentimento de pertencimento na população, visto que passa a impulsionar a luta de classes a partir de assembleias comunitárias. Então, inicia-se uma disputa política e social entre diferentes grupos que acabam rivalizando a forma

em que veem a cidade, onde a aristocracia se justifica aos mais pobres gastando em edifícios, palácios e festas, enquanto os mais desafortunados percebem o contraste entre riqueza e pobreza, além de perderem a ideia de criação e criatividade a partir do momento que a opressão foi trocada pela exploração (LEFEBVRE, 1968). Assim, encontra-se com facilidade nos dias atuais visões diversas de uma mesma cidade, principalmente se olharmos

os pontos de vista de diferentes classes sociais. Em tese, essas percepções diferentes acabam gerando um sentimento de não pertencimento à cidade, sobretudo naqueles que pertencem a classes sociais inferiores.

A industrialização precisou ser retratada aqui para dissecar as mudanças urbanas que vieram com ela, entretanto, em Campo Grande, que é a cidade de estudo deste trabalho não sofreu tanto influência deste processo quando comparada a cidades maiores. Neste caso, uma das maiores influências para a formação de áreas periféricas do município foi a problemática de moradia para classes com o poder aquisitivo menor, logo, aqueles de menor renda se afastam do centro para ter direito à habitação.



FIGURA 3
O Centro da Cidade Industrial
Fonte: Urbanidades, 2008.

as definições de espaços públicos

1.2

Principais elementos deste estudo, os espaços públicos conseguem formar a relação entre o habitante e a cidade, então a partir deles pode-se obter resultados que ditam a qualidade de vida e garantem o futuro do local. Com isso em mente, é racional caracterizar os espaços públicos da seguinte forma:

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida (CARLOS, 2007, p. 22).

O assunto aqui abordado não se limita somente aos campos de arquitetura e urbanismo, porém se estende a todo o campo de ciências sociais. Por isso, o espaço pode ser considerado como

um produto no âmbito filosófico, entretanto não desempenha o papel de mercadoria mas sim de instrumento, visto que a partir do seu funcionamento temos a produção das relações sociais (LEFEBVRE, 1976). Com esse produto como base, é mais fácil obter uma cidade que produza relações sociais, destinadas a reproduzir a vida e, conseqüentemente, a sociedade, mantendo o equilíbrio e garantindo o futuro. Justamente por isso, os espaços públicos não devem ser limitados somente a um lugar quando são analisados, visto que eles ultrapassam a barreira do materialismo e se tornam um possibilitador, neste caso, de encontros.

Os espaços públicos ganharam, ao longo dos anos, várias definições que passam sob diferentes percepções e pontos de vista. Nesse momento, discutiremos aquelas que abrangem o

tópico de vida pública e social urbana. De acordo com Caldeira (2000), esses locais, que são o centro da discussão, recebem alguns elementos urbanos para que possam cumprir o seu papel na cidade, tais como ruas abertas com a presença de circulação livre, o que resulta em encontros que não necessariamente precisam ser compostos por pessoas do mesmo grupo social, ou seja, são encontros impessoais e anônimos. Quando esses eventos deixam de acontecer, como consequência dos espaços projetados atualmente, nós nos deparamos com cidades que acentuam ainda mais a desigualdade, separando de mais uma forma as classes e diminuindo a diversidade.

Sob esse aspecto, se compreende com certa facilidade que o público e a cidade, aquilo que necessariamente precisa ser tangível a todos, não pode ser

pensado somente para o benefício de um determinado grupo que coleciona as mesmas características. Deve, portanto, ser um local onde seja possível que as diferenças não ganhem destaque e se submetam às regras da civilidade, ignorando afinidades sociais e políticas (GOMES, 2002).

Vale ressaltar que os encontros abordados até o momento se caracterizam como eventos impessoais, desta forma não tem obrigação de gerar relações profundas, mas sim de permitir ações como o diálogo, a observação e a presença em um mesmo território. Assim, é no período moderno, pós desenvolvimento do capitalismo, que encontramos as transformações do espaço público, pois o mesmo perde a função de possibilitador de encontros impessoais e se associa do sistema que, anteriormente reconhecia sua

desigualdade dentro da cidade.

Entretanto, por mais que o cenário da modernidade no Brasil não tenha completado seu ciclo, é possível observar que os locais para cidadãos não oferecem tantos benefícios para a sociabilidade, seu papel principal. Isto é, estão mais voltados para o funcionamento como locais transitórios e de passagem, do que como locais que permitem a discussão, os olhares e os passos (MARTINS, 1994). Assim sendo, no nosso país, os espaços públicos não atingem seu potencial e nem tem a sua funcionalidade completa e, talvez por isso, as pessoas não entendam a sua total importância e a urgência de resgatá-los, visto que não existe a condição da população sentir falta daquilo que nunca lhes foi oferecido.

Como consequência, dentro desse espectro, a

análise pode ser realizada pensando da seguinte forma:

A cidade como produto e condicionante da reprodução da sociedade, da reprodução da vida, das relações sociais que se manifestam na prática socioespacial, ou seja, o espaço construído e modificado, no dia-a-dia, nas ações cotidianas, no uso e na apropriação que dele se faz e, ao mesmo tempo, o espaço influenciando essa cotidianidade. (SOBARZO, 2006, p 2).

FIGURA 4
Esquema de espaços públicos
Fonte: Elaborado pela autora. 2024.



Para Carlos (2001), os espaços públicos podem resultar de três tipos diferentes de produção, sendo elas a dominação política, a acumulação do capital e a realização da vida humana. O primeiro é

percebido dentro do poder municipal e as suas conjuntas às elites, além da análise de como essa junção influencia não somente no âmbito público mas também no privado. Diferente disso, a acumulação de capital é descrita como o desuso dos antigos bens produzidos e consumidos pela cidade, por influência de novos produtos imobiliários. Por fim, o último modo de produção abrange os locais onde é possível desfrutar do lazer, da circulação, do consumo e da convivência.

Observando as transformações dos espaços públicos, é possível compreender a relação dos três tipos de produção e como esse movimento alterou as áreas que hoje conhecemos e fazemos uso nas cidades, uma vez que diferentemente de épocas anteriores, hoje nos espaços encontrados existe uma fusão entre o público e o privado.

Para simplificar, atualmente nas cidades - principalmente nas metrópoles, os locais onde a sociedade costuma frequentar não promovem mais encontros que aceitem a presença de diferenças e contribuam com o desenvolvimento de conflitos, como podemos observar em locais como shoppings centers, centros empresariais e turísticos e até mesmo produtos imobiliários implantados em loteamentos fechados. Estes foram pensados e projetados para atender somente determinados públicos e classes sociais, agindo como agentes excludentes para o restante (CARLOS, 2001).

Assim, a partir do momento que a diversidade é negada, se perde a principal característica desses espaços urbanos, que é justamente a permissão de acesso e uso desses locais para toda população, independente de classe social, cor, gênero e outros fatores que acabam

separando seres humanos em nichos. Quando isso começa a ocorrer, os espaços públicos começam a desempenhar um papel contrário para qual ele foi desenvolvido, isto é, os inesperados são substituídos pela segregação e então todos os valores positivos antes encontrados dão lugar à insegurança e à ausência de conexão e pertencimento.

Entretanto, por mais que a situação atual na maioria das cidades, sejam elas pequenas ou grandes metrópoles, não se aproxime do que se consideraria ideal para o desenvolvimento dos municípios e dos próprios seres humanos, não existe a possibilidade de falar em morte do espaço público, pois o mais simplista é optar por essa atitude, ao invés de produzir análises e críticas sobre o tópico para recuperar o seu potencial. Quando um cidadão habita uma cidade, ele espera que tenha acesso a serviços que possam estar

presentes em seu cotidiano, encontrando um local que seja civilizado, independente da complexidade de uma cidade. Em outras palavras, o indivíduo busca a facilidade e a normalidade, onde ele consiga usufruir dos serviços que precisa independente de onde resida. Assim, pode-se definir os espaços públicos como elementos que constituem as cidades. Com eles, é possível que os habitantes se apropriem de uma cidade, usando-a a partir do acesso a lugares de lazer, cultura, educação e saúde e, tudo isso, de forma coletiva, auxiliando a estabelecer a ideia de comunidade e de pertencimento a um local. Como é de se esperar, não é possível que um único elemento cause mudanças significativas em algo tão complexo como o espaço urbano, então os espaços públicos atuavam em conjunto com outros componentes da cidade, podendo aqui destacar a rua,

que é responsável justamente por conectar o indivíduo ao local, ditando o fluxo e como a cidade se comporta socialmente, podendo setorizar a mesma de acordo com âmbitos econômicos, culturais, históricos, entre outros. Também neste tópico podemos incluir os bairros, que são considerados unidades básicas do planejamento urbano, além de estarem mais próximos dos moradores, por motivos óbvios (REZENDE, 2022). O centro também tem grande importância na construção da identidade de uma cidade e de um povo, mas este elemento será discutido posteriormente.

urbanismo social

1.3

Conjuntamente com a discussão sobre espaços públicos, é necessário incluir o debate sobre urbanismo social, uma vez que este é um dos principais instrumentos para que seja possível atingir uma qualidade de vida maior nas cidades. Como uma definição geral, podemos considerar as palavras de Costa (2019, p. 44): “O urbanismo social deve ser uma ferramenta para a inclusão social e como estratégia territorial, estética e simbólica de uma transformação física, que confira à cidade cenários dignos que dinamizam a transformação social.”

Completamente ligado à equidade e como podemos atingi-la dentro do sistema que vivemos, aplicando-a no local em que habitamos, a essência dessa ideia é equivalente à pluralidade, com um diálogo multidisciplinar que abrange toda e qualquer camada da sociedade:

A própria concepção de vulnerabilidade social é entendida como um conceito multidimensional no qual privações de acesso e de garantia de direitos se acumulam e se interconectam. Assim, as diversas ações e políticas do urbanismo social devem procurar promover os acessos básicos ao direito à cidade e à moradia digna, assim como também às ações afirmativas, à pluralidade e diversidade de gênero e étnico-raciais, à equidade socioeconômica, à acessibilidade, à inclusão digital e social. (ARQFUTURO,2023, p. 38)

Esse conceito, criado com base na pesquisa do colombiano Alejandro Echeverri, que era responsável pelo desenvolvimento urbano de Medellín, diz respeito ao papel da arquitetura e urbanismo dentro das cidades para que a taxa de desigualdade social das mesmas possa diminuir, levando em consideração principalmente as áreas com maior vulnerabilidade social. Toda essa transformação pode ocorrer através de atitudes palpáveis, que não se restringem apenas ao âmbito acadêmico. Dentre estas, podemos destacar a implantação de espaços públicos, sejam eles edifícios

arquitetônicos ou não e a melhoria das políticas públicas da cidade, passando por elementos como infraestrutura, equipamentos públicos e mobilidade urbana (LONDON, 2021).

Considerando os elementos que formam o urbanismo social, o mesmo pode ser estruturado em três pilares, que foram definidos da seguinte forma:

- 1) a criação de espaços públicos de qualidade arquitetônica e urbanística que facilite a interação social local;
- 2) o abastecimento e melhoria dos equipamentos urbanos;
- e 3) o desenvolvimento de programas habitacionais para comunidades de alto risco social assentadas em zonas de risco ambiental, ou seja, para a população mais vulnerável da cidade. (SALAZAR, 2010, p. 19)

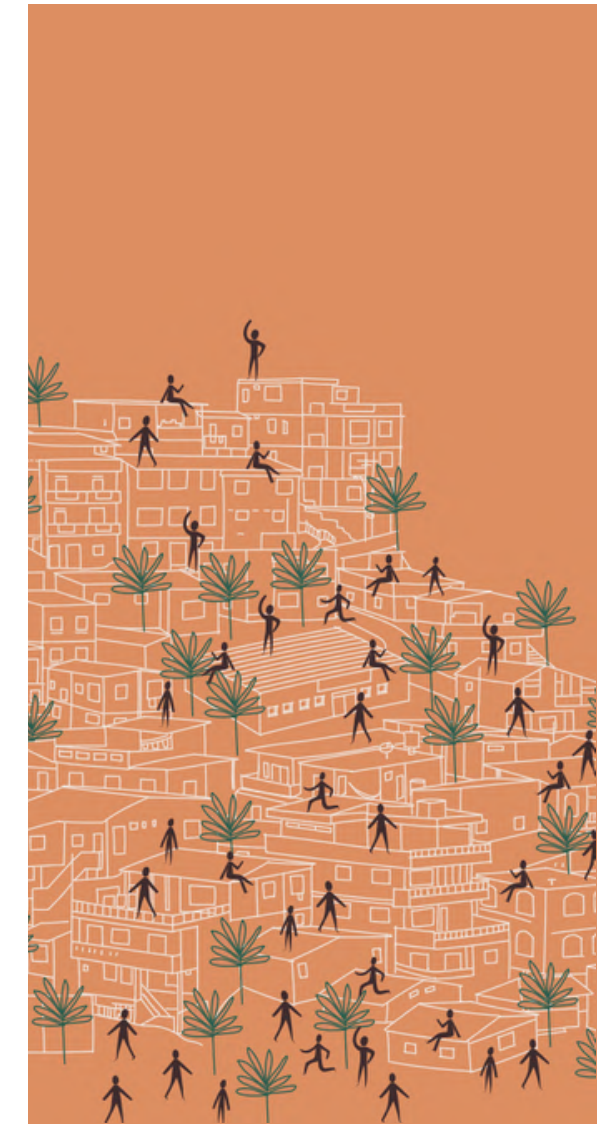


FIGURA 5
Urbanismo Social
Fonte: Arqfuturo. 2023.

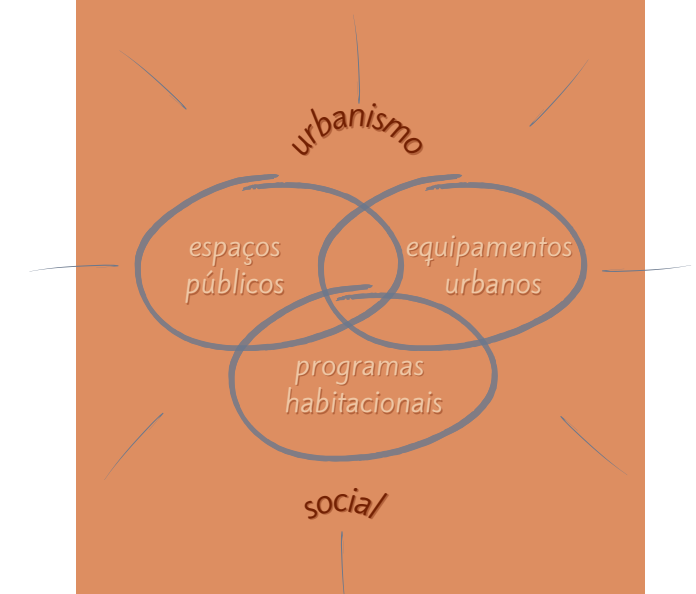


FIGURA 6
Esquema de urbanismo social
Fonte: Elaborado pela autora. 2024.

Os três tópicos citados se encontram em um ponto comum, que é o denominador de toda equação. Como é de se esperar, utiliza-se o urbanismo para transformar a cidade, mas a tipologia aqui estudada faz isso a partir de uma proposta para mudar pensamentos que muitas vezes estão enraizados na sociedade e foram repetidos inúmeras vezes em soluções adotadas nas cidades. Por consequência, altera o modo como o que chamamos de área urbana é organizado e planejado atualmente, podendo mudar o tecido urbano, já o que é pretendido é a integração de toda cidade e não transformações em áreas vulneráveis de forma isolada, criando assim equidade (ECHEVERRI, 2020). Nessas mudanças se encontram os tópicos definidos por Salazar, visto que é onde as semelhanças se fazem presentes.

Entretanto, para que ocorra alguma mudança na cidade, mesmo que mínima, os projetos idealizados, principalmente nos quesitos urbanísticos, não podem de forma alguma excluir a participação da população para o desenvolvimento dos mesmos. Assim, para a realização do urbanismo social, o envolvimento dos moradores se torna mais vital que qualquer dos elementos citados anteriormente, além de um determinante para a taxa de sucesso de um projeto implantado, uma vez que quando a população sente que faz parte da cidade e das políticas públicas, um sentimento de pertencimento é gerado, criando assim identidade em quem reside na cidade.

Mesmo que a comunidade seja parcela importante nesse processo, não podemos deixar de destacar o papel do Estado

para que esses projetos se transfiram do mundo ideal para o mundo real. Ora, não seria possível que somente com a colaboração da população as mudanças se tornassem físicas, mas, de qualquer forma, é válido ressaltar que esse trabalho não obtém resultados em apenas um mandato de um governo específico, é necessário que seja a longo prazo. Logo, com tudo que foi citado anteriormente trabalhando conjuntamente, pode-se equilibrar as diferenças entre as áreas centrais e as áreas periféricas de uma cidade, fazendo com que a mesma se torne uma só e eliminando cenários de divisões dentro de um mesmo município, cenário que é muito comum até os dias de hoje (LONDON, 2021).

Com a junção do cidadão, das políticas públicas e do Estado, construímos e transformamos uma cidade:

Cidades sustentáveis não excluem ninguém. Sempre que pensamos na construção das cidades, se excluimos algumas parcelas da população, isso não é uma forma sustentável. O homem pode ser diferente e a diversidade precisa ser considerada como um todo. (CAMBIAGHI, 2023).

O desenho da cidade e os projetos implantados na mesma devem, então, promover o acesso total da infraestrutura para toda população, sem distinção de classe social, incluindo os serviços necessários para a construção do indivíduo, tais como educação, segurança, saúde, cultura, transporte, cultura e trabalho. Esses serviços, em conjunto com os espaços públicos, permitem que o cidadão seja o centro da questão, e não a cidade. Ou seja, a transformação muda primeiramente o indivíduo e, posteriormente, o local, não ocorrendo da forma contrária (MELGUIZO, 2023).

O exemplo mais conhecido pela aplicação do urbanismo social e pelas mudanças obtidas na cidade a partir dele é Medellín, na Colômbia. Por lá, a partir de 2004, mudanças físicas e políticas resultaram na diminuição de vários índices negativos que assombravam a cidade, dentre eles a taxa de homicídios - que, na época, correspondia a 380 homicídios por 100.000 habitantes. Para conseguir formar uma relação, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica como violência pandêmica qualquer município que ultrapasse a relação de dez assassinatos a cada 100.000 habitantes. (FRANÇA, 2023).

Baseado no que foi realizado e construído em Medellín, ficaram entendidos algumas idealizações para que o urbanismo social funcionasse, especialmente na América Latina, onde se encontram várias

similaridades físicas, sociais e econômicas entre os países. Integrando tudo que já foi analisado até o presente momento, foi apresentado que são necessárias algumas situações para que se obtenha sucesso.



FIGURA 7
Arte da série "Profecias", de Randolpho Lamonier
Fonte: SP Arte. 2019.

Como é um projeto a longo prazo, é obrigatório que haja continuidade e, para alcançar isso, deve ser destinado a uma entidade pública o dever de coordenar as políticas públicas que devem ser espacializadas a partir dos Projetos Urbanos

Integrais (PUIs), que definem e organizam a escala dos projetos, por tamanho e porte e as escalas das ações, pelo prazo. Também é necessário a presença das Empresas Públicas Municipais (EPMs), que atuam no financiamento das obras, além da Empresa de Desenvolvimento Urbano (EDU), que corresponde ao âmbito jurídico, expandindo PUIs e gerindo EPMs (ARQFUTURO, 2023).

Além disso, como já foi posto, deve existir uma aliança entre a comunidade, o governo e a intelectualidade da academia, para que sejam implantados projetos em vários territórios, destacando aqueles de grande capacidade de atender a população - chamados de equipamentos âncora, que, no caso da capital colombiana, são Bibliotecas-Parque e Unidades de Vida Articulada (ARQFUTURO, 2023). Ambas promovem o encontro do usuário com serviços sociais,

entre eles a cultura, o esporte, e a educação formando uma geração com senso de comunidade. Também é importante que a entrega desses espaços para a população ocorra de forma rápida e que exista comunicação entre o local com o restante dos elementos que estão no âmbito urbanístico, principalmente o transporte público. Os equipamentos âncora, tem a sua importância atribuída não somente ao nome, mas também a sua funcionalidade. Esses espaços não são designados somente para cultura, esporte ou lazer de forma exclusiva e individual, mas acabam recebendo vários programas para que esses espaços públicos funcionem de forma multifuncional, além de trabalhar conjuntamente com a mobilidade.

Conforme mostram as figuras, os equipamentos âncora foram implantados em

territórios presentes em áreas pobres e carentes em qualidade de vida. Como todo processo, desde o projeto até a implantação foi realizado de forma planejada e eficiente, as mudanças sociais nessa área logo foram enxergadas, tanto pela população quanto pelo Estado e, por isso, definiu-se que “...: em Medellín, toda arquitetura deve ser pedagógica e toda engenharia deve ser social” (ARQFUTURO, 2023, p. 128). Dessa forma, essas inteligências são destinadas a pensar nas melhores intervenções para que eliminar ou ao menos diminuir os problemas de pobreza e exclusão social.

Outro papel importante que esses edifícios e espaços desempenham é o de atrair a centralidade para as áreas periféricas e, a partir dessa mudança atrair também os mesmos recursos e infraestrutura que os bairros centrais possuem, uma vez

que o processo de levar serviços básicos como água, energia e asfalto, se encarece conforme o bairro se afasta da região e, por isso, as áreas periféricas são afetadas nesse aspecto.

Por conta do cenário encontrado na cidade de Medellín, dominada pelo tráfico de drogas na grande maioria das áreas, o quesito utilizado para definir os territórios que receberiam os edifícios e espaços projetados foi o índice de violência nas áreas onde estavam inseridos, analisando também, a partir de questões urbanas e sociais, como se conectam à cultura e à educação.

Vale ressaltar que o conceito de urbanismo social não surgiu de forma linear e direta, mas sim através de um compilado de estudos e conhecimento, anos de experiências e falhas e, acima de tudo, através da coletividade. É esse fator



FIGURA 8
Biblioteca Parque España
Fonte: Prancheta de Arquitecto. 2017.



FIGURA 9
Unidad de Vida Integrada El Paraíso.
Fonte: Archdaily. 2015.

coletivo que, inclusive, permite a replicação das mesmas soluções em várias cidades diferentes na América Latina, uma vez que os países compartilham muito das dificuldades, que incluem de forma superficial, a desigualdade social, afetando a distribuição dos recursos, resultando em falhas na infraestrutura geral da cidade, nas habitações e nos serviços urbanos.

Num primeiro momento, aplicaram o policiamento reforçado em bairros mais afetados como solução imediata. Obviamente, não foi suficiente para obter resultados significativos, mas foi necessário para que com a ajuda de outras políticas públicas, a cidade passasse por mudanças (LONDON, 2021). Posteriormente, foram implantados na cidade espaços destinados a levar as mesmas oportunidades vistas em áreas centrais para áreas periféricas.

Os edifícios e espaços que foram alocados na cidade como parte desse processo não funcionam de forma isolada e solitária, pelo contrário, trabalham com um conjunto de intervenções para que os territórios modificados possam não somente atingir o máximo do seu potencial, mas para que possam principalmente desenvolver na sociedade a cidadania (LONDON, 2021).

Podemos considerar que existe um fator que liga fisicamente construções, arquitetônicas e/ou urbanísticas, à população. Nesse caso, esse elemento seria a mobilidade, já que é necessário que a comunidade consiga acessar o local para poder usufruir do mesmo. Entretanto, não é suficiente que o sistema de transporte público escolhido para realizar essa função acesse somente os pontos principais destes territórios e em horários específicos, pois, dentro deste cenário, vai ser criado uma falta de interesse de visita ao local, visto que a mobilidade urbana precisa funcionar de forma organizada, eficiente e rápida. Como consequência, teríamos um desperdício de inúmeros recursos, incluindo dinheiro, tempo e materiais, por conta do funcionamento errôneo de uma das partes que compõem um produto final.

Seguindo o mesmo

raciocínio de todos os outros tópicos que fazem parte de um projeto de urbanismo social, o transporte público também precisa ser escolhido tendo como base as características próprias do local onde vai ser inserido, sejam elas físicas, ambientais, geográficas ou sociais. No caso de Medellín, a solução adotada para essa questão foi um conjunto de transportes, sendo eles trens elevados, teleféricos e ônibus em sistema BRT (GHIONE, 2014). Esses três fazem com que o acesso e a acessibilidade ao local sejam alcançados de forma facilitada, aproximando a população dos projetos implantados, porém fazem mais do que isso, porque também preservam a topografia e outros aspectos naturais do país.

Incluso neste pacote de mobilidade, estão também as discussões e conclusões sobre utilização e desenho das calçadas, sistema integrado

de ciclovias e, no caso da cidade colombiana, até mesmo escadas rolantes para o acesso à áreas periféricas, pois é irracional delimitar a mobilidade a transportes motorizados, já que a melhor opção para viver a cidade e aproveitar sua paisagem e suas mudanças são passeios realizados a pé ou pedalando. Outro ponto importante é que a partir desses investimentos públicos, a população que não reside em bairros nobres começa a se ver como prioridade do governo, transformando, por meio de ações, o pensamento que constitui grande parte do tecido social, conseguindo finalmente as mudanças planejadas.



FIGURA 10
Sistema Metro Cable, Medellín.
Fonte: UFSC. 2022.

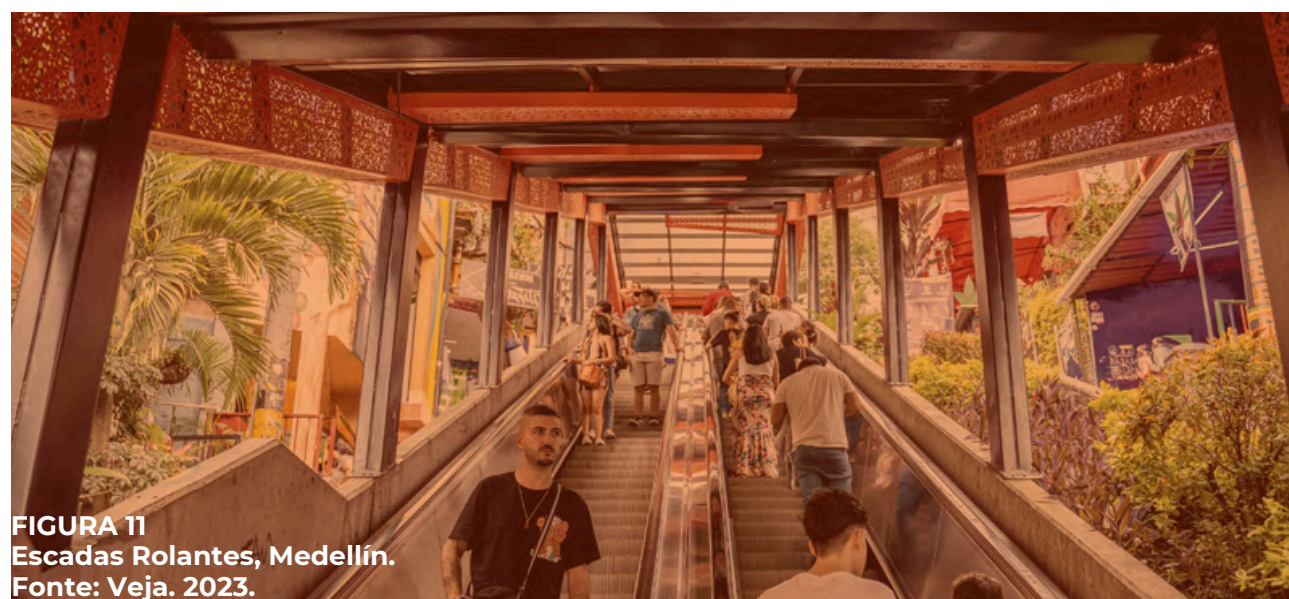


FIGURA 11
Escadas Rolantes, Medellín.
Fonte: Veja. 2023.

Com base no que produz o urbanismo social, é notável que a grande maioria dos seus territórios são caracterizados como espaços públicos, dado que esses lugares produzem integração e trocas na comunidade, pois o desenho desses locais permitem que ocorram passagens e encontros (ARQFUTURO, 2023). Também por isso, a urgência de reparar e melhorar esse espaço, devido à significância dos espaços públicos para a vivência da população durante o seu cotidiano. Se uma cidade conta com essa característica, naturalmente os índices de segurança aumentarão e os de

segregação diminuirão, pois alguns dos resultados da existência de integração e trocas entre os habitantes são os sentimentos de pertencimento e conexão, aumentando o cuidado da comunidade com a cidade.

Uma das maiores carências que encontramos nos municípios atualmente é justamente a ausência de espaços que promovam esses encontros, e, os poucos que ainda conseguem receber esse acontecimento tem uma grande falha de diversidade, já que normalmente abrigam somente pessoas que tenham em comum classe, cor e gênero, ou pelo menos um destes fatores. De forma geral, falta humanidade e receptividade.

Infelizmente, os erros não se encontram somente nos espaços públicos, mas sim em toda a cidade. Para criarmos um ambiente saudável, que se sustente e

que esteja em harmonia com as necessidades ambientais e sociais, devem ser repensadas as questões primordiais da relação do ser humano com a cidade, passando por habitação e mobilidade e, por outras questões não tão físicas, como a relação humana com o tempo, com o trabalho, com a memória, com o alimento e com o lazer, trabalhando tudo isso de forma diversa (ARQFUTURO, 2023).

Exemplo brasileiro mais avançado e próximo ao que foi realizado em Medellín, é importante falar do Centro Comunitário da Paz (COMPAZ), localizado em Recife, no estado de Pernambuco. Garantindo que foi resultado da influência da capital colombiana, o secretário de Segurança Cidadã de Pernambuco, em entrevista a Veja, em 2023, afirma que: “Medellín nos mostrou como fazer políticas sociais”.

Implantado em um bairro que se caracteriza com a realidade que foi explicada anteriormente, neste caso o Alto Santa Terezinha, situado ao norte da cidade, o projeto foi instalado em 2016 e recebe múltiplos espaços com diferentes destinações, passando por piscina olímpica, quadras poliesportivas, biblioteca, além de áreas destinadas ao ensino de línguas estrangeiras, empreendedorismo e robótica. Não suficiente, o edifício também atende o quesito social, pois oferece os serviços de mediação de conflitos, defesa do consumidor e assistência social. (FRANÇA, 2023). Todos esses serviços normalmente são oferecidos em regiões centrais, forçando um deslocamento que, por muitas vezes, ocupa diversas horas do dia do cidadão, visto que o transporte público, por mais que esteja presente, conta com diversas falhas e



FIGURA 12
Compaz e Entorno, Recife.
Fonte: Governo de Pernambuco, 2024.



FIGURA 13
Vista Superior Compaz, Recife.
Fonte: CBN Recife, 2022.

carece de inúmeras melhorias.

A figura 13 mostra como o edifício implantado se mistura com o bairro e, como o âmbito arquitetônico trabalha em conjunto com o urbanístico, o entorno também foi melhorado, adequando calçadas, iluminação e asfalto - fazendo com que as melhorias não fossem somente na parte interna do terreno, mas sim em toda a área escolhida. Então, o bairro que antes recebia somente a presença policial, passa a ter também dignidade.

quando os espaços públicos
encontram o urbanismo social

Coligando os tópicos de urbanismo social e espaço público, existem inúmeros pontos importantes que são encontrados em comum, como por exemplo a urgência de pensarmos em espaços arquitetônicos e urbanísticos de qualidade que tragam um tratamento de igualdade para os habitantes de toda e qualquer área da cidade. Para que isso seja alcançável, voltamos novamente na questão do território, uma vez que uma das principais exigências em relação a esse elemento é que a vivência do local precisa estar presente

durante todo o processo, dado que quem viverá e utilizará o espaço será, majoritariamente, a população residente no entorno e nas proximidades, se tornando inviável que não estejam presentes durante todas as etapas de projeto e implementação pessoas que vivam esse território. Novamente priorizando a junção entre esses dois pensamentos, se torna essencial analisar como os espaços públicos se comportam em áreas periféricas. Seguindo o mesmo padrão na maioria

das cidades brasileiras, as áreas mais afastadas do perímetro central costumam ser afetadas pela carência de espaços públicos destinados à cultura, esporte e lazer. Geralmente, existe um espaço em comum na maioria dessas áreas que fica encarregado de cumprir esse papel social, como o campinho de futebol. Entretanto, quase sempre esse local não conta com nenhum tipo de infraestrutura própria para que a população possa fazer uso de forma adequada, o que reforça ainda mais o sentimento de não

pertencimento e de invisibilidade perante o Estado, já que o pouco que é oferecido é sustentado e mantido pelos próprios moradores locais.

A partir da figura 14, podemos visualizar o que foi apresentado até agora - para inúmeras comunidades, o campinho de futebol é o local onde encontram o mais próximo daquilo que existe em bairros centrais e estruturados. Porém, outro aspecto negativo aqui encontrado é que a diversidade dos encontros que aqui ocorrem diminui de forma drástica, visto que a utilização é realizada predominantemente pelo gênero masculino.



FIGURA 14
Campo de Futebol, Paraisópolis, São Paulo.
Fonte: Folha de São Paulo. 2019.

FIGURA 15
Renda de São Paulo
Fonte: Urbverde, adaptado pela autora. 2024.

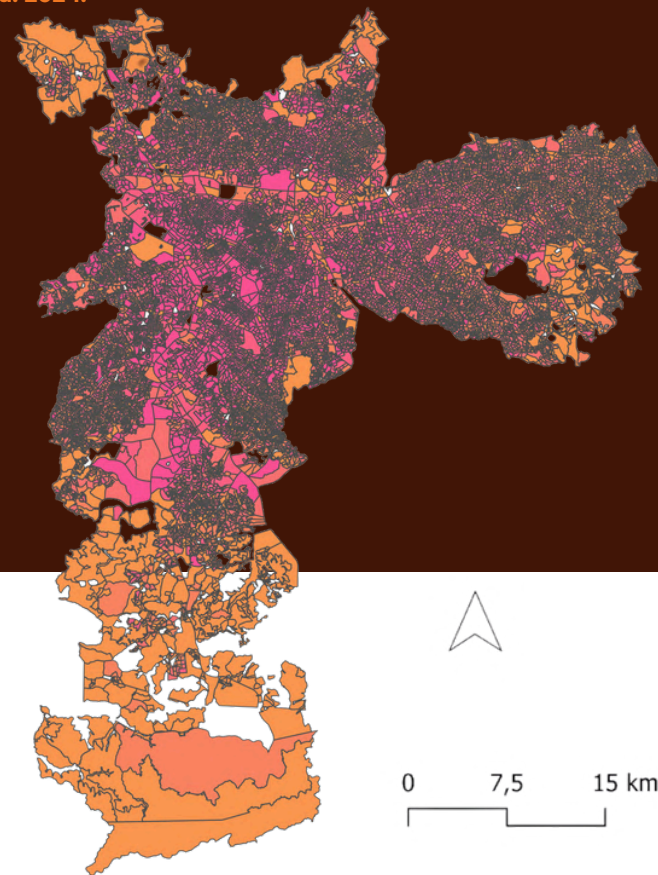


FIGURA 16
Clubes em São Paulo
Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, adaptado pela autora. 2024.

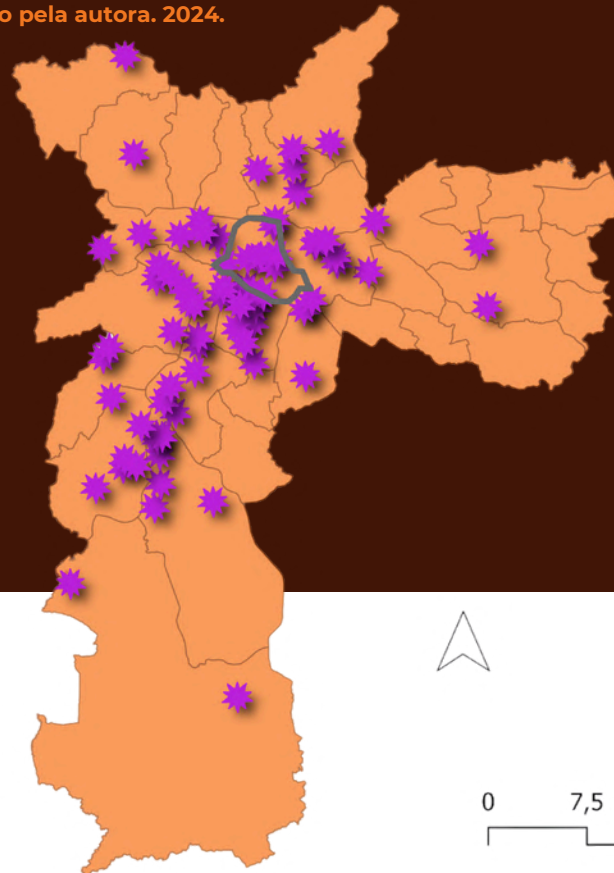
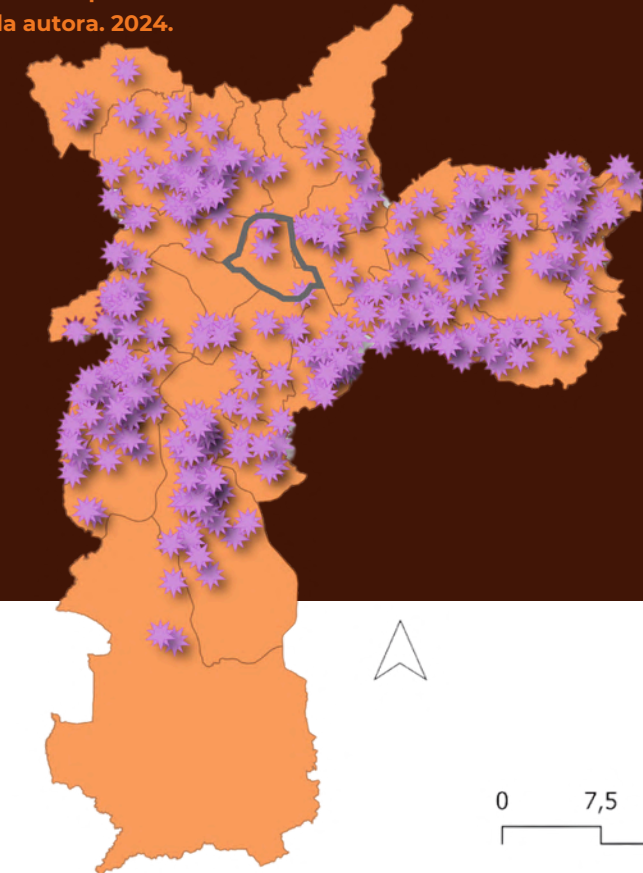


FIGURA 17
Clubes da Comunidade em São Paulo
Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, adaptado pela autora. 2024.



0.00 - 26091.21 R\$

■ SÃO PAULO ★ CLUBE

— REGIÃO CENTRAL DE SÃO PAULO

■ SÃO PAULO ★ CLUBE DA COMUNIDADE

— REGIÃO CENTRAL DE SÃO PAULO

O ponto de partida para analisar uma cidade e seus espaços públicos, observando a qualidade de vida, é entender a renda da população e como ela se acumula e em quais regiões ela se concentra. A figura 15 exemplifica como isso acontece na cidade de São Paulo, permitindo a visualização de que o capital se concentra no centro e arredores e, conforme vai se afastando, também vai diminuindo.

Mapeando os elementos esportivos da cidade de São Paulo, nos deparamos com duas realidades diferentes representadas nas figuras 16 e 17. A segunda, indica a quantidade e a alocação dos clubes da comunidade presentes no município. Conseguimos

identificar, pela distribuição no mapa, que existem inúmeras unidades espalhadas pelo perímetro urbano, com uma distribuição justa, atendendo as áreas centrais e também as áreas periféricas.

Os Clubes da Comunidade (CDCs) se assemelham a organização das estruturas descritas pelo urbanismo social, visto que a gestão e o controle dos espaços não ocorrem exclusivamente pelo Estado ou pela iniciativa privada, mas funciona como uma administração indireta, isto é, atuam conjuntamente a prefeitura, instituições privadas como entidades sócio esportivas, e principalmente a comunidade local. (SMEL SP, 2023.)

FIGURA 18
Espaços Culturais em São Paulo
Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, adaptado pela autora. 2024.

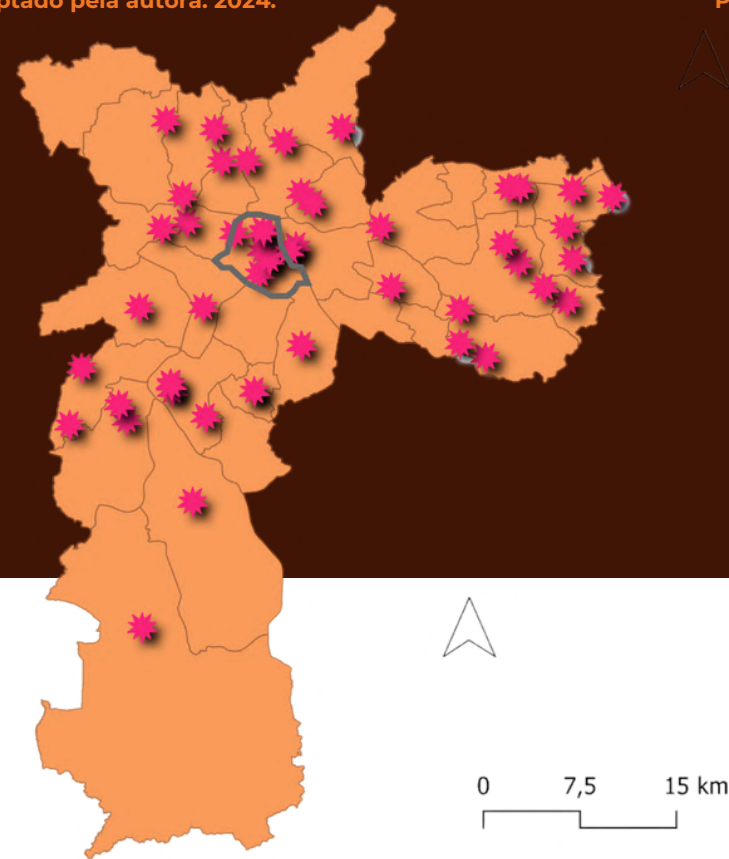


FIGURA 19
Teatro e Cinema em São Paulo
Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, adaptado pela autora. 2024.

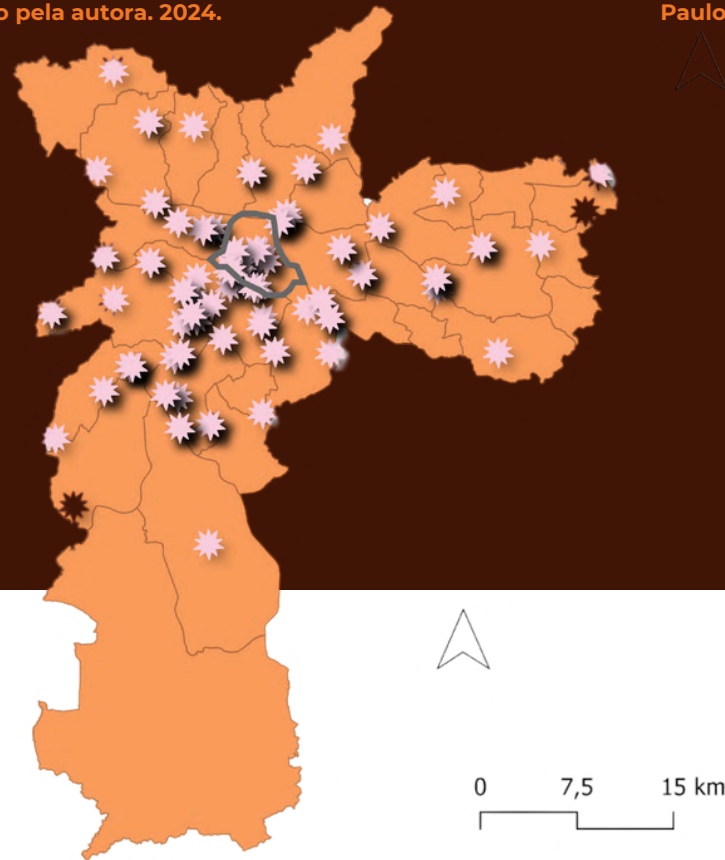
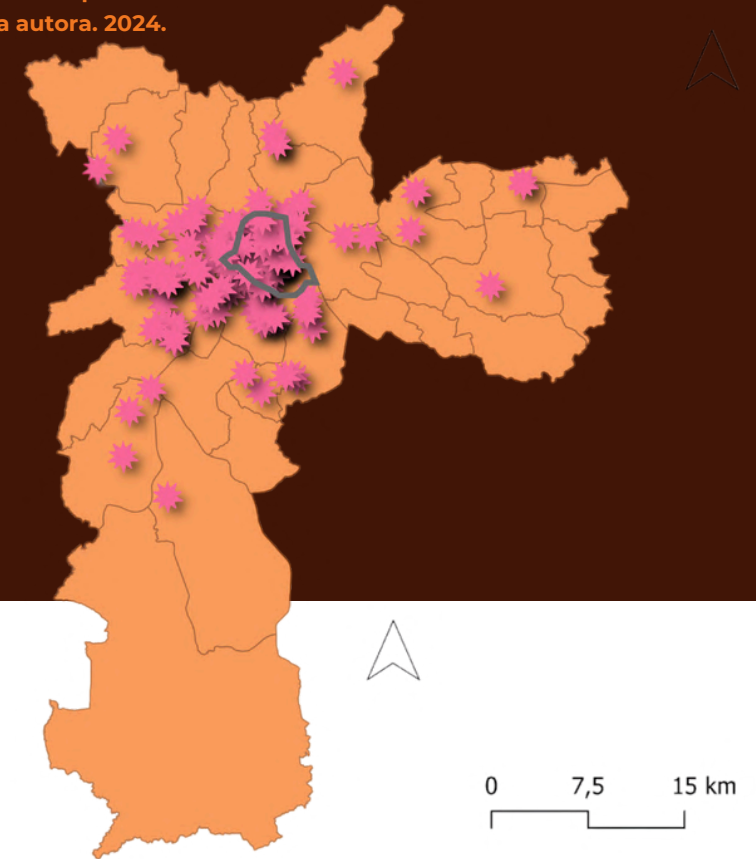


FIGURA 20
Museus em São Paulo
Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, adaptado pela autora. 2024.



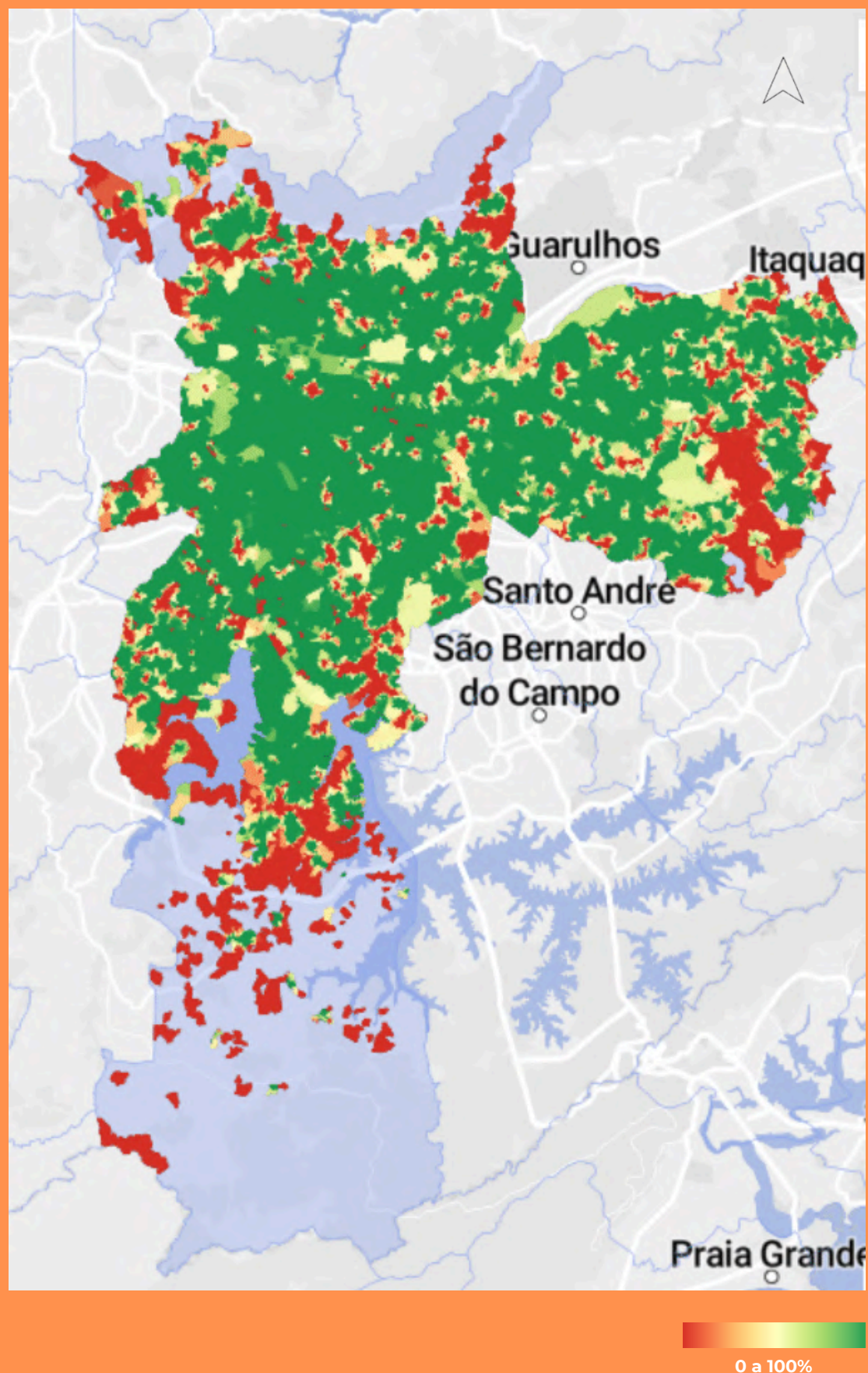
■ SÃO PAULO
 ★ ESPACOS CULTURAIS
 REGIÃO CENTRAL DE SÃO PAULO
■ SÃO PAULO
★ TEATRO E CINEMA
 REGIÃO CENTRAL DE SÃO PAULO
■ SÃO PAULO
★ MUSEUS
 REGIÃO CENTRAL DE SÃO PAULO

Repetindo o mesmo comportamento, estão os outros equipamentos públicos destinados à cultura. Para auxiliar, foram produzidos mapas que demonstram como a distribuição dos espaços públicos é feita de forma injusta e desigual, sem nenhum embasamento no

mapeamento que o urbanismo social pode realizar e, então, as oportunidades que a cidade pode e deve oferecer a quem nela habita são oferecidas sem equidade, favorecendo a poucos e prejudicando a muitos. No exemplo, mapeado pela Prefeitura de São Paulo, nota-se com

clareza as regiões que são favorecidas pela quantidade e proximidade de espaços públicos. Como consequência, essas são as regiões onde o maior índice de qualidade de vida vai ser encontrado, além de obter uma taxa de desigualdade social menor.

FIGURA 21
População atendida pelas praças em São Paulo.
Fonte: UrbVerde, 2024.
Sem escala.



Além desses espaços, pensamos também em parques e praças. Segundo a plataforma UrbVerde, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, mesmo com a grande quantidade de espaços públicos na capital, existem regiões que sofrem com a ausência e/ou o afastamento dos mesmos. Ou seja, a situação se torna mais crítica conforme vamos nos afastando do centro da cidade, atingindo seu ápice nas extremidades. Importante ressaltar que a cidade de São Paulo foi escolhida para representar esses dados e exemplificar a situação analisada por ser a mais rica cidade do país. Dessa forma, se os problemas urbanísticos apresentados existem em um município desse porte, é seguro afirmar que eles certamente serão reproduzidos em outros locais, em escalas diferentes, mas ainda estarão presentes.

Os mapas aqui analisados da cidade de São Paulo servem para familiarizar com a análise que será apresentada no decorrer desse trabalho, mostrando que nesta cidade, assim como em Campo Grande, os equipamentos de lazer, esporte, cultura e os espaços públicos se concentram na região central, juntamente com a maior renda da cidade. Entretanto, pode-se pensar na população como um todo quando o objeto é atender sem distinção os residentes, como é o caso dos Clubes da Comunidade.

02.

Neste capítulo será abordada a história de Campo Grande, discorrendo juntamente sobre como o espaço público se desenvolveu. Esse conteúdo auxiliará no entendimento de como a população se relaciona com a cidade nos dias de hoje, apontando o potencial e as falhas da mesma.

O ESPAÇO PÚBLICO em Campo Grande

sobre centralidades, centros e
subcentros

2.1

Os estudos sobre centralidades e subcentros datam do início na primeira metade do século passado. Mesmo que a teoria seja antiga, ela se aplica da mesma forma nas cidades até os anos atuais. Foram considerados alguns processos que viriam a ser resultados de interações da sociedade, processos esses que ajudaram a definir a base teórica sobre centralidades. Sendo assim, os mais importantes processos para que ocorresse esse embasamento eram chamados de concentração e centralização - descentralização, todos ligados com a mobilidade urbana e o deslocamento da população. Nesta época, já era possível determinar a revolução industrial como um fator determinante para a ocorrência das centralidades, visto que esse acontecimento histórico alterou fortemente o modo como os seres humanos se concentravam

em uma área, além de também obrigar uma redistribuição da população que já estava estabelecida em determinadas cidades, tudo isso por conta das mudanças urbanas drásticas que a revolução industrial trouxe consigo (GIST; HALBERT, 1938).

Como consequência da nova forma de distribuição, que passou a ser comum em todo o mundo, o deslocamento entre os locais, principalmente aqueles que os usuários precisavam visitar diariamente, passou a aumentar. Por conta disso, com a iniciativa de poupar tempo e gastos, surgem os centros, aproximando novamente o que se tornou distante. A respeito disso, Villaça afirma que:

O centro surge então a partir da necessidade de afastamentos indesejados, mas obrigatórios. Ele, como todas as “localizações” da aglomeração, surge em função de uma disputa: a disputa pelo controle (não necessariamente minimização) do tempo e energia gastos nos deslocamentos humanos. (VILLAÇA, 2001, p. 239).

Um dos principais pontos de partida para compreender o assunto aqui introduzido é abranger a diferença entre concentração e centralização. O primeiro processo diz respeito ao modo em que pessoas se agrupam em uma determinada região, já o segundo corresponde a maneira como esse agrupamento ocorre, isto é, um engloba o processo em si e o outro estuda a forma como ele acontece (ALBIERI, 2020). A concentração de uma área em específico depende e diretamente de diversos fatores, dentre eles o acesso e a comunicação com produtos

e matérias primas, para que eles cheguem até as pessoas; a presença da mobilidade urbana, a partir do uso do transporte público e capacidade de se manter mesmo com outras centralidades em localidades próximas. Além disso, outros elementos que influenciam na concentração são a densidade, elemento este que pode gerar problemas sanitários por conta de uma grande aglomeração em uma mesma área; a dispersão, que é a parte negativa e contrária da concentração - o que implica que se em uma área há a chegada de novos habitantes, em outra há a saída dos mesmos. Por fim, importante também falar da existência dos pontos centrais de concentração, que é o nome dado para as grandes metrópoles que atuam influenciando outras cidades de menor porte no processo de globalização.

Existem alguns pontos que

justificam a existência de inúmeras centralidades dentro de uma mesma cidade, uma vez que não é racional que um lugar com milhares de habitantes e quilômetros de áreas urbanas seja composto apenas por um centro. Uma vez que é criada uma nova dinâmica urbana em um determinado local, dificilmente são mantidas as atuais características do mesmo. Então, para que se origine uma nova centralidade, basta surgir uma mudança no espaço ou nas relações entre o urbano e o humano. Pode-se então considerar essenciais para a formação de novos centros uma nova concentração comercial - que pode ocorrer por diversos motivos, sejam eles sociais ou urbanísticos -, o desenvolvimento turístico de uma cidade ou até mesmo a adesão de um novo equipamento público, dentre outros motivos, mas é importante entender que qualquer inovação, seja ela de

proporção grande ou pequena, é suficiente para alterar a situação das regiões centrais de um município. Entretanto, estas mudanças não precisam necessariamente ser positivas, visto que cenários negativos também transformam as cidades, dentre eles crises econômicas, gentrificações, destruições pelas guerras e o abandono de espaços já existentes (REZENDE, 2022). Mesmo que não haja nenhum cenário novo para a cidade, os elementos aqui tratados também podem surgir através da dinâmica citadina, composta pelos fluxos e pelo o sistema hierárquico de vias, considerando também corredores urbanísticos, que são as vias que recebem ônibus responsáveis por conectar dois ou mais pontos com alta demanda e todas as quadras adjacentes a essas vias (PMSP, 2014).

Talvez o principal ponto a ser debatido quando analisamos

a formação dos centros em uma determinada cidade seja o deslocamento. Como já foi apresentado anteriormente, existe uma relação onde quanto maior o tempo de deslocamento entre casa e trabalho, por exemplo, menor a qualidade de vida do indivíduo. Justamente para amenizar essa situação é que surgem os centros e então é compreensível que exista uma região onde se concentre os mais diversos espaços, arquitetônicos, urbanísticos ou paisagísticos, para atender as necessidades da população. Entretanto, o problema começa quando surge o afastamento das áreas residenciais em relação a esses espaços, criando a distância entre um e outro. Por isso também, a insistência de que cada região, composta por vários bairros, deveria contar com seus próprios equipamentos e espaços públicos, pois dessa forma a cidade conseguiria, de forma igualitária, se expandir e se

desenvolver. De forma geral, os deslocamentos ajudam a formar e consolidar as centralidades, pois se torna insustentável que, diariamente, pessoas percorram distâncias tão grandes e tão demoradas para viver a cidade de uma forma saudável. Sendo assim, pode-se considerar que se não existissem várias áreas centrais em uma única cidade, as cidades morreriam com uma facilidade maior, no sentido de que essa situação é propensa ao abandono dos espaços urbanos, pois dificulta o acesso aos mesmos, além de também influenciar negativamente vários índices urbanos e sociais, entre eles o econômico, uma vez que se não existe a centralidade, muito provavelmente não existirá também a concentração do comércio e conseqüentemente o giro da economia será menor. A respeito desse tópico, Flávio Villaça afirma que:

Surgem, então, os deslocamentos espaciais regulares e socialmente determinados e disputas ocorrem por localizações em função do domínio ou controle do tempo e energia gastos nos deslocamentos espaciais. Surge um ponto que otimiza os deslocamentos socialmente condicionados da comunidade como um todo – um centro. O centro surge então a partir da necessidade de afastamentos indesejados, mas obrigatórios. Ele, como todas as “localizações” da aglomeração, surge em função de uma disputa: a disputa pelo controle (não necessariamente minimização) do tempo e energia gastos nos deslocamentos humanos. (VILLAÇA, 2001, p. 239)

Durante a construção da teoria da centralidade, vários autores definiram alguns fatores considerados essenciais para o desenvolvimento deste elemento urbano dentro de uma cidade. Dentre eles,

alguns pontos que já foram apresentados aqui, como o transporte, fator que acaba permitindo que a distância entre os espaços que cada pessoa percorre diariamente aumente, entretanto esses efeitos têm muitas consequências negativas, isto porque, principalmente em países subdesenvolvidos, o transporte público não tem qualidade o suficiente para atender a população de forma satisfatória, isto por diversos pontos, sejam eles a insuficiência da quantidade de ônibus, trens e metrô em uma cidade, influenciando diretamente no tempo gasto entre um ponto e outro, onde entendemos que há uma relação diretamente proporcional em que quanto maior o tempo gasto em deslocamento, menor a qualidade de vida do indivíduo. Mesmo que o transporte público carregue consigo problemas, continua sendo o elemento com mais possibilidades de chegar

próximo a uma solução do problema urbano de deslocamento de massas, visto que, ao contrário de automóveis, são capazes de transportar um grande número de pessoas de forma simultânea, amenizando problemas urbanos, sociais e ambientais (HOYT, 1945).

Além do transporte, alguns outros fatores que formam uma centralidade, segundo os estudiosos, são o comércio, que já foi definido como a força urbana que aponta para o centro; os espaços de lazer, responsáveis por atrair a população, formando assim concentrações humanas, visto que, em uma centralidade eles estão localizados em áreas próximas; a infraestrutura, que é o principal fator atrativo, visto que quando comparamos uma área que é composta por produtos urbanos básicos - eletricidade, pavimentação, saneamento básico, com uma que não contém esses

elementos, grande maioria das pessoas escolheria a primeira opção pela necessidade humana, além da facilidade e conveniência. Primeira opção pela necessidade humana, além da facilidade e conveniência. Para este aspecto, considera-se também a industrialização, já que esta inovou e trouxe inúmeras invenções para o mundo, entre as principais estão os meios de transporte. Em Campo Grande, a ferrovia, que só chegou por conta do desenvolvimento da indústria, alterou completamente a relação entre habitante e cidade, promovendo a consolidação da região central da cidade, que se mantém a mesma (HOYT, 1945).

Existem também outros pontos que endossaram essa teoria, dentre eles a localização dos edifícios governamentais, que normalmente é estabelecida no centro histórico da cidade,

o que é uma escolha justificável, mas que trás consigo alguns problemas que perduram até hoje, problemas esses que são visíveis em cidades como Campo Grande, onde um cidadão que reside em bairros mais afastados e precisa de um serviço público, no sentido administrativo, só vai encontrar esses lugares no centro da cidade (HOYT, 1945). Sendo assim, os serviços oferecidos pelo governo, federal ou municipal, se distanciam de quem deveriam se aproximar, renegando o direito à cidade e ao sentimento de pertencimento e comunidade, uma vez que dificultam o acesso a locais onde o cidadão encontra serviços que são necessários para a vida urbana e pessoal do ser humano. Inúmeros são os casos daqueles que não conseguem fazer uso dos espaços destinados à saúde, educação, segurança e administração, que são

garantidos por lei. Essa situação ocorre pelo afastamento destes espaços com a população residente em áreas periféricas e é por isso que algumas cidades, principalmente metrópoles, adotaram soluções como a instalação de subprefeituras que foram alocadas de acordo com o zoneamento de cada município, tornando possível assim atender regiões diferentes, uma vez que são edifícios que permitem que os cidadãos executem situações burocráticas. Assim como a localização dos prédios governamentais, também podem ser considerados essenciais para o desenvolvimento da centralidade a religião e a defesa da cidade - em casos de guerras e ataques, o que não ocorreu em Campo Grande.

Para o autor, da mesma forma que estes e outros fatores ajudaram a construir as centralidades, também

auxiliaram a realizar o processo contrário, influenciando fortemente a etapa de descentralização que se iniciou (HOYT, 1945). Então, a descentralização, mesmo que antônima à centralização, não pode se desassociar da mesma. Além disso, esses dois elementos urbanos podem se formar ao mesmo tempo ou em épocas distintas, uma vez que é possível criar uma centralidade em uma região enquanto ocorre a etapa de descentralização e dispersão em uma área diferente. Também responsável pelo crescimento da cidade, o processo urbano tratado neste parágrafo, pode fazer com que as distâncias entre o centro e as outras áreas que compõem a cidade aumentem, entretanto, a partir do momento em que se institui um novo núcleo central, os bairros que em teoria são residenciais, passam a contar com seu próprio espaço comercial e de

serviços, fomentando a economia e eliminando o problema de grandes distâncias e deslocamentos e, mesmo que o espaço urbano se torne mais complexo, a facilidade trazida para a vida dos moradores é notável. A conexão entre esses componentes da cidade se justifica por serem compostos pela mesma base de fatores, mas que funcionam de forma oposta em cada um deles, sendo exemplos desta conotação mudanças na sociedade que afetaram esses fatores, tais como a introdução e a grande adesão ao comércio online, que diminui a presença humana nas ruas, uma vez que as compras virtuais eliminam o tempo de deslocamento e suprem o acesso à maioria das necessidades básicas dos seres humanos, como alimentação, remédios, vestimentas e tudo aquilo que faz parte do cotidiano do ser humano. A invenção

automóveis também corroborou para o início da descentralização, uma vez que permitiu que a distância diária que precisava ser percorrida pelos moradores aumentasse, possibilitando assim uma dispersão e espalhamento de pessoas por diversas áreas. Também entra nesse pacote de alterações a mudança das zonas industriais na cidade, que cada vez mais abandonaram as áreas centrais e passaram a se situar nas bordas da cidade, levando com eles a concentração de trabalhadores que ali ficava.

Entretanto, mesmo com o avanço do comércio não presencial, as ruas não deixaram de ser ocupadas. Isto porque, mesmo com o grande sucesso do mundo virtual, continuam existindo comportamentos geracionais que influenciam diretamente em como a população vai se relacionar. Outrossim, mesmo com inúmeras mudanças no

urbanismo ao longo dos anos, a rua continua sendo elemento essencial na composição da relação entre cidade e cidadão. Sobre a importância desta, Lefebvre afirma que a rua:

(...) Representa a cotidianidade na nossa vida social (...) Lugar de passagem, de interferências, de circulação e de comunicação, ela torna-se, por uma surpreendente transformação, o reflexo das coisas que ela liga, mas viva que as coisas. Ela torna-se o microscópio da vida moderna. Aquilo que se esconde, ela arranca da obscuridade. Ela torna público. (LEFEBVRE, 1961, p. 54).

Com o entendimento dos conceitos de concentração, centralidade, dispersão e descentralização, além do que já foi falado sobre ruas e espaços urbanos, é possível iniciar a discussão sobre outro importante conceito dentro desta análise, que são os subcentros.

O processo de descentralização tem como consequência a criação de um novo elemento urbano, o subcentro, que, como o próprio nome sugere, funciona como um centro, mas em uma dimensão reduzida. O que difere o subcentro do centro, além do tamanho e da escala de atuação, são as áreas onde esses elementos são estabelecidos, isto porque os subcentros não se desenvolvem nos mesmos locais onde estão alocados os principais centros da cidade, mas sim em regiões de transição entre a área central e outros bairros de caráter predominantemente residencial. O subcentro precisa conter as mesmas características que o elemento que o inspirava, uma vez que atuava como o mesmo, sendo assim, o seu principal papel é oferecer para os habitantes dos bairros residenciais que não sejam localizados tão próximos ao

centro os mesmos serviços, espaços e oportunidades que podem ser encontrados na região mais importante da cidade. Como era de se esperar, para os subcentros funcionarem, é necessário que a mobilidade urbana funcione e por isso esses espaços precisam estar em áreas onde o fluxo de transportes seja alto, principalmente o transporte público, para que o acesso e a circulação dos habitantes seja facilitada e o tempo de deslocamento reduzido (ALBIERI, 2020).

Basicamente, os subcentros surgem quando encontramos uma concentração de comércios e serviços em uma mesma área. A área em questão precisa ser constituída por fluxos de grande intensidade, sejam eles de veículos ou pedestres, então, esse sistema não funcionaria em vias caracterizadas como locais, aquelas que são de pequeno

porte e atendem somente a necessidades residenciais. Outra particularidade que a região do subcentro pode conter é a presença de algum local que atenda a população de forma significativa, como postos de gasolina, supermercados e terminais de ônibus e metrô, isto é, espaços que sejam referência para a área. O sucesso dos subcentros depende diretamente da demanda da população em relação a este local, uma vez que é através disso que o espaço vai ser nutrido e mantido vivo (FARR, 2013).

No capítulo anterior, a discussão sobre urbanismo social explicitou o quanto necessário é que as ações na cidade sejam realizadas em conjunto, sendo que os três agentes necessários para conseguir resultados são as instituições públicas, instituições privadas e a comunidade. Quando falamos de centralidades,

geralmente investimentos privados chegam primeiro, constituindo assim centros comerciais, ação essa que normalmente é a solução para fugir de áreas que estão saturadas e que não tem mais espaços livres. O Estado, então, intervém na área após a mesma obter um certo nível de consolidação, entretanto, o investimento costuma ser voltado para questões de infraestrutura, atuando de forma mais individual, o que dificulta trabalhos em conjunto com os três agentes, visto que não existe conexão entre os mesmos.

Já ficou claro, neste trabalho e em inúmeros outros, que a renda é um fato que determina o estilo de vida de cada pessoa e, quanto maior a renda, maior e mais facilitado é o acesso a um bom urbanismo, ou seja, normalmente, os mais afortunados conseguem garantir o direito à cidade de uma forma mais simplificada.

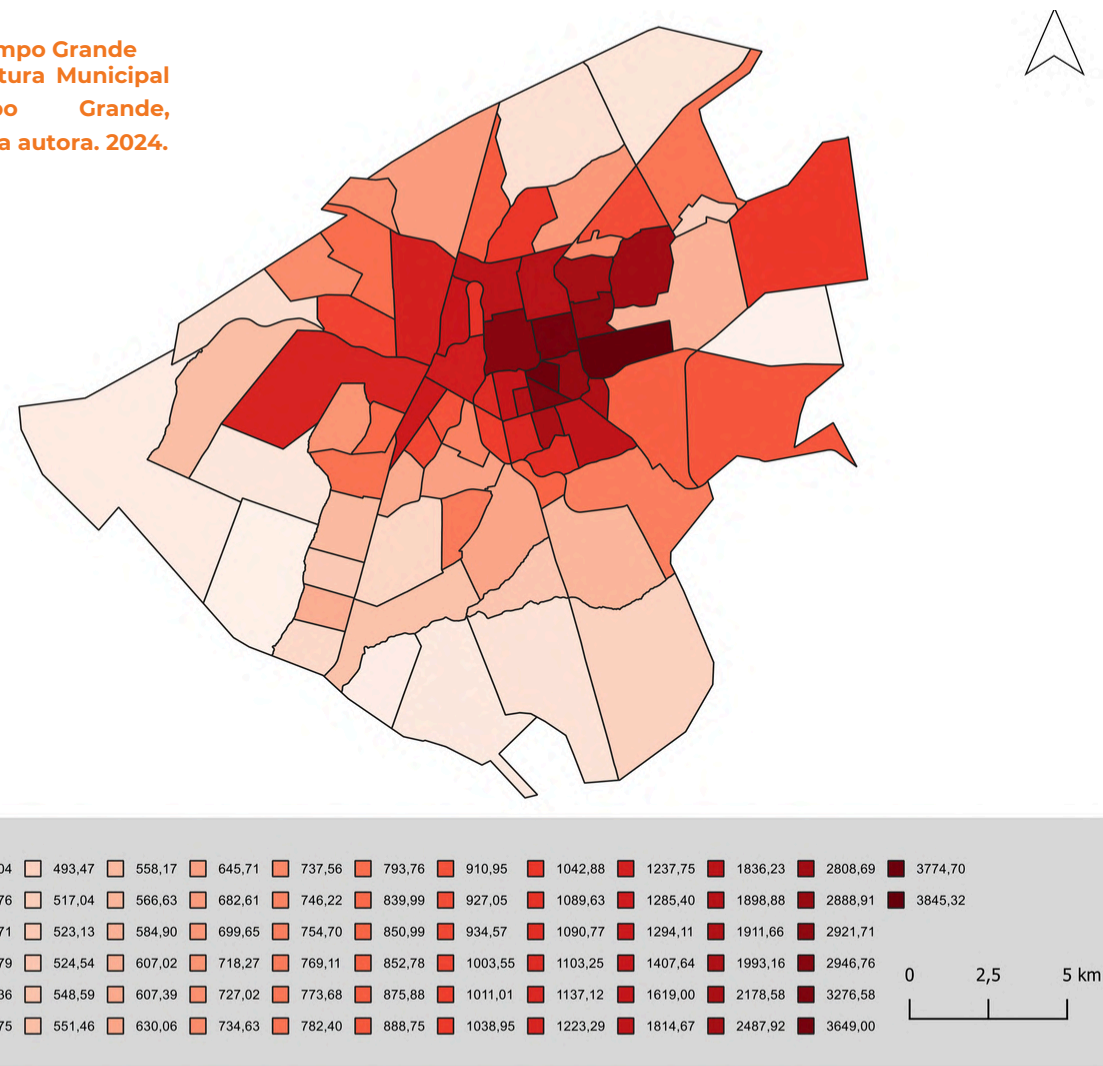
É por isso que essa mesma classe geralmente se aloca nas proximidades do centro - excluindo desta análise condomínios privativos, pois uma parte destes se situa em áreas afastadas da concentração aqui analisada -, garantindo que a distância em relação aos lugares que precisam ser acessados diariamente seja curta e que a qualidade de vida seja alta, a partir da presença de praças, parques, teatros, cinemas, centros culturais, esportivos e comerciais no dia a dia desses moradores, além do acesso a equipamentos públicos que atende os serviços básicos, como saúde, educação e segurança. Então, o papel das centralidades deveria ser proporcionar estas experiências para os moradores das regiões onde estivessem alocadas, entretanto, o que acontece na realidade é o crescimento das áreas residenciais e a consolidação dos espaços públicos nas áreas centrais,

sem o desenvolvimento desses elementos em áreas periféricas, o que cria uma defasagem entre os bairros centrais e os que estão situados em outras zonas da cidade. Assim como nas outras cidades aqui mostradas, Campo Grande tem a qualidade de vida associada a renda da população, ou seja, quanto maior a renda concentrada em um bairro, melhor vai ser a forma como a população residente vive no local e, conseqüentemente, a maioria desses bairros está agrupada e próxima ao centro, formando uma espécie de vizinhança. O mapa 8 exemplifica exatamente como ocorre essa situação na capital do estado, mostrando visualmente os quesitos que foram descritos anteriormente, tais como a proximidade dos bairros ricos em relação ao centro e, como resultado, a proximidade também aos espaços públicos, garantindo o direito

à cidade. Conseguimos então enxergar o crescimento da renda no sentido periferia - centro, ou seja, as áreas mais afastadas, representadas pelas cores mais claras correspondem aos bairros menos favorecidos economicamente e, quanto mais escura a cor, maior a concentração de renda da área.

O fato da localização desses bairros mais afortunados ser no entorno do centro auxilia a firmar o entendimento da tese que acredita que o crescimento das cidades acontece de forma radial, em zonas contínuas, isto é que se desenvolvem a partir de um ponto central e se dissipam a partir deste, mas mantendo-o como base, independente da expansão.

FIGURA 22
Renda de Campo Grande
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, adaptado pela autora. 2024.



Essas zonas que se formam podem invadir umas às outras, permitindo a mobilidade e a troca de características entre as mesmas, mas mesmo assim conseguem manter a organização urbana. Essa teoria também atribui a responsabilidade dos processos de centralização e descentralização aos âmbitos sociais, ponderando mais ainda o enriquecimento do centro e das regiões próximas, enquanto os bairros mais distantes têm uma realidade diferente (BURGESS [1948 [1925]]). A figura 23 exemplifica como funcionam as diferentes zonas que compõem a cidade, mostrando visualmente como esses espaços se criam a partir do centro. Composta geralmente por cinco zonas, a primeira, por lógica, é a região central, onde se estabelecem os comércios e serviços, os espaços públicos e a rede de transportes, seguida por uma zona que é conhecida por

misturar as áreas comerciais e residenciais, funcionando como uma zona de transição. Além destas, existe a zona três, a qual o autor atribui a presença de áreas residenciais de classes sociais menos avantajadas e que não conseguiriam se manter nas duas primeiras zonas, seguida pela zona quatro, que corresponde a região onde se localizam bairros e condomínios fechados da classe social com o maior poder aquisitivo, que optaram por residir distantes das conturbações dos grandes centros urbanos e, finalizando, a zona cinco, que é formada pelo entorno do limite urbano de uma cidade, sendo assim a área além do município. Juntamente com as zonas, era defendido também que, geralmente, o cenário encontrado nas cidades é um centro principal e superior aos outros, aliado à existência de subcentros que, de forma secundária, atuam e atendem as necessidades dos seres humanos.

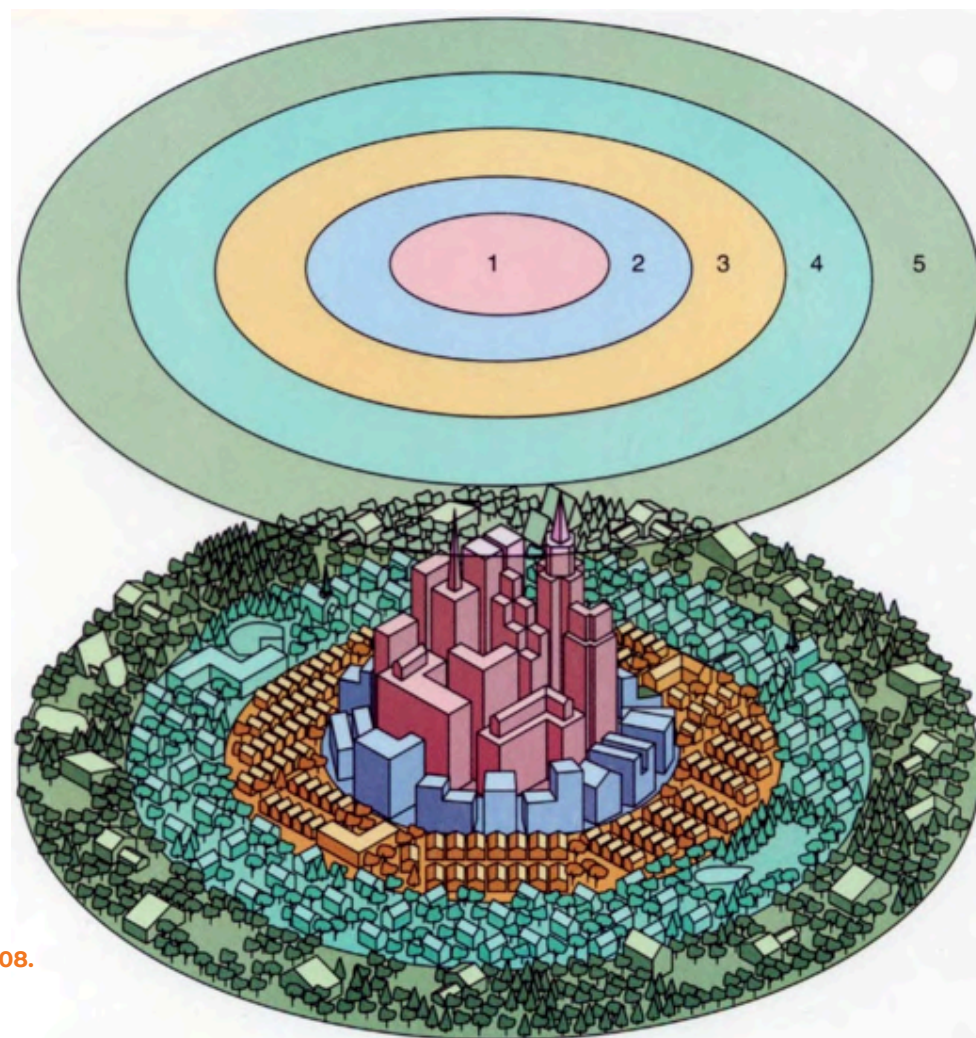


FIGURA 23
Crescimento em Radial
Fonte: Wagner Batella. 2008.

Outra teoria também aceita é que o crescimento da cidade pode ocorrer de forma radial, como na figura 23 e, assim como a defesa anterior, também envolve as classes sociais, pois defende que a população com a maior concentração de renda tende a se alocar nas proximidades da região central, considerando os benefícios de obter uma facilidade ao

acessar os espaços comerciais e de serviços, além de se distanciar do complexo industrial. Assim sendo, o autor defende que o desenvolvimento da cidade acaba formando triângulos que têm como característica os vértices se encontrando com o centro, ou seja, o ponto de partida quando consideramos a expansão do município continua sendo a

região central. Estes eixos que são os que conectam o centro aos vértices que são resultado do crescimento da cidade e, assim, fazem o deslocamento do centro em relação às áreas periféricas do município, ou seja, o que se acredita nesta teoria é que a cidade cresce de forma natural em um sequência que se inicia no centro e vai em direção a periferia (HOYT, 1939).

A contraposição entre a distribuição das zonas urbanas estabelecida por qual classe social o indivíduo está inserido é que vai gerar uma segregação dentro da cidade, agrupando aqueles que são iguais em inúmeros aspectos e dissipando os inferiores, tornando impossível atingir certa heterogeneidade dentro do espaço urbano. Ainda em relação a bairros e aos diferentes modos que cada classe social reside, não podemos deixar de destacar que o aumento de habitações sociais, geradas

principalmente pelo Estado, afastou mais ainda a população do centro, pois pela viabilidade econômica, estes bairros em grande parte das vezes eram - e continuam sendo - localizados nas periferias da cidade (REZENDE, 2022).

Considerando a característica do espaço urbano de ser composto por várias centralidades, temos como resultado uma cidade onde o uso e ocupação vai ser variado e não seguir um padrão, uma vez que o comércio, os serviços e os espaços públicos podem e devem estar distribuídos em núcleos além do centro principal, fazendo da cidade um sistema mais homogêneo, dessa forma, o município pode ser composto por várias áreas que tenham a presença dos mais variados usos, sem ficar refém de uma única região (HARRIS; ULLMAN, 2005). Com estes pontos apresentados, é possível reconhecer que as

teorias se complementam de alguma forma, pois utilizam argumentos similares que surgem da mesma base e não são completos opostos.

Foram aqui apresentadas e analisadas as centralidades, o que as definem e o que as formam, porém, devemos ressaltar que esses núcleos centrais não são áreas limitadas, com início e fim marcados, mesmo que exista um conhecimento prévio sobre onde começam e terminam essas regiões. Mesmo que não exista essa delimitação, as centralidades podem ser sentidas pela população, isto é, conforme vão se aproximando dessas áreas, as pessoas começam a perceber a mudança do comportamento e da lógica urbana, entendendo que estão se aproximando de uma centralidade ou de um subcentro (SPOSITO, 2013). Ora, por envolverem a parte sensorial do ser humano, se torna compreensível a

discussão anterior sobre estes espaços moldarem as pessoas e vice versa, pois a população também exerce grande influência na formação e desenvolvimento destes núcleos, visto que estes espaços nunca são finalizados, contudo sofrem diversas transformações ao longo do tempo. É assim então que o território vai sendo construído, em um processo demorado e que não tem nenhuma garantia de que vai resultar em algo positivo, uma vez que a mesma área que formou uma centralidade não está isenta de passar pelo processo contrário, de descentralização. Mesmo com alguns pontos que não trabalhem a favor do que aqui debatemos, é importante lembrar que, quando estes processos são realizados de forma concreta, com o envolvimento da sociedade e do Estado, o que encontramos são sociedades fortalecidas pelo sentimento de pertencimento, com uma

conexão entre si e com o local o qual cultivaram por tanto tempo (REZENDE, 2022). O espaço urbano, mesmo que esteja em constante mudança, constrói simultaneamente o território, a comunidade e a vida, os três entrelaçados uns aos outros, resultando em transformações sociais.

Por se expressar de diversas formas, a centralidade não se atém em uma só classificatória, ao invés disso, pode ser classificada de três formas diferentes, podendo ser uma monocentralidade, uma multicentralidade e uma policentralidade. A primeira, compreensível pelo nome, é a situação onde a cidade lida com somente uma centralidade, enquanto a multicentralidade é o nome que se dá quando subcentros e eixos de adensamento, os que incluem espaços destinados para comércios e serviços, surgem em uma cidade e atuam fora da região

a central primária e, junto a eles, encontramos também espaços que reafirmam o centro tradicional da mesma cidade e assim, esse conjunto invade áreas que anteriormente cumpriam majoritariamente o papel residencial e passa a inserir usos variados nas mesmas, fazendo com que as áreas centrais se multipliquem, justificando assim o nome escolhido. Isto posto, a diferenciação entre esta classificação e policentralidade se dá pelo fato da segunda promover uma mudança profunda na estrutura urbana de uma cidade, a partir da implantação de alguns elementos que já foram citados neste estudo, tais como shoppings centers, hipermercados e todo e qualquer edifício deste porte que altere a forma como o urbano e o humano se relacionam (SPOSITO, 2013). Pelo que foi apresentado nas definições de multi e

policentralidade, entende-se então que a primeira categorização faz com a quantidade de centralidades aumente, mas somente a segunda modifica o significado delas, permitindo a especialização dos serviços de acordo com as prioridades da região onde a centralidade estiver inserida.

As centralidades, além de não ficarem restritas a zonas, também não se limitam a atuar apenas em cidades. Estes elementos têm capacidade de ter influência em escalas estaduais e globais, pois há o entendimento que são eles que mantêm a cidade funcionando, uma vez que garantem o fluxo dos municípios, movimentando a economia local e incentivando o lazer. Esse desempenho garante resultados não somente nas cidades, mas acaba se estendendo para panoramas maiores, chegando a ter

proporção global, como já foi dito. Podemos atribuir estes resultados a alguns comportamentos encontrados nas centralidades, como as funções de incentivar o investimento, público ou privado, para garantir a melhoria dessas regiões e o trabalho em relação às redes, que contribui para que as informações estourem a bolha de um município e atinjam o mundo. (REZENDE, 2022). Dando uma perspectiva geral, as centralidades podem atuar como elementos atrativos para novos serviços, empreendimentos e investimentos, estimulando a mudança em cidades de maior e menor porte.

Com os conceitos previamente explicados, podemos entendê-los na história de Campo Grande. Datando a década de 1950, encontramos na cidade o mesmo tipo de comportamento que podia se

observar em grande parte do país que, neste caso, diz respeito a maior ocupação das áreas mais afastadas, situadas nas regiões periféricas, o que torna real a teoria antes apresentada que atribui o crescimento de uma cidade ao modelo radial, tendo como ponto de partida da expansão o centro. Após, na década seguinte, foram surgindo novos bairros, cada vez mais afastados, inicializando assim o processo de descentralização no local, isto porque com a expansão da cidade, devido ao aumento do número de habitantes, era importante criar novas áreas com as características parecidas com a do centro, visto que este estava completamente afastado dos locais onde os moradores passaram a residir. Já nos anos 70, foram identificadas problemáticas em Campo Grande, dentre elas o reconhecimento de que o espaço urbano se expandiu de uma forma errônea,

dificultando a organização do local. Em conjunto, diagnosticaram elementos de grande porte que se aglomeravam no centro, a maioria deles de grande porte como a estrada ferroviária, a rodoviária e hospitais. A partir disso, planejaram uma nova Lei de Uso do Solo, em 1978, a fim de diminuir o foco no centro que já estava estabelecido e passar a atenção para novos locais que poderiam passar a se comportar de forma parecida com o principal bairro da cidade (REZENDE, 2022).

Todavia, com o crescimento desenfreado de Campo Grande, fez-se necessário que dez anos depois fosse criada uma nova lei, esta chamada de Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo. O principal objetivo da nova legislação era aproximar a população dos seus respectivos locais de trabalho, além de levar a ela comércios, serviços e espaços públicos,

diversificando o uso ao longo de toda extensão urbana, principalmente no que dizia respeito a áreas que estavam sendo ocupadas pela parte da população que constituía uma classe social inferior (REZENDE, 2022).

Em um primeiro momento, Campo Grande se desenvolveu baseada na característica monocêntrica, ou seja, o modelo de cidade que tem somente um centro, mas com o passar do tempo e com as mudanças urbanas e sociais, a cidade iniciou o processo de criação de novas regiões centrais e novos subcentros. As preocupações para a cidade passam a ser em torno de tópicos que constroem uma centralidade, dentre eles a mobilidade urbana e a variação dos usos do solo em diferentes áreas. Para transformar essas problemáticas em soluções, foi preciso levar em consideração também índices urbanos que refletem a

realidade de cada cidade, tais como densidade, renda e o acesso aos diversos espaços que constituem o município. De acordo com as definições que foram apresentadas ao longo deste trabalho, é possível associar Campo Grande com o conceito de policentralidade, pois fica subentendido que as centralidades e subcentros da cidade em questão possuem níveis de especialização, ou seja, não são somente réplicas em menor dimensão do centro tradicional (SPOSITO, 2013). Por fim, com a presença de várias tipologias de centralidades em uma cidade só, podemos afirmar que o melhor sistema para ser adotado é o híbrido, visto que este transita entre os monocentralidade, multicentralidade e policentralidade.

Logo, tudo que o poder público almejava para a cidade, a partir do contexto em que Campo Grande foi

desenvolvido, passou a ser refletido nas leis urbanísticas que designavam de qual modo o município deveria se estruturar. É possível enxergar o ponto apresentado na Lei Complementar n. 341, de 2018, quando é afirmado, no Art. 5º, que as diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Cidade devem ser seguidas, pois elas carregam a responsabilidade de organizar urbana e socialmente a cidade. Dentre inúmeras diretrizes, vale citar as que mais se aproximam dos conceitos apresentados neste trabalho, que são aquelas que discorrem sobre espaços públicos e de lazer, urbanismo social e equidade no acesso à cidade:

I - garantia do direito a uma cidade sustentável, entendido como o direito à terra, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as gerações presentes e futuras;

II - gestão democrática por meio da participação da população e de entidades representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; III - cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social; IV - planejamento do desenvolvimento da cidade, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus impactos negativos sobre o meio ambiente; V - oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais (PDDUA, 2018, p. 1).

Ao decorrer do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande, temos espaços que defendem também as centralidades e o amadurecimento destas e, no Anexo 1, encontramos a definição teórica que a prefeitura municipal destinou a este componente urbano:

Centralidades - são porções da área urbana destinadas à promoção de atividades típicas de áreas centrais ou de subcentros regionais ou de bairros, em que se pretende incentivar usos diversificados e produção habitacional, visando o adensamento populacional (PDDUA, 2018, p. 17).

Assim como foi defendido neste trabalho, o documento também especifica que as centralidades devem diversificar os usos encontrados dentro de um bairro e aumentar o adensamento de áreas urbanas, uma vez que uma das principais problemáticas encontradas em Campo

Grande são os vazios urbanos em um território tão extenso que, no fim, acaba ficando sem ocupação.

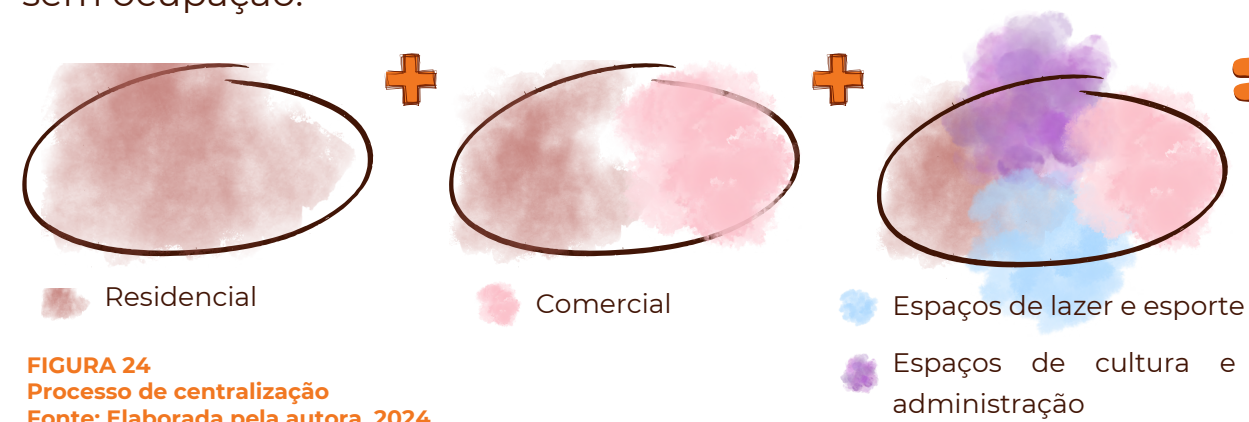


FIGURA 24
Processo de centralização
Fonte: Elaborada pela autora. 2024.

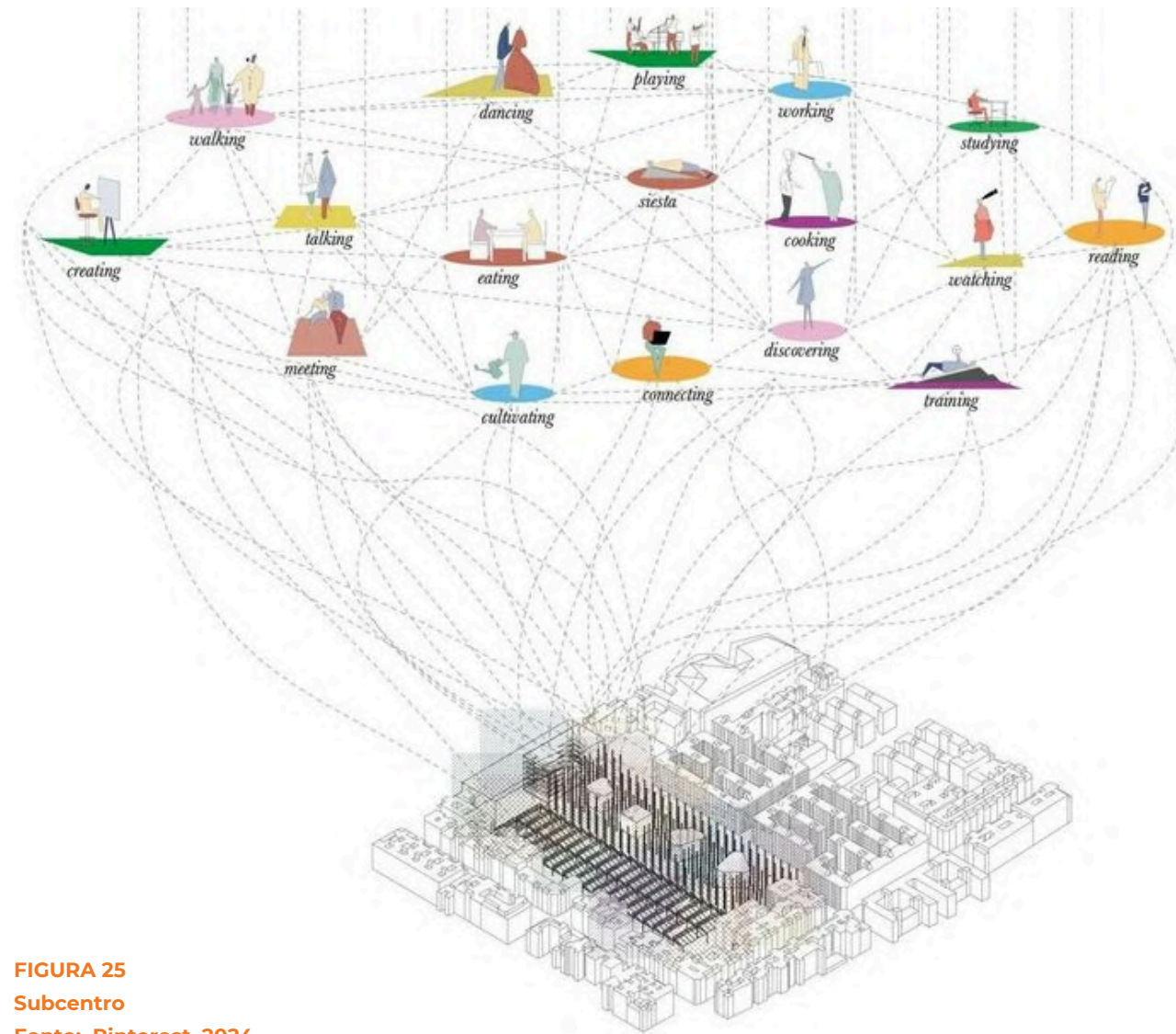
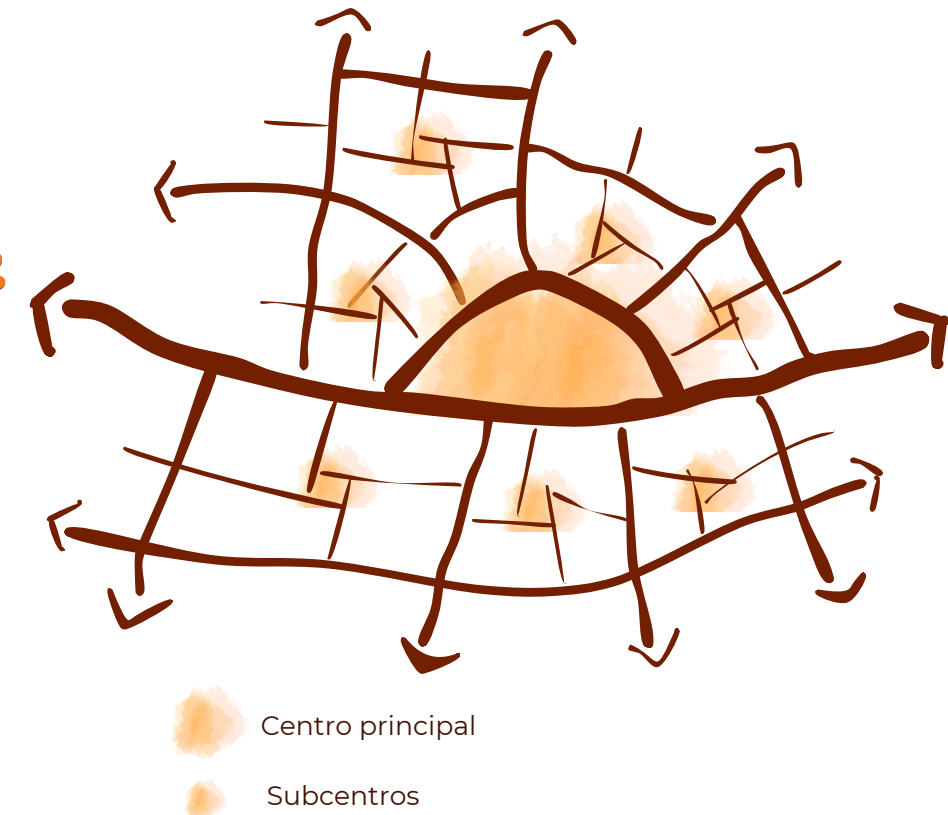


FIGURA 25
Subcentro
Fonte: Pinterest. 2024.



A figura 24 ilustra como se dão as centralidades e os subcentros. Temos então que uma região que tenha, dentro das devidas proporções, áreas residenciais e comerciais, juntamente com edifícios e espaços que remetam o lazer, a cultura e o esporte, naturalmente vai exercer influência no seu entorno, se transformando em algum tipo de centralidade. A figura 25 mostra a ideia de realizar várias atividades em locais próximos.

o desenvolvimento do espaço público em Campo Grande

2.2

A primeira análise a ser realizada quando observamos a história da capital do Mato Grosso do Sul é que esta cidade não teve como base do seu processo de urbanização a industrialização. Isso significa que o seu espaço foi desenvolvido a partir de características e locais diferentes de outras cidades que, por sua vez, se transformaram a partir do que exigia o novo momento, que neste caso, é o industrial.

Por isso, em um primeiro momento, seria possível pensar que por não se desenvolver de uma forma semelhante a outros locais, Campo Grande teria uma linguagem e um desenho próprios, com espaços que gerassem uma identificação com a maioria da população. Infelizmente, não é com esse cenário que trabalhamos, uma vez que por mais que as características urbanas e econômicas de Campo

Grande se distingam do que se encontra em grandes metrópoles, a cidade sempre se referenciou no que acontecia nesses locais, reproduzindo as soluções adotadas.

O primeiro momento em que se tem registro da história de Campo Grande é em 1872, com os fundadores que vieram de Monte Alegre, Minas Gerais. Nesse período, foram implantados ranchos posicionados uns ao lado dos outros, naturalmente fazendo com que fosse obtido o formato de uma rua - a única no vilarejo, entretanto, sem nenhuma conotação de urbanização (NETO, 2003). Segundo Dom Carlos Luís D'Amour (setembro de 1886) "A região sentia-se abandonada, sem disciplina, sem conforto, inteiramente balda dos mais elementares recursos."

A partir disso, pode-se presumir que a realidade

desse local era diferente do que se encontrava em outras cidades. Além de que, um dos problemas encontrados que justificam a ausência de urbanização em Campo Grande quando comparado a outros locais naquele momento é justamente a falta de um comportamento e pensamento urbano, o que fez com que não existisse por alguns anos um pensamento coletivo, em prol da cidade (NETO, 2003).

Foi somente em 1905 que essa coletividade e pensamento urbano presentes em outros locais - que, neste caso, eram mais desenvolvidos, passou a ser vista também em Campo Grande. Foi nesse período que foi implantado na cidade o Código de Postura, uma cópia do documento pensado para Corumbá, que na época cumpria o papel de cidade mais importante do sul estado. Nesse documento foram introduzidos

comportamentos considerados mais urbanos para os moradores que conheciam somente a realidade do campo (NETO, 2003).

As ideias que baseiam o Código de Posturas são referentes ao que foi discutido e apresentado no Seminário de Engenharia e Indústria, realizado no Rio de Janeiro, em 1900. Durante o evento, foram estabelecidas diretrizes urbanas para futuras intervenções nas cidades brasileiras. Como resultado, encontramos inúmeras exigências para todas as possíveis alterações que fossem determinadas no espaço urbano. Todas as diretrizes partiram do princípio sanitário, com a finalidade de controlar as epidemias, destinadas a melhorar principalmente a qualidade de vida de cidades industriais e portuárias, tais como Rio de Janeiro e Santos (WEINGARTNER, 2008).

Dentre as diretrizes, foi estabelecido que o uso e ocupação do solo dos lotes fossem determinados a partir de uma análise em torno do relevo e do clima do local em questão. Os recuos passaram a ser obrigatórios para que as edificações pudessem aumentar seu conforto térmico e lumínico. Houveram alterações também no desenho das cidades e, como resultado, as vias dos municípios passariam a ter dimensões maiores, passando por um alargamento e o espaço urbano passaria a receber espaços livres, independente da iniciativa ser pública ou privada.

Portanto, foram incorporadas em o que ainda era um vilarejo com somente uma rua, leis e ideias sobre praças e um plano de arruamento. O Código de Postura não abrangia somente ideias de desenho urbano para o local, mas também determinava regras

de higiene e ordenamento para as áreas que eram consideradas públicas (ARCA, 1995).

Então, nos deparamos com a transformação de um local que era habitado por seus fundadores em ranchos, para um espaço que começa a se preocupar com a conservação de espaços públicos, que ainda eram inexistentes, além da limpeza do que já existia, sejam ruas ou imóveis, como por exemplo açougues, refletindo assim na saúde da população, que também passou a contar com a obrigatoriedade de vacina, visto que existiam epidemias em grandes cidades brasileiras e europeias (ARCA, 1995). De forma resumida, as primeiras ideias urbanísticas para a vila. Outro ponto importante nessas regras que foram estabelecidas foi a criação de cargos para agentes públicos que seriam responsáveis pela vigilância e controle do local,

consequentemente intensificando o papel do Estado.

Com o entendimento da importância do Código de Posturas para Campo Grande, conseguimos compreender que por conta dele houve um avanço e a cidade recebeu sua primeira planta, em 1909. Idealizada pelo engenheiro Nilo Javari Barém, essa planta tinha como prioridade principal transformar as leis designadas anteriormente para a população em algo palpável no espaço urbano, isto é, a transformação de ideias em desenhos.

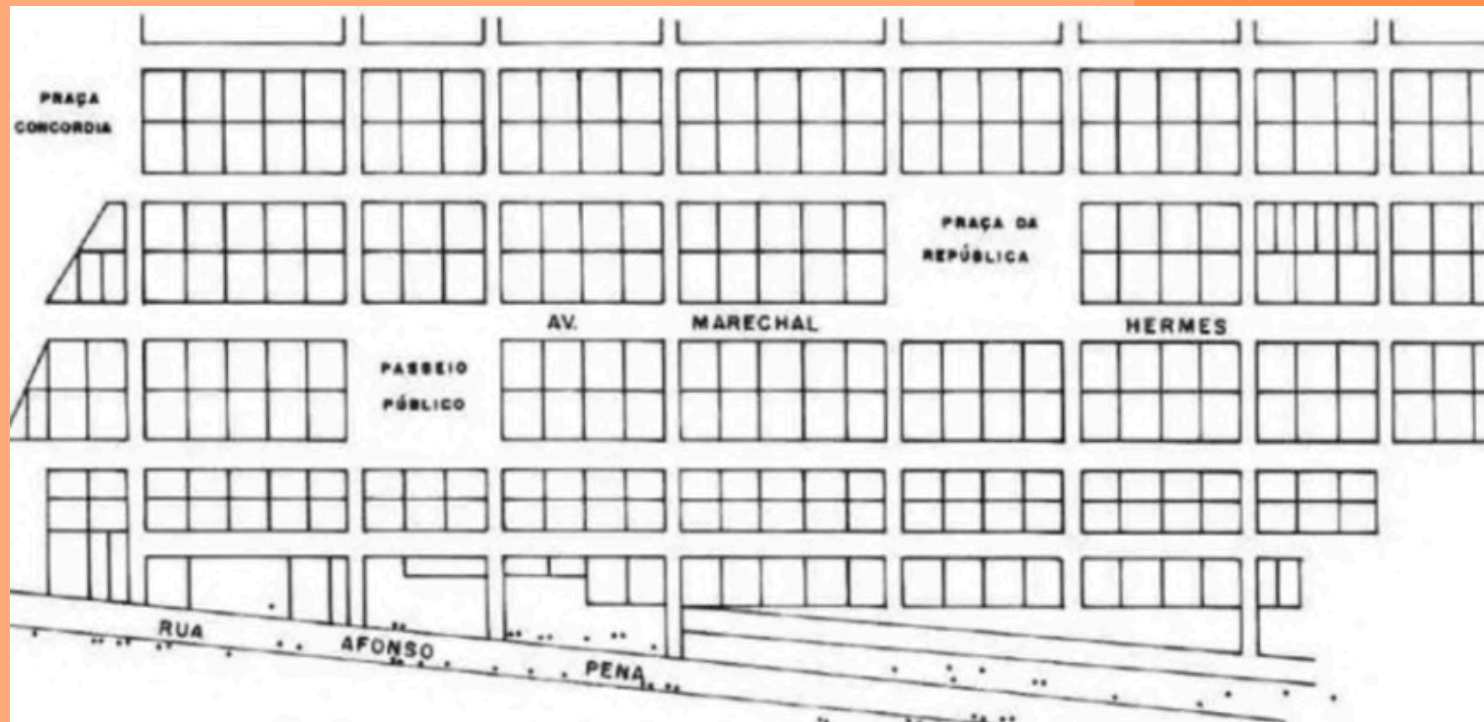
Outra influência observada na planta é o modelo de urbanismo escolhido, visto que ele não foi pensado para o cenário que era encontrado em Campo Grande na época, muito menos para as características do local ou dos seus habitantes, mas sim uma cópia de modelos aplicados

em grandes cidades que estavam passando por mudanças no período pós industrial, ou seja, duas realidades completamente distintas (NETO, 2003).

FIGURA 26

Primeira Planta de Campo Grande. 1909.

Fonte: Antônio Firmino. 2003..



A primeira planta da cidade veio acompanhada do Plano de Alinhamento de Ruas e Praças da Cidade. Este documento foi responsável por expandir os parcelamentos da vila, aumentando a área para 105 hectares, sendo 5% dessa área destinada para praças (WEINGARTNER, 2008). É a partir desse momento que encontramos pela primeira vez o planejamento da inserção de espaços públicos, a partir da delimitação de dois

espaços para a implantação da Praça da Concórdia e da Praça da República, além de considerar a Praça Ary Coelho imprópria para uso, uma vez que a área funcionava como um cemitério anteriormente.

Além das mudanças no comportamento do povoado e no desenho urbano causadas pelo Código de Posturas e pelo Plano de Alinhamento de Ruas e Praças da Cidade, Campo Grande também teve seu

traçado alterado pela inserção no projeto ferroviário. Foram mudanças bruscas, de forma que o traçado existente foi superado pelo proposto, sendo completamente recriado. Assim, o local deixou de ser apenas uma vila que atende um povoado a partir de um território enxuto e construções precárias e passou a ser uma cidade com importância regional, que se desenvolveu a partir de novos núcleos urbanos. A presença do transporte ferroviário no município foi o fator determinante para qual tipo de traçado ia ser adotado, visto que foi este elemento que estipulou e delineou a área urbana da cidade, ditando de qual forma o município cresceria e se organizaria, não aproveitando o primeiro traçado da vila, que foi uma construção natural resultante da chegada dos primeiros povos ao local (WEINGARTNER, 2008).

Pensadas de forma

estratégica para atender a população, as áreas escolhidas para receberem os primeiros espaços públicos do vilarejo estão em regiões com distâncias similares, tornando possível que as praças, se implantadas, atingissem de forma igualitária no entorno imediato e mediato, sem gerar discrepâncias nas proximidades, isto é, as áreas foram escolhidas para criar equidade, tentando consolidar Campo Grande com a mesma quantidade e qualidade de infraestrutura durante toda sua expansão e perímetro urbano. Outro objetivo com a implantação dos espaços públicos era o embelezamento da paisagem urbana e alcançar o melhoramento do conforto térmico e lumínico das edificações ao redor.

Deste momento em diante, Campo Grande passou por um período de mudanças e de crescimento da cidade, onde tudo ocorreu de forma

muito intensa e rápida, a partir do início das obras que permitiriam a instalação das ferrovias. A partir disso, houveram novidades na infraestrutura como a introdução dos serviços de abastecimento de água e iluminação pública. Com a vila mais estruturada, houve um grande aumento de novas edificações que chegaram ao local e, conseqüentemente, houve o mesmo acontecimento com o número de habitantes. Assim como acontece em qualquer cidade que passa pelo processo de crescimento, alguns edifícios se tornaram referências para o local, diversificando os usos da vila, visto que juntamente com o aumento residencial houve a fundação de edifícios que cumpriam o papel comercial, como hotéis e bares, além de outros locais destinados para outros serviços, tais como educacionais e institucionais. Adicionais a estes espaços, foram reservadas áreas para

atender outros espaços públicos, que neste caso seriam destinados à implantação do Parque Municipal, do Mercado Público e da Praça da Matriz (WEINGARTNER, 2008).



Com todas as alterações e ganhos, iniciaram-se discussões sobre qual modelo de cidade deveria ser adotado no que viria a ser a capital do estado. Comumente, o que se encontrava nos municípios brasileiros nessa época, eram cidades que seguiam o modelo colonial, o que é facilmente justificado pelo contexto da época. Entretanto, Campo Grande não seguiu pela solução mais adotada, prevalecendo no

local ideias laicas, onde o urbano e o moderno foram colocados acima do religioso. Essa escolha fez com que não existisse na cidade uma Igreja Matriz, como era recorrente em outros lugares. Assim, as autoridades optaram pela implantação da Praça Jardim no lugar da construção do elemento que poderia reforçar a conexão do Estado com a Igreja (WEINGARTNER, 2008). Entretanto, houveram conseqüências geradas pela escolha de modelo da cidade, sendo a principal delas o atraso na urbanização da área onde ficou definido a implantação da Praça da República - isto porque a Diocese de Campo Grande ficou responsável pelo terreno escolhido e o poder só passou para o Estado na década de 1960 e, assim sendo, houve um grande atraso na inserção deste local como espaço público e equipamento e lazer na cidade.

Outra mudança

importante a se ressaltar é que durante três décadas, a denominada Rua Afonso Pena foi o espaço mais importante de Campo Grande. Nos anos seguintes, com a instalação dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil para a chegada dos trens em 1914, esse papel foi transferido para outra via. (IPHAN, 2014). Isto porque, a estação ferroviária foi implantada a norte da cidade, de forma paralela à rua Afonso Pena que tem seu traçado no sentido leste oeste, o que fez com que fosse necessária uma conexão entre esses dois elementos no sentido norte sul, neste caso, a Rua 14 de Julho.

Além da ligação entre os espaços mais importantes da cidade, a Rua 14 de Julho também se diferenciava por passar pelo Jardim Público - atual praça Ari Coelho, espaço esse que era responsável pelo aspecto social e urbano do vilarejo. Dessa forma, a

grande maioria do mercado varejista e atacadista que se situava na Rua Afonso Pena foi sendo alocado na nova via, tornando-a majoritariamente comercial (NETO, 2003).

Partindo do pressuposto que a elite campo-grandense foi formada com base no comércio e na pecuária, passaram a ser frequentes reuniões na rua em questão, realizadas por figuras importantes para discutirem sobre negócios agropecuários e os problemas da cidade. (NETO, 2003). Assim, apesar da sua principal função ser comercial, também passou a ter uma significância política, onde, no futuro, passaria a receber manifestações políticas e sociais.

Com base nessas informações, é possível notar que, antes mesmo de qualquer definição teórica sobre centralidade ser aplicada em Campo Grande, já haviam indícios que as

atividades comerciais, políticas e sociais se acumulariam em somente um lugar da cidade, deixando até os dias atuais os resquícios da importância da área central da mesma, uma vez que a Rua Afonso Pena e a Rua 14 de Julho são localizadas lá. Entretanto, essa característica também gerou consequências negativas, visto que encontramos uma cidade dependente da zona central, criando um certo isolamento das áreas mais periféricas que definitivamente não recebem a mesma atenção e infraestrutura.

Importante ressaltar que Campo Grande tinha uma comunicação com os moradores diferente de outras cidades, ou seja, ela não acontecia de forma direta, mas sim através de mercadorias recebidas. Isto é, as mercadorias passavam primeiro por cidades maiores e mais industrializadas e

viajavam até chegar no centro oeste, fazendo com que toda a comunicação fosse terceirizada. De certa forma, tudo que os habitantes do vilarejo tinham para se basear era o restante dos produtos que ditava a vida das pessoas que moravam nas cidades que eram o que Campo Grande queria e, ainda quer, ser. Esse cenário acontece tanto pela circulação de mercadorias pelos portos de Corumbá ou Concepción quanto pelas mercadorias que chegavam através dos trens, anos mais tarde.

Consequente ao Código de Posturas de 1905, foi realizada a segunda versão do mesmo documento em 1921. A versão atualizada, que continuava sendo constituída pelos mesmos princípios que a primeira, com as preocupações ainda voltadas principalmente para como se estabelecia o uso e a ocupação do solo na cidade e em como determinar o

comportamento social dos moradores, trazia também tópicos destinados aos espaços públicos. Dentre eles, considera-se a implantação do Jardim Público que, por ser construído no ano seguinte, tornou-se a principal referência de equipamento de lazer em Campo Grande. A implantação desta praça visava trazer ocupação e a consolidação da infraestrutura e do saneamento básico para uma área que ainda não continha esses elementos urbanísticos essenciais para a vida humana. Com a presença deste espaço público, a região que anteriormente era ocupada por um cemitério, como dito anteriormente, passou a ter um atrativo que influencia as proximidades, a partir da modernização da região e da transformação da paisagem urbana (WEINGARTNER, 2008).

Neste documento,

pode-se destacar também as reservas de sete áreas destinadas a receber praças. É importante frisar que estas áreas estavam alocadas em bairros que foram criados nas proximidades dos trilhos da ferrovia, ao lado direito do córrego Segredo, ou seja, se implantados, os espaços públicos não estariam presentes exclusivamente na região onde a cidade se iniciou e se desenvolveu (WEINGARTNER, 2008). Entretanto, a escolha dessas áreas foi a etapa máxima que chegou o planejamento urbano, visto que não foi realizada a implantação de nenhuma das praças, o que fez com que os bairros continuassem sem a presença de espaços públicos, sendo constituídos apenas por usos residenciais, uma vez que os usos comerciais, educacionais, de saúde e de lazer estavam estabelecidos no centro histórico, isto é, na região onde se estabeleceram os formadores da cidade. Não

foram somente as praças os espaços públicos planejados na versão atualizada do Código de Posturas, além delas determinou-se também a reserva de uma área no bairro Amambaí que previa a implantação de Hipódromo e iniciou-se também as discussões sobre a instalação de um possível Estádio. Em ambos os casos, prolongaram-se as análises sobre quais terrenos deveriam ser escolhidos para receberem os respectivos projetos e a indefinição fez com que as construções dos mesmos fossem atrasadas em vários anos.

Enquanto os que viriam a ser os novos espaços públicos da cidade tinham suas inaugurações adiadas por incertezas e questionamentos, os equipamentos de lazer presentes na região central tinham sua infraestrutura reforçada, como foi o caso do Jardim Público, que ganhou

um Pavilhão do Chá. São as primeiras demonstrações da diferenças encontradas até os dias de hoje, onde os bairros que compõem a área central são formados pelos mais variados espaços públicos, como praças e parques, além de conter a maior concentração comercial da cidade, enquanto os bairros com uma localização mais periférica - em relação ao centro - sofrem com a escassez dos mesmos elementos urbanos.



FIGURA 28
Jardim Público
Fonte: WEINGARTNER, 2008.

Nota-se, então, uma certa contradição entre as normas e diretrizes que estavam sendo documentadas para Campo Grande e o que de fato estava sendo realizado na época no

local, principalmente no que tange o quesito de espaços públicos e equipamentos de lazer. Há uma discrepância entre a cidade que se desenhava e se planejava e a cidade que se obtinha, que era real. Na primeira, havia a designação de crescer em conjunto e de forma simultânea as áreas residenciais com os espaços públicos, ou seja, conforme os novos bairros recebiam novos moradores e o município consequentemente se expandia, era necessário também delimitar áreas com potencial para outros usos que não o residencial, para que fosse possível formar um espaço com os mesmos recursos já existentes na cidade, não para gerar uma completa individualidade dessas áreas e fazer com que elas atuassem sozinhas no plano urbano, mas sim para produzir uma certa dependência das mesmas.

Entretanto, esses planos

ficaram apenas no campo teórico, pelo menos por alguns anos, pois a realidade criava uma cidade onde, para obter um bom funcionamento geral, seria necessário um bom funcionamento da região central. Importante ressaltar que é natural que o centro de um município tenha um papel a desempenhar mais importante do que outras regiões, mas é justo que cada cidadão, independente de onde resida, tenha direito à cidade e acesso à mesma dentro de forma igualitária, isto é, considerando fatores como mobilidade, infraestrutura e serviços.

Enquanto as outras áreas da cidade tentavam se desenvolver de forma inicial, o centro se consolidava cada vez mais. Com o grande aumento da população e consequentemente a expansão do território campo-grandense, chegaram na

cidade alguns espaços novos que fomentaram ainda mais o crescimento da cidade. A grande maioria desses espaços foram alocados na área mais estabilizada da cidade, e então, Campo Grande passou a ter espaços com novos usos, tais como bares, cinemas, teatros e rádios (WEINGARTNER, 2008).



FIGURA 29
14 de Julho
Fonte: Capital News. 2011.

A chegada desses novos lugares transformou o lazer existente na cidade e, fortificou, por conta das suas

localizações, a Rua 14 de Julho e seu entorno imediato como uma área onde os usos variam entre comércio e lazer, trabalho e ócio. Este eixo não passou a agir dessa forma e ter esse comportamento exclusivamente pelas novidades que chegaram na cidade, no entanto, esse resultado foi obtido a partir do trabalho em conjunto com os

espaços públicos já existentes. Para chegar nesse ponto, também foi necessário que até os espaços privados

fossem de acesso público.

Na década seguinte, o desenvolvimento e o crescimento do município continuaram a crescer, mas juntamente com isso, chegaram algumas outras mudanças, dessa vez no âmbito social. Iniciou-se em Campo Grande transformações não somente na cidade, mas também na população. Este fenômeno ocorreu por conta de dois fatores, sendo o primeiro deles o trâmite de viajantes que passou a acontecer na cidade a partir da regularização das viagens de trem e o segundo a chegada de novas mercadorias com o transporte aéreo e ferroviário (WEINGARTNER, 2008). Com essas condições estabelecidas, a comunicação na cidade passou a ser outra, visto que seria realizada de modo mais rápido e eficiente, por causa das ferramentas que não eram encontradas anteriormente. Além dos

viajantes, novos moradores e das mercadorias, a implantação de algumas companhias de comunicação, dentre elas a telefônica e a de correios, facilitou a troca entre o município e outros locais. Assim, a influência de outras cidades e metrópoles, como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, passou a ser mais forte e notável em Campo Grande, o que fez com que os locais ficassem com espaços público e privados parecidos, mas assemelhou também a forma como a população se relaciona com a cidade, enraizando novos costumes e práticas.

Com o aumento de moradores, fez-se necessário a criação de novos bairros, que serviram majoritariamente para o aumento do uso residencial, o que se justifica por ser o que seria mais utilizado. Entretanto, houve um grande distanciamento entre o que foi destinado para residências

e o que foi destinado para espaços públicos. Considerando que a porcentagem de ocupação do primeiro é muito maior que a do segundo, era natural esperar que a maior parte da área fosse atribuída para o

que seriam casas, porém, durante este processo não encontramos áreas que foram destinadas para espaços públicos e/ou de lazer. Isto significa que a designação para espaços urbanos não existiu em uma quantidade

menor, ela simplesmente não existiu de forma alguma na grande maioria dos bairros e, quando existiu, nas exceções, as áreas eram menores, em dimensões, do que se encontrava na região central, portanto, não conseguiriam atender de forma adequada a população que ali habitasse. Temos então outro exemplo em como Campo Grande se expandiu dependente da área central da cidade, formando a necessidade de deslocamento, que se mantém até os dias atuais, entre os bairros mais afastados e o centro, para que a população tenha acesso a todos os espaços, visto que parte considerável destes só existe na área onde primeiro se estabeleceu a cidade.

A década de 30 repete os acontecimentos da antecessora, mantendo o constante crescimento de espaços destinados ao lazer urbano, sejam eles públicos ou privados, mas sempre acessíveis para toda



FIGURA 30
Relógio na 14 de Julho
Fonte: Capital News. 2011.

população. Com este princípio, foram inaugurados novos bares, cinemas, centros culturais e espaços destinados à ocorrência de festividades, fortalecendo mais ainda a situação do centro, da Rua 14 de Julho e do Jardim Público, citado anteriormente. Importante lembrar que nesta época a população campo-grandense, inspirada em outros centros urbanos brasileiros, passou a valorizar o lazer ao ar livre e, por isso, a intensificação da importância do Jardim Público, que já era significativo antes. Por todo esse cenário e pelo papel que o centro desempenha no município, foram instalados nesta área dois marcos visuais: o relógio na Rua 14 de Julho e o Obelisco na Avenida Afonso Pena. (WEINGARTNER, 2008). Estes monumentos se tornaram também espaços propícios para receber encontros sociais de qualquer cunho, sejam eles aleatórios ou

marcados, passando por situações cotidianas e casuais e até mesmo manifestações políticas, como já mencionado brevemente ao longo deste capítulo.

Durante a análise da cidade, não podemos deixar de lado a influência que a prática militar teve na mesma. A atuação desse elemento no local, que perdura até os dias de hoje, fez com que surgissem equipamentos de lazer em alguns locais, especialmente no bairro Amambaí, tendo como exemplos algumas praças que, diferentemente das praças centrais, tinham elementos urbanos e uma infraestrutura simplória, mas eram inspiradas principalmente no Jardim Público do município. Juntamente com as praças, foram implementados alguns outros espaços de lazer, como por exemplo o Cassino e o Parque Balneário, o que fez com que essa área adquirisse uma certa importância na

cidade - no que tange o âmbito de espaços de lazer, ou seja, são os conceitos de centralidade e subcentro, mesmo que os estudos dos mesmos ainda estivessem na etapa inicial lá fora e sem previsão para serem iniciados nos Brasil. O planejamento urbano de Campo Grande, nesta época, seguia um estilo eclético clássico, o que significa que o desenho da cidade conduzia os habitantes ao centro através de eixos que trabalhavam em simetria (WEINGARTNER, 2008).

Avançando mais uma década, nos anos 1940, o escritório Saturnino de Brito foi designado a definir novamente o zoneamento dentro da área urbana do município. No que diz respeito aos espaços destinados para o público, que são os elementos estudados neste trabalho, o profissional estabeleceu que, entre toda a área do espaço

urbano, 20% deveria ser destinada a espaços públicos e outros 20% a praças e jardins (PMCG, 1941). Dessa forma, os locais designados para encontros sociais poderiam ser instalados concomitantemente as áreas residenciais e com a mesma importância urbana. A figura 31 mostra como ficaram divididos os zoneamentos da cidade, deixando claro que a zona comercial se localiza na área central, pelos inúmeros motivos explicados anteriormente. A mesma figura também exemplifica outro ponto abordado anteriormente, que seria o retardo na implantação de elementos de lazer na cidade. A respeito disso, podemos observar a diferença entre a quantidade de áreas que foram reservadas para receber praças e jardins e a quantidade de lotes onde realmente foram impostos os espaços públicos.

Considerando o número total de terrenos que foram destinados a essa especialidade, podemos concluir que o planejamento urbano obteve um baixo sucesso em transformar as modificações, ainda no campo teórico, em espaços realmente existentes e que a população pudesse usufruir.

Assim como nos documentos anteriores, no plano urbano de Saturnino de Brito, a tentativa de obter o que se foi projetado, neste caso a porcentagem das áreas de espaços públicos, foi frustrada. Novamente, Campo Grande se encontrava em um cenário onde o poder público realizava planos urbanos para

a cidade de acordo com o desenvolvimento de outras metrópoles, mas se encontrava em um ponto de estagnação quando chegava a etapa de tornar esses planos algo real e palpável. Talvez por isso exista até hoje o claro desapontamento pelo município não ter atingido o seu máximo potencial, visto que existia o aporte teórico e o planejamento urbano em forma de lei e de desenho, entretanto as legislações e ideias propostas não chegavam na fase de sair do papel, então, infelizmente, a população não conseguia vislumbrar e aproveitar o ideal de cidade que tinham, ideal este que foi construído a partir da comunicação entre Campo Grande e outros centros urbanos brasileiros, realizada com a chegada de viajantes e a troca de mercadorias, visto que eles elementos traziam o contexto do mundo exterior para a vila.

novos, que surgiram na década de 1940, com o plano de Saturnino de Brito, seguiram o comportamento já conhecido no município, dando prioridade aos lotes de uso residencial e, como consequência, as áreas que seriam destinadas para os espaços públicos sequer foram reservadas. As glebas que tinham uma dimensão pequena acabaram sendo compostas por quadras que eram constituídas exclusivamente de casas. Entretanto, as poucas praças que foram instaladas ficam em glebas maiores e não atingem os índices urbanos, decretados pela lei, uma vez que são menores do que as dimensões previstas pelo poder público a partir da opinião profissional (WEINGARTNER, 2008). Concluimos assim que os poucos espaços públicos, neste caso, praças, que foram instalados durante esta década e as subsequentes são insuficientes tanto em

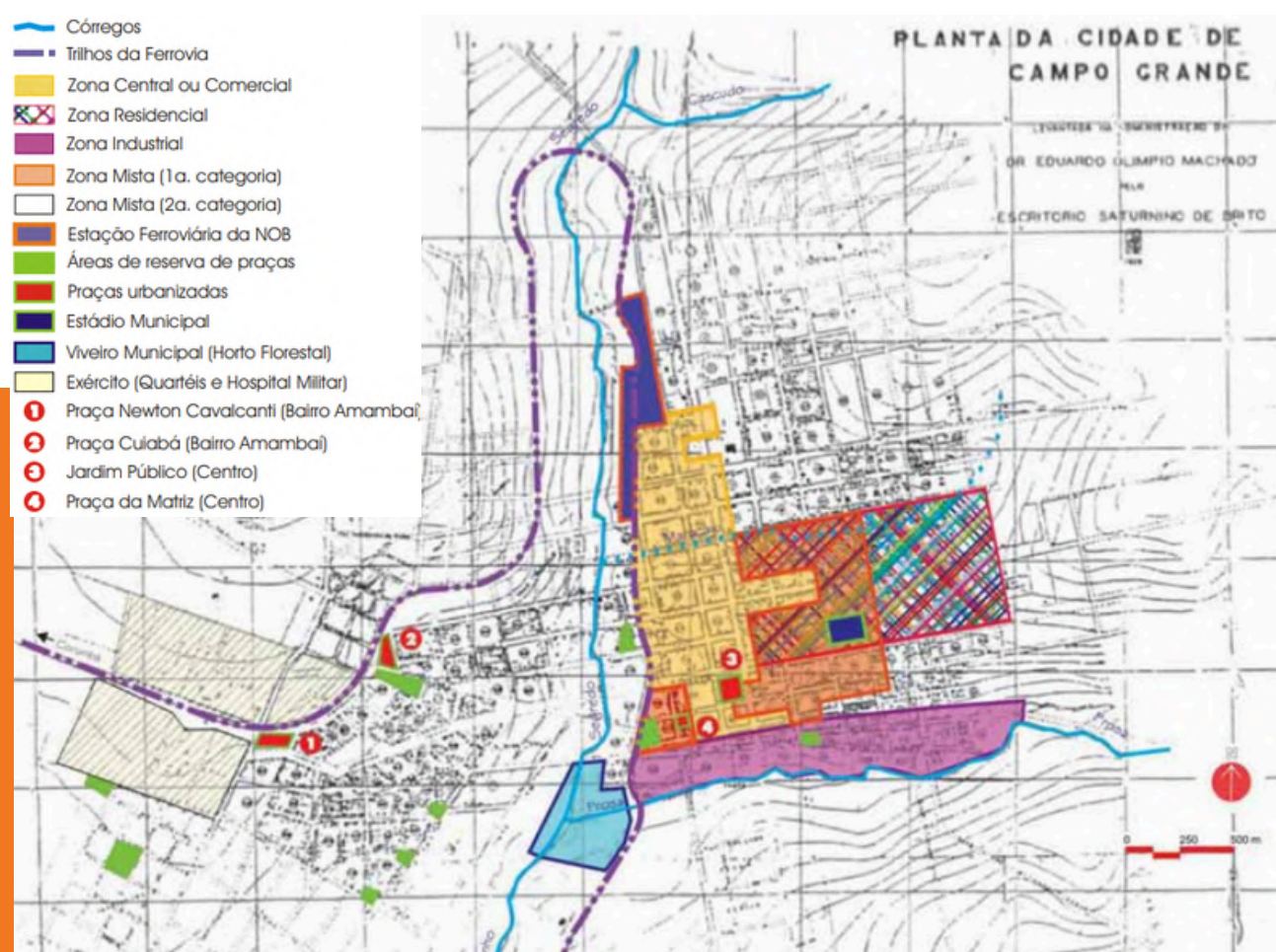


FIGURA 31
Uso do solo em Campo Grande, 1941.
Fonte: WEINGARTNER, 2008.

Então, os loteamentos

quantidades quanto em qualidade, pois o número das praças é indigno em relação ao número de habitantes, então além de não atenderem numerosamente, os poucos espaços existentes não contavam com infraestrutura suficiente para os que quisessem deles usufruir. Claro, quando falamos da falta de estrutura e da insuficiência de espaços públicos em Campo Grande, estamos nos referindo a bairros periféricos e não ao centro.

Também nesta época, além do contínuo atraso na implantação de novos espaços públicos e da falta de manutenção e melhora na estrutura dos mesmos e, aqui falamos de praças, parques e jardins; a chegada de novos locais de lazer, agora dando enfoque em espaços como bares, cinemas, teatros, clubes que podem ser de cunho público ou privado, também passou por um processo de

desaceleração. Sendo assim, é perceptível o pouco investimento tanto do poder público quanto da iniciativa privada no que diz respeito a esses elementos.

O processo de implantação de praças e de outros equipamentos de lazer, principalmente os de cunho público, continuou muito atrasado se comparado ao desenvolvimento de outras áreas da cidade. Isto se deu porque os loteamentos que vinham surgindo não foram ocupados da forma idealizada logo no início, entretanto, sua consolidação demorou vinte anos para ocorrer e, por isso, o poder público não agia nesses locais com afinco. Exemplificação deste dado é o fato de que, de uma das poucas praças que foi construída em um desses loteamentos só foi inaugurada nos anos 1980, duas décadas depois da inauguração do loteamento (WEINGARTNER, 2008).

Fazendo um apanhado de todas essas épocas, nos deparamos com uma cidade que teve um crescimento exponencial e um grande aumento no número de habitantes em poucos anos. Entretanto, esse desenvolvimento foi visto principalmente no aumento das áreas residenciais, por motivos óbvios, e em outros fatores como zonas industriais que eram localizadas próximas aos trilhos dos trens da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Além disso, a região comercial também cresceu simultaneamente, entretanto, como foi abordado diversas vezes, a maior parte dessa região, e também a mais importante, se localizava no centro da cidade, assim como os espaços destinados para o lazer público, sejam eles de iniciativa pública, como praças, estádios, mercados públicos, entre outros ou de iniciativa privada, como bares, clubes, cinemas e teatros. Temos então uma cidade

onde os habitantes, se buscassem algum elemento de lazer, precisavam se deslocar e é importante considerar que eram distâncias consideráveis. Assim como os espaços públicos, grande parte dos trabalhadores da cidade também tinham esse empecilho no cotidiano, por conta da área comercial ser localizada também na região central. Pode-se concluir então que Campo Grande foi gerada com uma grande dependência entre os bairros mais afastados e os que compunham o centro da cidade, sendo os primeiros dependentes dos segundos. A realidade do município retrata justamente o tipo de relação dos campo-grandenses com o centro, uma vez que após a chegada dos mineiros à cidade, com o início do desenvolvimento e a sequência do crescimento da mesma, foi consolidada somente uma centralidade - neste caso o entorno imediato

e mediato da Rua 14 de Julho e da Avenida Afonso Pena.

Claro, com o passar do tempo e a melhora da comunicação com outros centros urbanos, sejam eles brasileiros ou mundiais, chegaram à cidade novos espaços públicos de lazer tais como shopping centers e centros comerciais, já citados anteriormente. Por questões lógicas, estes espaços também foram incorporados ao centro, gerando ainda mais discrepância dessa região para outras. O fato da região aqui abordada receber mais atenção e investimentos, públicos e privados, do que o restante dos bairros não significa que não haviam equipamentos públicos e espaços de lazer urbano em outros bairros do município, mas sim que a diferença entre a estrutura que se encontrava na região central, principalmente na Rua 14 de Julho e na Avenida Afonso Pena, e em outras localidades era - e continua sendo, bastante notável, impactando diretamente na vida da população. Até os dias de hoje, por mais que a cidade tenha adquirido novas centralidades e alguns bairros tenham desenvolvidos subcentros que lhes garanta uma independência maior, a infraestrutura ainda não tem o mesmo nível que no centro da cidade, isto é, existem serviços que até este momento são oferecidos somente nesta região, dificultando o acesso de uma parte da população por conta de problemas na mobilidade urbana. Resumidamente, Ebner (1999) explica muito de como se formou a cidade e como ela se mantém em defasagem até atualmente, quando afirma em sua tese que: “Fica evidente que Campo Grande foi configurada como uma cidade dispersa, sendo esta, uma de suas marcas.”



- Área com espaços e equipamentos públicos
- Fluxo do restante da cidade para o centro
- Direção pra onde vão as áreas periféricas

FIGURA 32
Esquema de Campo Grande
Fonte: Elaborada pela autora. 2024.

A figura 32 corresponde a um esquema que simplifica o processo de crescimento de Campo Grande. Como é possível observar, o cruzamento da Rua 14 de Julho e da Avenida Afonso Pena mostra o ponto onde foram, inicialmente instalados grande maioria dos espaços e equipamentos públicos. Os círculos ao redor enfatizam o crescimento radial e clareiam a visualização da ausência dos espaços públicos, mostrando que quanto maior a distância do centro, menor a presença dos mesmos. O esquema ilustra como esse processo resultou na centralização excessiva dos serviços.

03.

Aqui, serão mostrados recortes que foram realizados com o intuito de entender e justificar o porquê da área escolhida para o projeto, trazendo clareza à decisão. Também serão apresentados os estudos de caso a fim de conectar os projetos arquitetônicos e urbanísticos aos conceitos teóricos sobre espaços públicos e urbanismo social discutidos em capítulos anteriores.

ESTUDOS DE CASO --- E JUSTIFICATIVA DE ÁREA

estudos de caso

RUA DA CIDADANIA - CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA (CIC)

3.1

3.1.1

Neste tópico, serão apresentados e analisados estudos de caso a fim de encontrar elementos projetuais que possam auxiliar a definir a melhor solução para as estratégias arquitetônicas adotadas, ajudando no processo de setorização, fornecendo uma base estruturada para o restante do desenvolvimento do projeto.

Criadas e inauguradas na primeira gestão do prefeito Rafael Greca, durante os anos de 1993 e 1997, na cidade de Curitiba, Paraná, as Ruas da Cidadania foram desenvolvidas e financiadas com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Assim como no conceito de urbanismo social, a mobilidade urbana também foi um tópico trabalhado nos projetos, a partir da presença de ônibus biarticulados colocados em rotas pela primeira vez na cidade. Outro ponto de destaque é o fato de ser um projeto a longo prazo, uma vez que houveram implantações até o ano de 2016 e a finalização do projeto da Rua da Cidadania da CIC está prevista para dezembro de 2025 (URBS, 2023). Em entrevista à Prefeitura de Curitiba, realizada em 2023, o prefeito Rafael Greca destacou o seguinte ponto: "Quando eu terminar minha gestão na Prefeitura todas as

regionais de Curitiba terão Ruas da Cidadania e todos os curitibanos e curitibanas vão ter próximos os cerca de 600 serviços que o município oferece".

Estes espaços foram pensados para funcionar como uma espécie de subprefeitura para a população. Com essa finalidade, foram implantados dez projetos, cada um destinado a atender uma região específica. O objetivo principal é possibilitar que a população residente nessas regiões tenha acesso aos mesmo serviços e infraestrutura que geralmente são oferecidos nas regiões centrais, facilitando a mobilidade urbana por conta da proximidade e consequentemente, aumentando a qualidade de vida e a equidade de um município.

As similaridades nesses dez

projetos se encontram em muitos pontos, mas o destaque é para o programa de necessidades e os usos encontrados nesses espaços. Todos eles foram pensados para receber diversos serviços, com áreas pensadas para as secretarias de urbanismo, saúde, segurança alimentar e nutricional, educação, esporte e lazer, finanças, defesa social e trânsito, além da secretária do governo municipal com os serviços de administração regional e espaço do cidadão. Também recebe fundações, como a de ação social e a cultural e a Companhia de Habitação Popular de Curitiba (PMC, 2017).

Aqui, em específico, será realizada a análise da Rua da Cidadania da região da Cidade Industrial de Curitiba (CIC). O primeiro ponto a ser considerado é que, em cada projeto, encontramos a mesma destinação de uso e ocupação em todos os edifícios e espaços públicos,

variando apenas escolhas de soluções arquitetônicas - o que pode se enxergar na setorização e no sistema construtivo de cada local, por exemplo (PMC, ANO).

Nesta região, o projeto foi implantado em um vazio urbano que, pela sua falta de ocupação, gerava insegurança aos moradores, colocando em risco a integridade física dos mesmos. O local tem como vantagem a proximidade com diversos equipamentos públicos, tais como o CRAS Nossa Senhora da Luz, a Escola Municipal Albert Schweitzer, além do Farol do Saber Frei Miguel Bottacin, que é outro espaço público com a mesma linguagem e objetivo das Ruas da Cidadania. Também existe a integração com o entorno da Praça Enoch Araújo Ramos e, com todos esses espaços atuando conjuntamente, o bairro Vila Nossa Senhora da Luz consegue funcionar de

forma única, pois atualmente existe uma divisão na região causada pela topografia do local (PMC, 2017). Seguindo os dados coletados em 2016 pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba (IPPUC), se, quando implantado, o projeto funcionar como previsto, atenderá cerca de 200 mil pessoas, em uma região que corresponde a aproximadamente 15% do território de Curitiba (IPPUC, 2016).

No caso do projeto analisado, a principal diferença é justamente o sistema

construtivo adotado, pois foge dos materiais convencionais como a alvenaria e opta por contêineres. Dessa forma, a construção tem uma redução nos custos da obra e no tempo de entrega da mesma, além de permitir que o projeto seja modular, unificando a setorização e facilitando uma possível realocação, caso for necessário (PMC, 2017). A figura abaixo mostra como foi planejada a distribuição dos contêineres, Figura 33, ao longo do espaço, mas também deixa claro como funciona a estrutura que sustenta a cobertura do

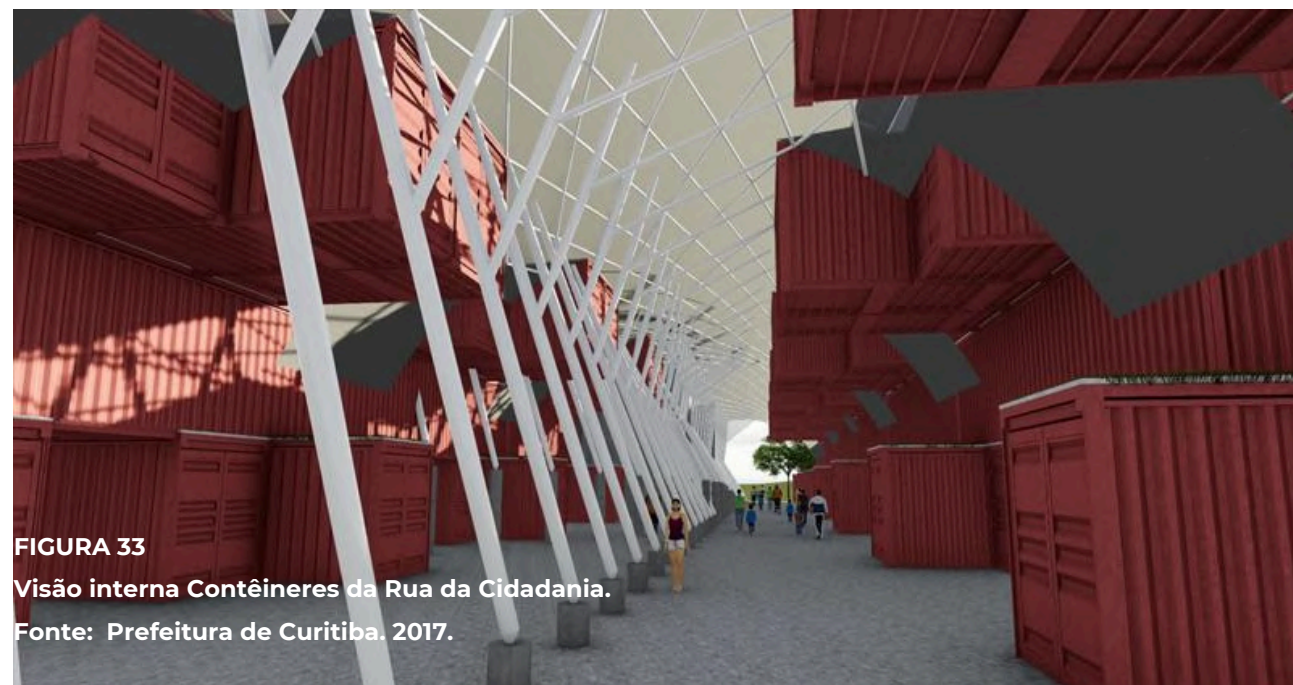


FIGURA 33
Visão interna Contêineres da Rua da Cidadania.
Fonte: Prefeitura de Curitiba. 2017.

projeto.

Segundo a Prefeitura de Curitiba, a área destinada para o projeto é de aproximadamente 3500 metros quadrados, sendo 14500 deles para área construída e os contêineres escolhidos foram os do modelo de 40 pés. No total, foram utilizados 110 contêineres que foram distribuídos ao longo de três pavimentos a fim de atender de forma igualitária todos os núcleos de secretarias municipais e serviços estaduais, além de espaços gastronômicos e administrativos.

Adicionalmente a todos esses usos, a Rua da Cidadania da Cidade Industrial de Curitiba tem certa importância atribuída ao setor do esporte e, por isso, também foi projetado no mesmo espaço o Pavilhão do Skate que vai permitir, a partir da instalação de rampas, escadas, trilhos, bowl e pool, a prática de diversas modalidades do skate, tais como a street e a vertical. Além disso, também serão implantadas arquibancadas móveis. A figura 34 mostra um pouco do espaço externo que foi descrito (PMC, 2017).



FIGURA 34
Visão externa da Rua da Cidadania.
Fonte: Prefeitura de Curitiba. 2017.

Também é possível realizar a análise da setorização a partir do que mostra a Figura 35, onde os setores são divididos por cores, sendo o azul correspondente aos espaços destinados para os serviços de esporte, o vermelho e o laranja destinados aos espaços para secretarias da prefeitura municipal, a cor rosa simboliza os espaços de contemplação e o verde se atém aos serviços administrativos. Essa foi a melhor solução encontrada

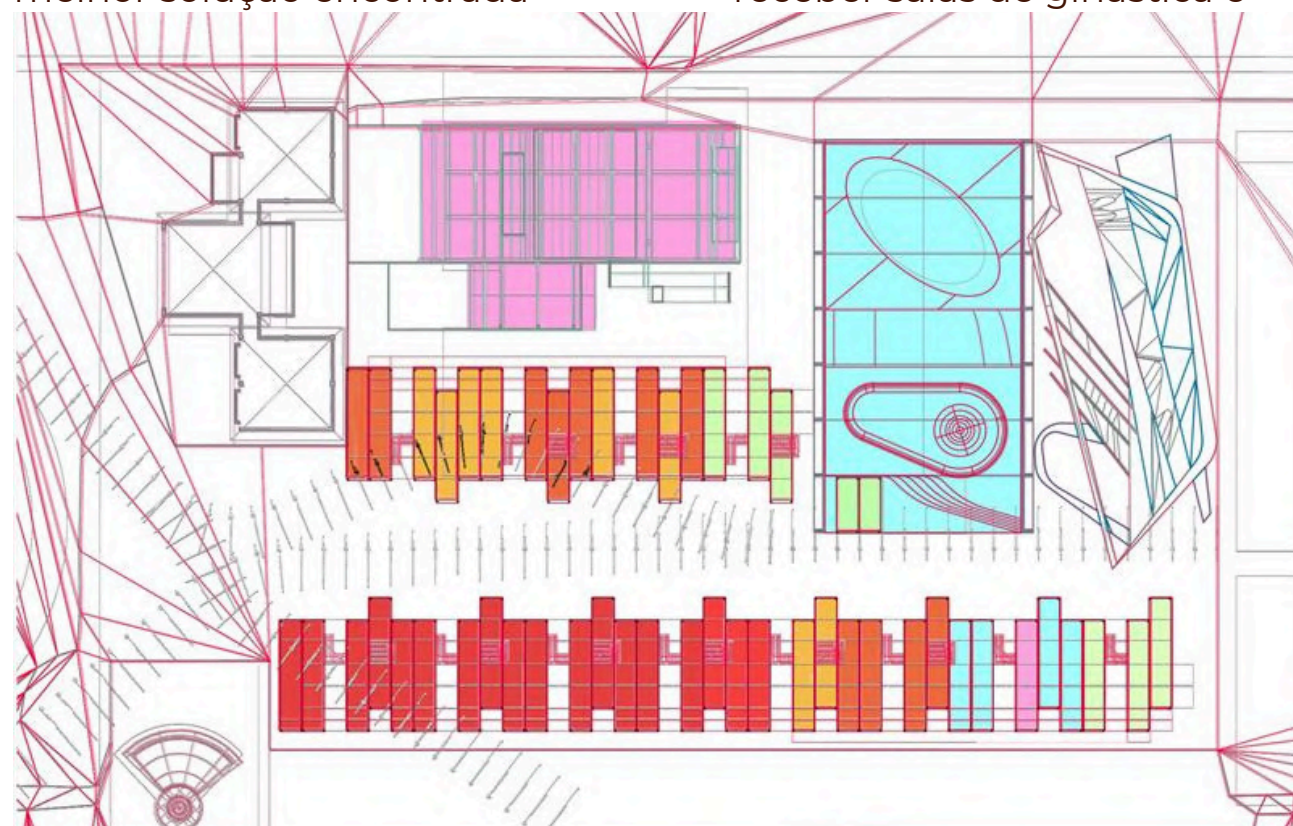


FIGURA 35
Setorização da Rua da Cidadania.
Fonte: Prefeitura de Curitiba. 2017.

para receber em uma mesma área todos os serviços necessários para atender de forma qualificada toda a população residente da região (PMC, 2017).

A organização do espaço foi dividida em dois pavimentos, sendo um subsolo reservado para estacionamento, áreas de apoio e segurança, contando também com as áreas esportivas, como quadra de esportes e vestiários, além de receber salas de ginástica e

musculação e outras salas multiusos. No pavimento térreo, estarão as secretarias municipais citadas anteriormente, terão também salas de reuniões e espaços destinados para a administração e para os servidores, como copas e refeitórios (PMC, 2023).

Além dos contêineres, é importante ressaltar também a estrutura que sustenta a cobertura do ginásio, Figura 36 e 37. Ao analisar imagens e vídeos fornecidos pelo IPPUC, é perceptível a utilização de pilares em árvore, que são sustentados por uma base de concreto e se conectam, no topo e a partir das suas ramificações, com telhas metálicas que percorrem e cobrem toda extensão do espaço, protegendo principalmente os caminhos formados no desenho de implantação e as áreas que não são de permanência.

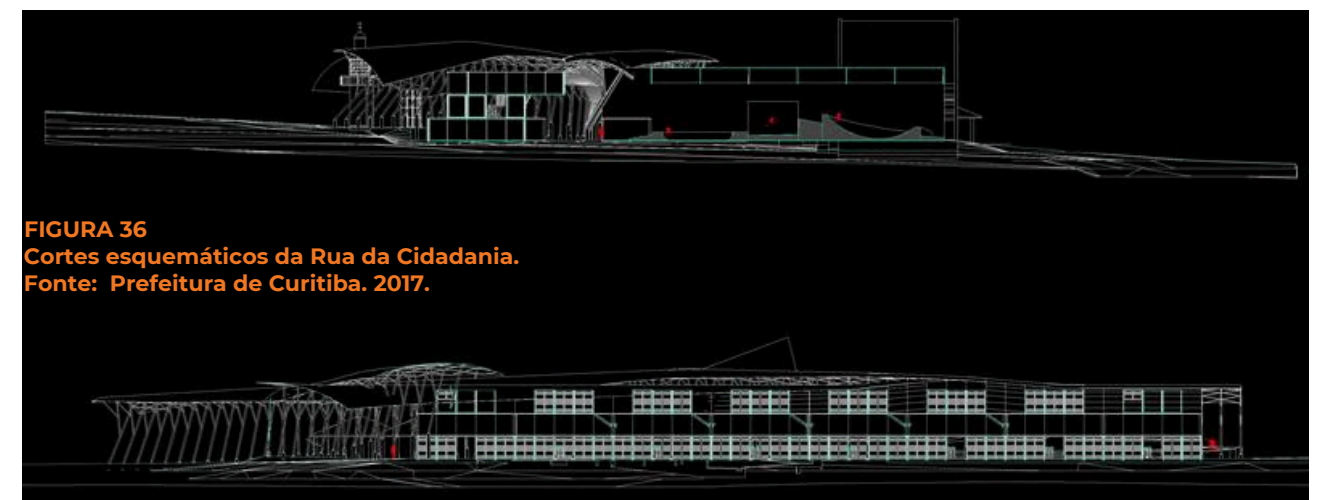


FIGURA 36
Cortes esquemáticos da Rua da Cidadania.
Fonte: Prefeitura de Curitiba. 2017.



FIGURA 37
Sistema estrutural da Rua da Cidadania.
Fonte: Prefeitura de Curitiba. 2017.

estudios de caso

UNIDADE DE VIDA ARTICULADA (UVA) EL PARAÍSO

3.1
3.1.2

Tornando mais específica a discussão realizada neste estudo sobre a Colômbia, foi escolhido para análise o projeto da Unidade de Vida Articulada El Paraíso, também chamada de UVA. Localizado em San Antonio de Prado desenvolvido pela Empresa de Desarrollo Urbano de Medellín (EDU), o espaço conta com quase 4000 metros quadrados de área que receberam equipamentos preparados para atender os habitantes e melhorar a cidade em diversos aspectos que foram descritos durante este trabalho (ARCHDAILY, 2015).

O bairro onde foi alocado o projeto está inserido em um distrito que tem grande importância no desenvolvimento de Medellín, principalmente devido a sua localização, pois consegue fazer conexão da centralidade urbana já existente com a

comunidade rural, Figura 38, e moradores de áreas periféricas. Essa centralidade corresponde a região onde estão implantados, estrategicamente, a Biblioteca Parque San Antonio de Prado e o eixo ambiental, além da presença do rio La Cabuyala. Para que todo esse sistema funcione da forma que foi acreditado durante seu desenvolvimento, é necessário um conjunto de elementos atuando simultaneamente, tais como programas que tem como prioridade levar serviços para sociedade, equipamentos que integram o bairro e a cidade e espaços onde o indivíduo possa sentir a arquitetura a partir dos sentidos existentes nos seres humanos, transformando o percurso e tornando cada experiência do cidadão com o município individual, mas sem abandonar a coletividade. Adicional a isso, neste caso, outro tópico que contribuiu para o funcionamento geral do projeto foi a reativação de espaços públicos que já eram existentes e, por algum motivo, caíram em desuso com o passar do tempo, deteriorando a ocupação dessas áreas urbanas e agravando os índices de violência, diminuindo a qualidade de vida e a segurança pública (ARCHDAILY, 2015).



FIGURA 38
Entorno da UVA El Paraíso.
Fonte: Archdaily. 2015.

Seguindo o mesmo tipo de elaboração da grande maioria dos projetos de urbanismo social, principalmente os desenvolvidos na Colômbia, a comunidade - em foco aqueles que teriam a vida e rotina diretamente afetada pela instalação da UVA El Paraíso, participou de diversas etapas da concepção do espaço, passando pelo estágio mais inicial, como o desenho do projeto, contribuindo com ideias formadas a partir da sua própria vivência do local, e assim, enriquecendo o desenho realizado por profissionais que não conseguiriam, com a sua visão acadêmica e comercial, adicionar um caráter tão pessoal a um espaço tão múltiplo (ARCHDAILY, 2015).

As características apresentadas facilitam o entendimento da setorização e do plano de necessidades do projeto. Como mostra a figura 39, são dois pavimentos que constituem o edifício em

questão. Esses dois pavimentos são divididos em quatro volumes, que existem ao redor de uma quadra que já era existente no espaço escolhido. Essa quadra esportiva é o coração da UVA El Paraíso, pois conecta todos os programas esportivos e culturais presentes no edifício (ARCHDAILY, 2015).

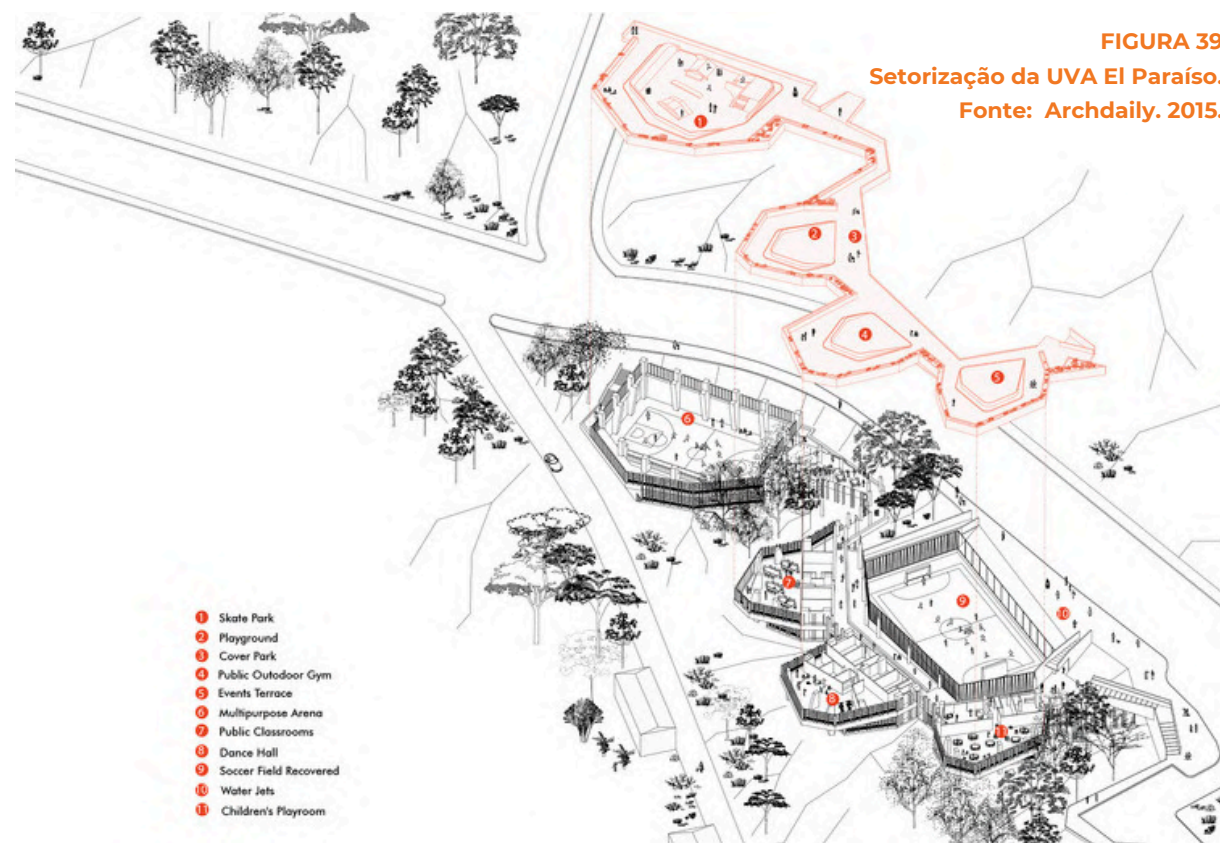


FIGURA 39
Setorização da UVA El Paraíso.
Fonte: Archdaily. 2015.

Também encontramos aqui soluções para deixar em evidência a sustentabilidade do projeto, dentre elas a manutenção e conservação de diversas vegetações arbóreas, com variados portes, além da preservação de dois cursos d'água presentes no terreno de escolha (ARCHDAILY, 2015). Esses elementos formam uma paisagem natural única, mas também compõem uma paisagem urbana quando se encontram com os volumes arquitetônicos e desenhos urbanísticos que constituem o espaço. A importância da paisagem na composição do projeto é notada principalmente nos terraços públicos localizados acima do segundo pavimento, como mostra a figura 40. Alinhando com outros problemas de Medellín, existe também a ausência de lotes propícios para abrigar futuros

equipamentos públicos e, neste caso, assim como em outros projetos, nas coberturas dos prédios são alocados parques que tem como primeira função serem um observatório para toda a cidade.



FIGURA 40
Cobertura da UVA El Paraíso.
Fonte: Archdaily. 2015.

No que diz respeito à estrutura, a solução adotada foi a de concreto aparente, eliminando o uso da alvenaria convencional. Em conjunto com as paredes e pilares de concreto armado, foram implantadas lajes nervuradas no térreo e no primeiro pavimento do edifício, figura 41, permitindo assim que a distância entre os elementos estruturais fosse maior do que se encontra normalmente. Compondo a fachada e desempenhando um importante papel no conforto térmico e lumínico do prédio, estão os brises, que tiveram suas cores vibrantes escolhidas pela comunidade local (ARCHDAILY, 2015).

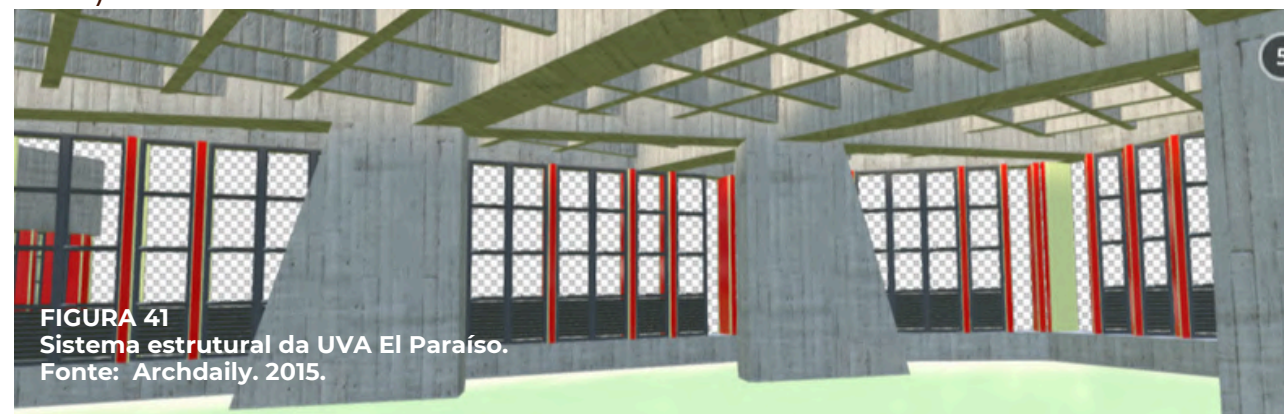


FIGURA 41
Sistema estrutural da UVA El Paraíso.
Fonte: Archdaily. 2015.

estudos de caso

CENTRO COMUNITÁRIO PILARES AZCAPOTZALCO

3.1
3.1.3

Localizado na Cidade do México, capital do México, o projeto é mais um daqueles encontros entre o governo, a comunidade e a iniciativa privada. Os princípios demonstrados no pensamento do urbanismo social podem ser vistos a partir do nome, pois a sigla Pilares corresponde a abreviação de Pontos de Inovação, Liberdade, Arte, Educação e Conhecimento (ARCHDAILY, 2023). O projeto aqui apresentado e estudado faz parte de uma remessa de cem centros comunitários que foram distribuídos pelos bairros com os mais alarmantes índices urbanos da cidade, seguindo a premissa do que foi analisado anteriormente.

Pela grande quantidade de projetos, o governo do México envolveu no desenvolvimento dos centros comunitários diversos escritórios de arquitetura, de todo o mundo, com a função não somente de

projetar os espaços, mas também de supervisionar a construção dos mesmos. Entretanto, por mais que os profissionais envolvidos durante o processo não fossem nativos, as prioridades continuam sendo as mesmas: entender o contexto social e o entorno em que estaria inserido para que, com a ajuda da comunidade, as necessidades dos moradores fossem atendidas de forma satisfatória e condizente. Para a elaboração do Centro Comunitário Pilares Azcapotzalco, o escritório Ignacio Urquiza Architects estabeleceu como um uns pontos chaves do projeto a conexão entre o externo e o interno - no que se diz respeito a rua, para que o acesso fosse permitido por todos os que transitam no local, por todas as áreas, como tem que funcionar um espaço público. Além disso, foi determinado que cada espaço pode receber variados usos, aumentando a

flexibilidade e a variedade do mesmo, tornando esse espaço rotativo para que seja possível obter utilizações diferentes no mesmo lugar sem a necessidade de alterar a construção (ARCHDAILY, 2023).

Buscando ser igualitário em todos os aspectos, os centros comunitários têm um plano de necessidades similar, onde o terreno escolhido precisa atender as demandas educacionais, como aulas de ciberescola e robótica e oficinas de fabricação de joias, serigrafias e culinária, além das atividades relacionadas à arte, ao esporte e ao empreendedorismo (ARCHDAILY, 2022).

Discorrendo sobre características naturais do terreno e volumétricas do projeto analisado, é importante frisar que o local está inserido em um cruzamento movimentado, isto é, corresponde a um lote

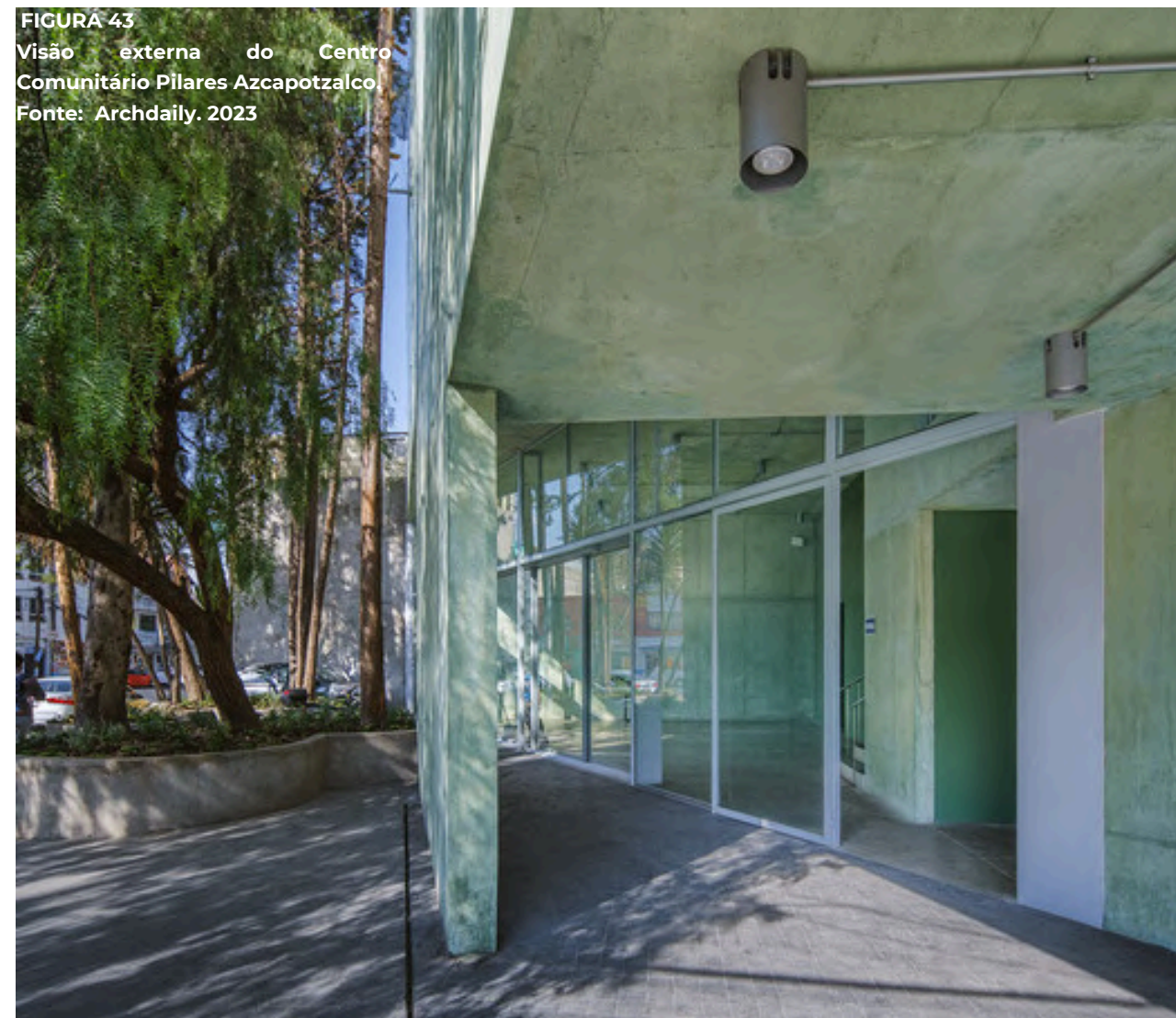
de esquina, que por mais que estivesse sem ocupação, contava com vegetação já existente. Essa vegetação arbórea foi levada em consideração durante o desenvolvimento do desenho que viria a se tornar o edifício, como mostra a figura 42 (ARCHDAILY, 2023).



FIGURA 42
Visão externa do Centro Comunitário
Pilares Azcapotzalco.
Fonte: Archdaily. 2015.

Por conta da localização do terreno, foi estabelecido como prioridade o estudo dos acessos ao edifício, visto que, por ser um espaço público, se entendeu como necessário que ambas as orientações e fachadas recebessem entradas com o objetivo que a permeabilidade visual e o convite para adentrar o espaço estivesse presente em todo o térreo (ARCHDAILY, 2023). Para atingir tal objetivo, as paredes das fachadas do térreo receberam cortes diagonais como mostra a figura 43, que destaca as fachadas do edifício, com foco no encontro da rua com a calçada do terreno. Adicional a essa solução, foram escolhidas portas de vidro para compor a parte do prédio que recebe o primeiro contato visual de quem está passando na rua. Com a junção dos cortes diagonais e das folhas de vidro, é possível estender o espaço interno para a calçada, tornando o local ainda mais convidativo

para a comunidade, demarcando as rotas de entrada com clareza e de forma fluída. A figura 43 mostra o encontro do interior com o exterior, sendo um perfeito exemplo de como o espaço público pode se tornar um só com a cidade, tornando os



espaços internos do edifício parte do entorno, sem privar o acesso de nenhum indivíduo. Novamente, fica explícito como as paredes diagonais e as portas de vidro funcionam como cortinas que fazem a transição entre o que está dentro do edifício e o que está fora do mesmo.

Por receber muitos espaços para atender as suas mais variadas necessidades, se fez necessário verticalizar o prédio em três

pavimentos e, em cada um deles foram alocadas quatro plataformas que são conectadas por uma escada central. Essa setorização auxilia com o conforto térmico, a partir da ventilação cruzada que possibilita que o local receba e, ajuda também com o conforto lumínico, proporcionando a entrada da luz natural no edifício, representada na figura 44. (ARCHDAILY, 2023). A acessibilidade, que é um fator arquitetônico básico e imprescindível e que deve estar presente em todo e qualquer projeto de arquitetura, aqui é representada pelo elevador central - que foi alocado no núcleo rígido, juntamente com a escada. Adicional a ele, algumas plataformas receberam rampas que se dividem em funções de circulação e de funcionamento para atividades específicas ou para espaços multiusos.



FIGURA 44
Visão interna do Centro Comunitário
Pilares Azcapotzalco.
Fonte: Archdaily. 2023

Nas figuras que ilustram o centro comunitário estudado, percebe-se que as áreas destinadas a receber os espaços de trabalho e estudos funcionam de forma própria. Essas são as áreas mais equipadas do edifício, onde estão mesas e computadores, imitando o que encontramos em estúdios e salas empresariais. Indo no caminho contrário, os outros espaços não tem mobiliários nem de grande nem de

pequeno porte, possibilitando atividades físicas como por exemplo as aulas oferecidas que vão de artes marciais até os mais variados tipos de dança e ioga. São essencialmente nesses espaços, que atendem demandas de trabalho, mas atendem principalmente o lazer e entretenimento, que a população produz os encontros que foram descritos ao longo deste trabalho, ou seja, aqueles que são impessoais, inesperados e juntam pessoas de características e classes diferentes, assim como ilustra a figura 45.

Assim como nos outros projetos analisados, existem características que tornam esse projeto pessoal e único para a comunidade que ali vive e, neste caso, o elemento que mais representa essa individualidade são as cores escolhidas para o edifício. As cores foram influenciadas pela própria arquitetura mexicana, se formos considerar um espectro mais geral e amplo, mas também teve influência dos próprios bairros onde estão implantados os centros comunitários. Como resultado disso, temos prédios que se destacam pela coloração vibrante, se afastando do que normalmente encontramos em prédios públicos, ou seja, edifícios com fachadas constituídas por materiais com características mais neutras e reclusas, sem destaque no entorno onde está inserido

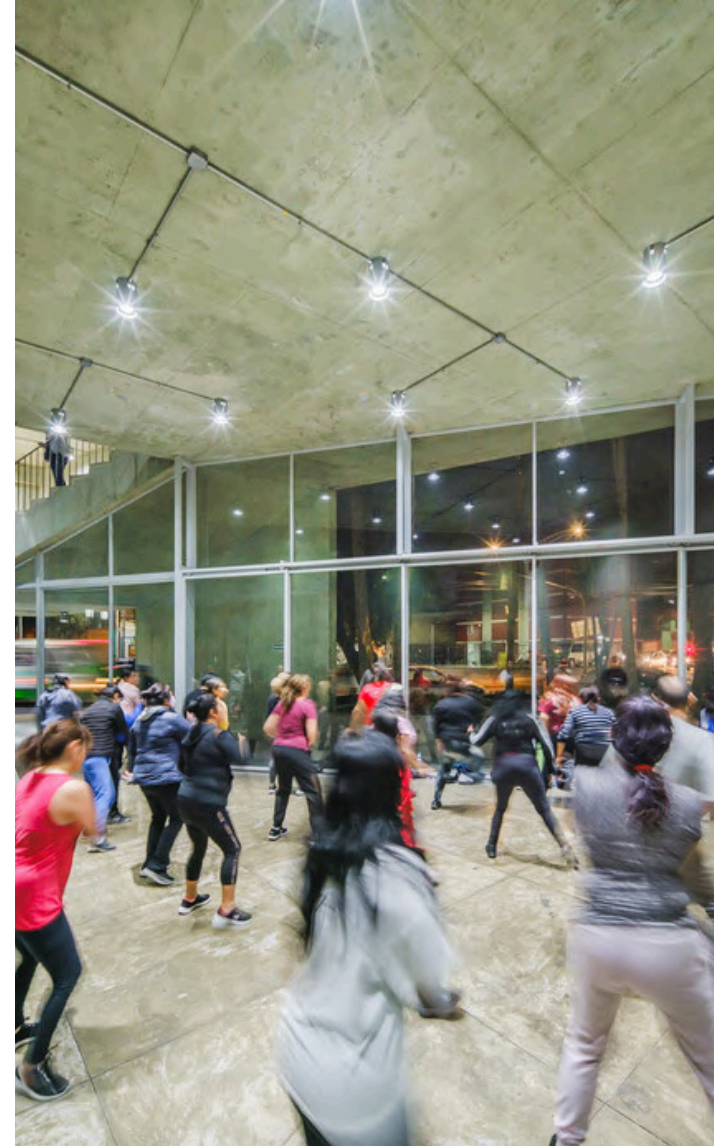


FIGURA 45
Visão externa do Centro Comunitário Pilares
Azcapotzalco.
Fonte: Archdaily. 2023

(ARCHDAILY, 2022). Também é necessário analisar o sistema construtivo que, no caso do centro comunitário Azcapotzalco, foi escolhido o concreto aparente, excluindo a tradicional alvenaria. Ao observar como foi trabalhado este material, encontramos duas texturas diferentes no edifício, sendo que no interior do prédio encontramos um acabamento de superfície lisa, enquanto no exterior a textura encontrada é rugosa. Importante ressaltar que o concreto aparente não foi escolhido apenas pela sua facilidade de manuseio ou pela sua flexibilidade em relação ao tempo de obra quando comparado a outros materiais, mas também pelas suas qualidades térmicas e pela imponência que o edifício adquire por conta do concreto aparente, o diferenciando dos outros prédios do entorno.

justificativa da área

3.2

Neste tópico, a partir de dados teóricos e mapeamentos, serão apresentadas e analisadas as regiões que foram definidas como zonas de centralidade na cidade de Campo Grande a fim de compreender primeiramente porque foram escolhidas essas áreas e, após esse entendimento, partir para uma análise voltada às características individuais de cada uma dessas áreas e, baseado neste conhecimento, optar pela melhor região para o desenvolvimento projetual deste presente trabalho. Importantíssimo ressaltar que, em uma consulta ao órgão de Planejamento Urbano de Campo Grande, foi disponibilizado o estudo de Elaine Rezende, publicado em 2022, a partir da premissa de que o mesmo analisava como a cidade em questão definiu as questões sobre centralidade e tudo que envolve este aspecto.

A capital do estado do Mato

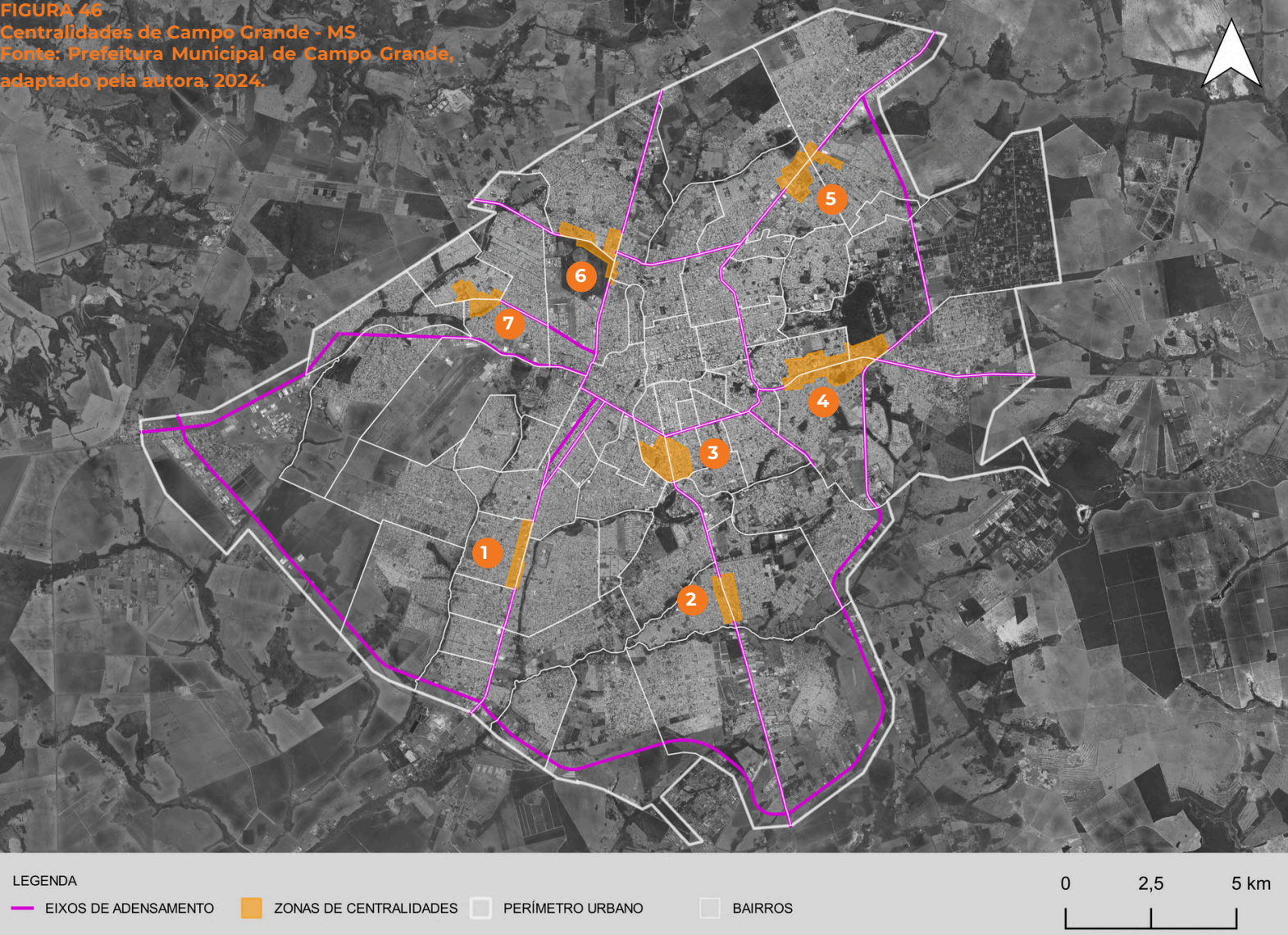
Grosso do Sul conta atualmente com sete Zonas de Centralidade que foram definidas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande, desenvolvido no ano de 2018, como ilustra o mapa 9. Conseguimos enxergar que essas zonas são distribuídas por todo perímetro urbano, entretanto não são alocadas em áreas periféricas distantes, mas também não se encontram próximas, em sua grande maioria, a região central da cidade (SISGRAN, 2018). O mapa mostra também os três Eixos de Adensamento (EA) previstos pela Lei Complementar 341/2018. O EA1 mostra os trechos próximos à zona central que tem potencial e capacidade para se adensar e, possivelmente, expandir e estender a infraestrutura e serviços oferecidos nos bairros centrais para os outros bairros de Campo Grande, enquanto o EA2 é referente a conexão entre as Zonas de

Centralidade e as áreas mais extremas da cidade e, por fim, o EA3 diz respeito ao contorno de uma parte do limite urbano do município, se encontrando com os outros Eixos de Adensamento e com as Zonas de Centralidade, de forma direta ou indireta (PDDUA, 2018).

Em conjunto, foram criadas sete Zonas de Centralidades (ZC), distribuídas ao redor de toda expansão urbana do município. Teoricamente, o documento em questão as define como:

.Zonas de Centralidades (ZC) são porções da área urbana destinadas à promoção de atividades típicas de áreas centrais ou de subcentros regionais ou de bairros, em que se pretende incentivar usos diversificados e produção habitacional com densidade demográfica líquida de até 330 (trezentos e trinta) habitantes por hectare e, densidade demográfica de 60 (sessenta) habitantes por hectare (PDDUA, 2018, p. 5).

Algumas dessas áreas foram nomeadas após bairros, enquanto outras ganharam seu nome em homenagem a terminais de ônibus, ou seja, foram escolhidos nomes que já são referência na cidade. Sendo assim, as sete ZC são conhecidas como: Júlio de Castilho, Tamandaré, Coronel Antonino, Cidade Jardim, Guaicurus, Morenã e Aero Rancho. São estas áreas que ficaram designadas a atuar como núcleos centrais, pois elas têm as mesmas características que foram descritas ao longo de todo este trabalho e, assim, quando consolidadas, passam a ser responsabilizadas por inúmeros aspectos urbanos também já citados, procurando sempre obter o equilíbrio da cidade e dos habitantes.



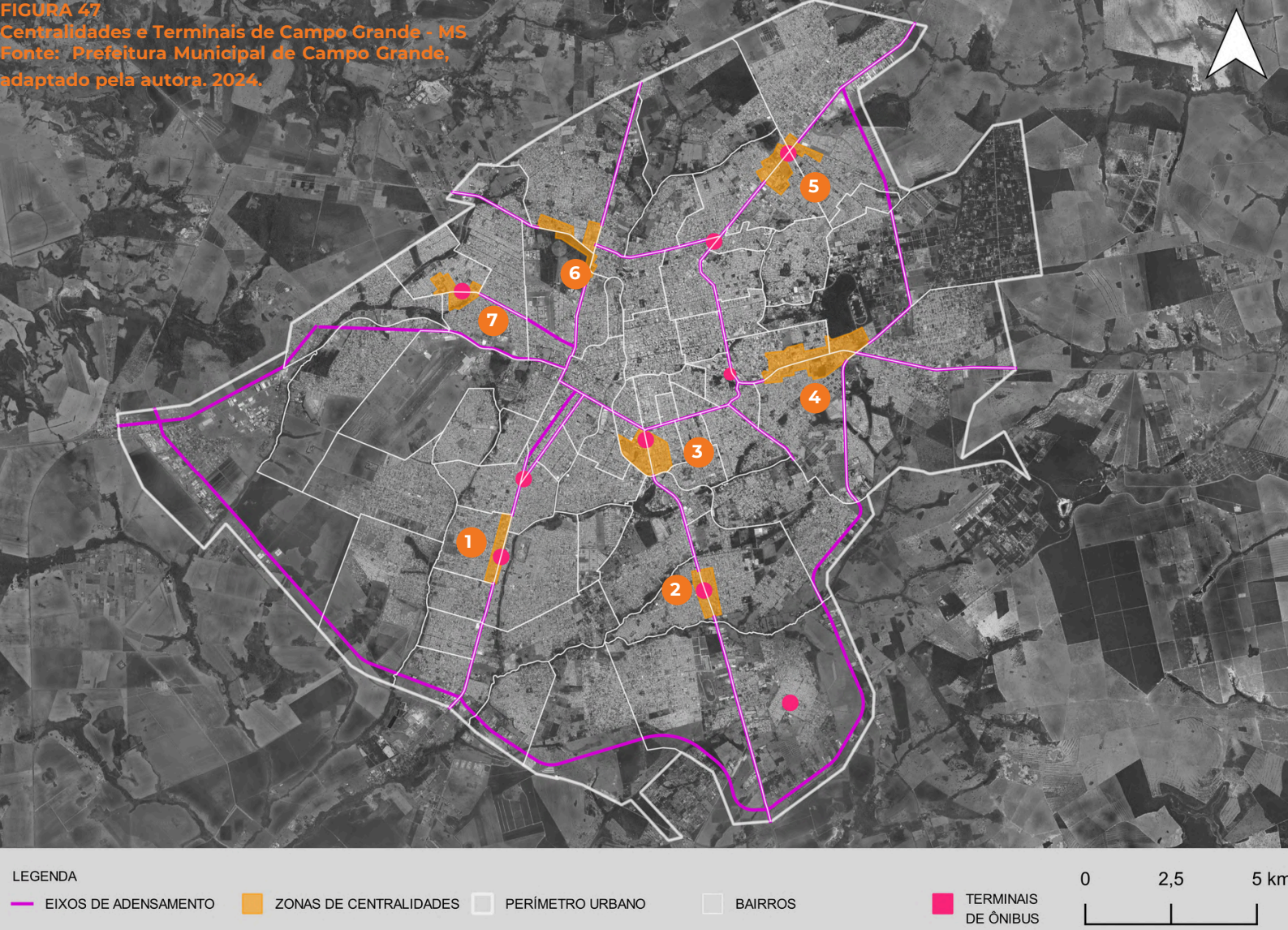
Com base nas Zonas de Centralidade e nos Eixos de Adensamento que foram estabelecidos em Campo Grande e com o auxílio de toda a análise teórica realizada, podemos começar o processo de afunilar a etapa de projeto arquitetônico e urbanístico. O primeiro passo

para conseguir adentrar nesta etapa do trabalho é entender que para trabalhar as potencialidades que as centralidades tem, expostas nos capítulos anteriores, é necessário atuar em uma das Zonas de Centralidade e, para isto, precisamos escolher uma entre as sete disponíveis.

Foram então realizados alguns recortes a partir do material urbano encontrado, sendo o primeiro deles justamente as áreas que foram escolhidas para serem Zonas de Centralidade, pois não seria possível obter o resultado esperado se o espaço trabalhado estivesse localizado fora deste zoneamento.

Então, após reduzir todas as opções de escolha a apenas essas sete regiões, foi fundamental realizar mais cortes. O segundo diz respeito aos transportes públicos, uma vez que estes elementos são parte vital para o funcionamento da cidade e, conseqüentemente, de todo e qualquer núcleo central que esteja incluído nela. Portanto, pode-se afirmar que, para determinar que uma área fosse transformada em uma Zona de Centralidade, havia a obrigatoriedade de existir um terminal de ônibus, que é o transporte público utilizado

em Campo Grande, inserido na mesma. Em relação a essa decisão, a figura 46 mostra que existem duas Zonas de Centralidade que não atendem ao que foi deliberado, ou seja, são áreas que não possuem nenhum terminal em todo seu perímetro, sendo elas as Zonas de Centralidade 6 e 4. Assim, foram excluídas as zonas Tamandaré, que é a mais distante em relação a um terminal de ônibus, e a Cidade Jardim, que está localizada próxima a um terminal, mas não o suficiente para se enquadrar na característica exigida.

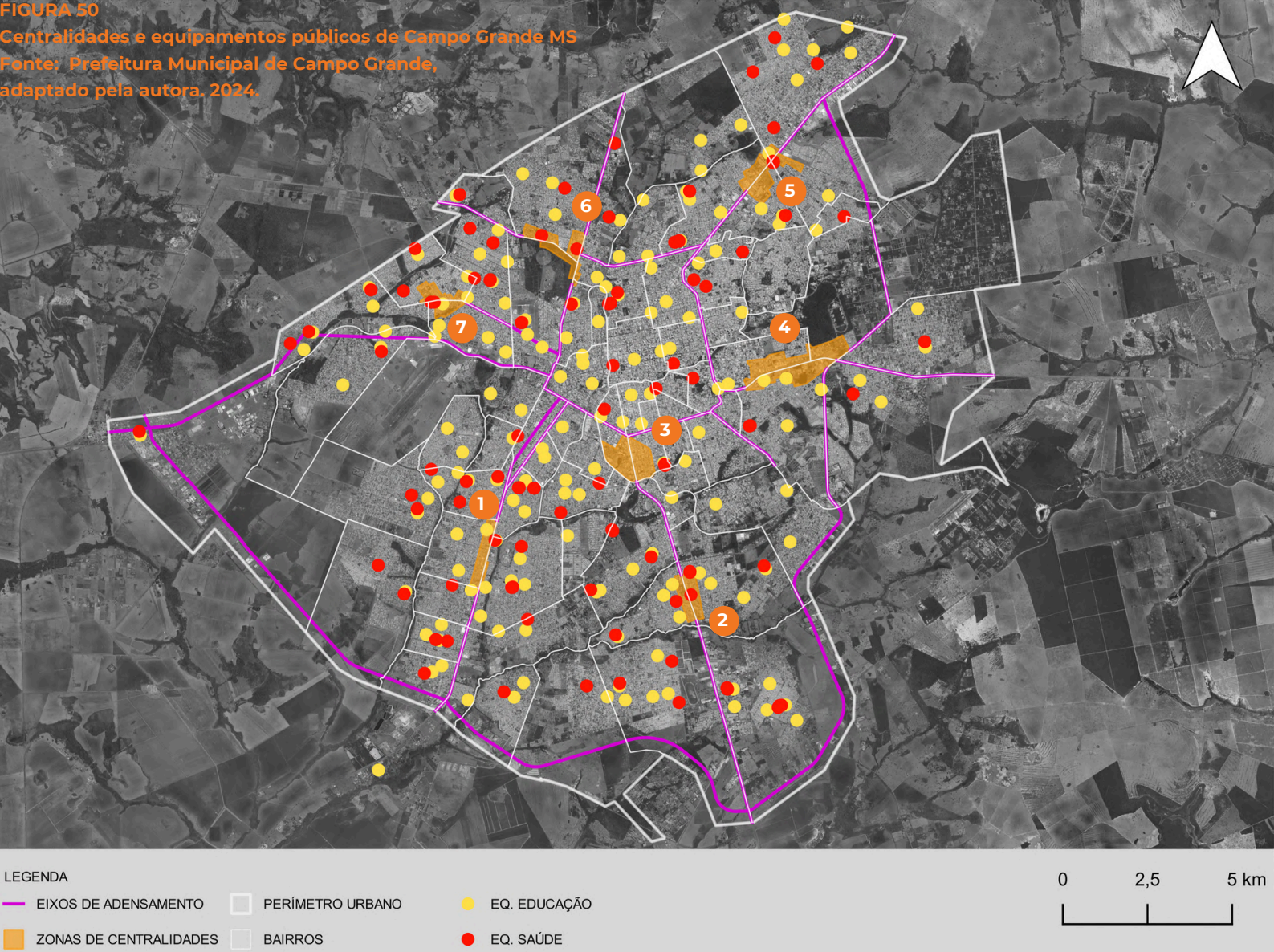


As figuras 48 e 49 mostram outros exemplos das Ruas da Cidadania de Curitiba, citadas anteriormente. Observa-se a presença dos terminais nas proximidades do local, sendo a exemplificação da figura 47. É possível enxergar também o acesso e o fluxo do local, na segunda figura, facilitando o entendimento de como é realizada a conexão entre o terminal e o projeto.



O terceiro recorte é referente aos equipamentos públicos de educação e saúde. Ao contrário do que se pedia anteriormente, aqui não estamos dando preferência para as zonas que contêm estes elementos em seu perímetro, mas sim as que não tem, isto porque procuramos um local que esteja defasado nestas questões e não tenha estrutura para atender a população, principalmente aquela que reside ou passa o cotidiano naquela região específica. Com isto dito, se analisarmos a figura 50, vamos encontrar apenas uma Zona de Centralidade que não atende a este pré requisito, que no caso seria a zona conhecida como Morenã. Todas as outras, sem exceção, contam com serviços de saúde e de educação dentro do seu perímetro. Temos então que a área escolhida para prosseguir com o projeto arquitetônico e urbanístico

deste estudo precisaria obedecer uma combinação de ser obter ao menos um terminal de ônibus, visto que a mobilidade urbana e a facilitação do acesso aos espaços públicos são pontos de destaque nos assuntos que foram apresentados e, junto a isso, precisaria não possuir nenhum equipamento comunitário em toda sua extensão. A única área que atende a isto é Zona de Centralidade 3, onde está o Terminal Morenã, como foi citado anteriormente. Além disto, esta zona apresenta também uma vantagem em relação às outras, pois está localizada próxima a uma Zona Especial de Interesse Cultural, que enquadra na categoria de preservação e restauração do patrimônio cultural (PDDUA, 2018).



- 1 ZONA DE CENTRALIDADE 1
- 2 ZONA DE CENTRALIDADE 2
- 3 ZONA DE CENTRALIDADE 3
- 4 ZONA DE CENTRALIDADE 4
- 5 ZONA DE CENTRALIDADE 5
- 6 ZONA DE CENTRALIDADE 6
- 7 ZONA DE CENTRALIDADE 7

Outro ponto analisado foram áreas que têm o potencial de se tornarem espaços públicos, incluindo praças e parques. A figura 51 representa o mapeamento dessas áreas, entretanto, os dados obtidos classificam na mesma categoria tanto praças e parques que já existem, quanto áreas que poderiam

receber esses espaços. Isto posto, podemos analisar que Campo Grande mistura áreas de grandes e pequenas dimensões, que poderiam adquirir as mais diferentes infraestruturas e assim, atender a população com os mais diversos usos. Também com esta análise, percebemos que a cidade não aproveita o seu potencial no que tange o

âmbito de espaços públicos, uma vez que, das áreas representadas abaixo, poucas estão equipadas com equipamentos e espaços que satisfaçam o usuário e, em uma escala maior, garantam a ocupação de uma região da cidade.

espaços administrativos, esportivos e de lazer e, por fim, culturais, nas proximidades das Zonas de Centralidade. Esse estudo também deve levar em consideração a localização do bairro central, a fim de mostrar graficamente a teoria aqui apresentada.

É interessante também observar a presença de

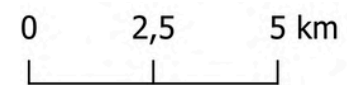


FIGURA 51
Parques, praças e áreas potenciais de Campo Grande MS
Fonte: UrbVerde, adaptado pela autora, 2024.

FIGURA 52
Serviços Administrativos em Campo Grande
Fonte: Elaborado pela autora. 2024.



BAIRROS ATENDIDOS



Iniciando a pesquisa pelos serviços administrativos, temos o mapeamento das quatro unidades da Fácil - Central de Atendimento ao Cidadão. Antes de exibir onde estão situadas, é preciso entender o que são e como influenciam nesse trabalho.

A Fácil é um local de atendimento à população onde são encontrados serviços jurídicos e governamentais que passam pelos mais diversos âmbitos, tais como habitação, fazendário, comercial, justiça, segurança e social. Esses serviços foram a base para a definição do plano de necessidades, apresentado posteriormente. Portanto, a importância de mapear esses espaços, pois o local escolhido para o projeto não poderia possuir nenhuma unidade do equipamento aqui analisado, a fim de evitar duplicidades.

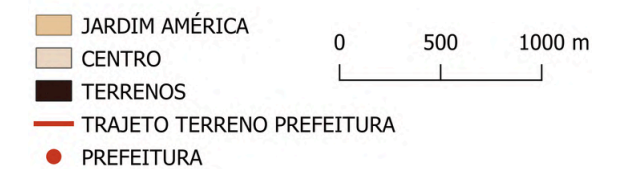


FIGURA 53
Distância da prefeitura para o Jardim América
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, adaptado pela autora. 2024.



- JARDIM AMÉRICA
- CENTRO
- TERRENOS
- CENTRO CULTURAIS, MUSEUS E TEATROS
- CULTURAIS

FIGURA 54
Espaços culturais em Campo Grande
Fonte: Elaborado pela autora. 2024.

A mesma análise se estende para espaços culturais, como mostra a figura 54. Aqui, assim como na figura anterior, fica claro a presença de inúmeros espaços culturais no bairro prestigiado, nos deparando novamente com a má distribuição dos equipamentos de cultura. Como consequência, é no centro onde encontramos maior diversificação dos usos, podendo encontrar museus, centros culturais e teatros. No local estão ainda outros usos, como o Serviço Social do Comércio (Sesc), corredores culturais e construções focais.

A figura ilustra também a presença de um equipamento cultural nas proximidades da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, neste caso, o Teatro Glaucé Rocha. O espaço é um exemplo de que locais de destaque, como a UFMS, possuem o potencial de influenciar fortemente determinada região da cidade.

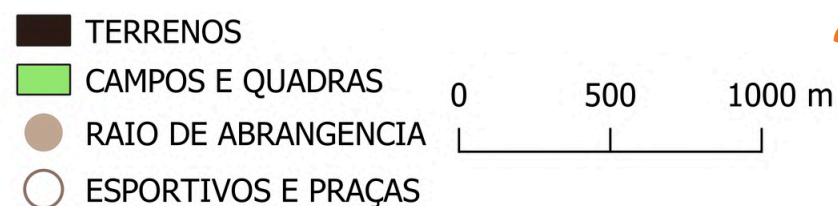
Esse estudo ajuda a ilustrar como os equipamentos de lazer e cultura não atendem a população de forma satisfatória, pois não estão presentes em uma variedade de bairros, mas sim concentrados em um. Por isso, a ideia aqui seria trabalhar com regiões, facilitando o atendimento, pois, dessa forma, vários bairros seriam contemplados com espaços que, atualmente, são uma carência.



FIGURA 55
Parque de exposições Laucídio Coelho
Fonte: Google Maps. 2024.



FIGURA 56
Espaços esportivos em Campo Grande
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.



Com a área previamente escolhida, é possível realizar uma análise no que tange a existência de espaços esportivos nas proximidades da Zona de Centralidade do Terminal Morenã. A figura 56 identifica esses locais e, além disso, destaca o centro da cidade, evidenciando a diferença na quantidade de espaços que são encontrados no bairro quando comparado aos outros, facilitando o entendimento do que foi discutido até agora. Junto com a percepção de quantidade, visto que é notável que o Centro possui mais espaços do que os outros bairros ao redor, temos também a percepção de qualidade, pois, como mostra a figura 57, a infraestrutura oferecida para bairros que não o central pode ser um pouco inferior.

Em conjunto com os

equipamentos de esporte, estão também o de lazer, como praças e parques. Esses são mais um dos elementos que se acumulam no centro da cidade, como já foi mostrado durante os capítulos anteriores. Existe também o problema da má utilização de alguns locais que não fazem parte da região central, podendo citar por exemplo o Estádio Pedro Pedrossian, alocado no campus da universidade da cidade. Combina-se então a falta de locais com o mal uso de alguns deles, resultando em uma cidade que não é ocupada como deveria.

Então, a figura deixa explícito que, se o morador quiser aproveitar a cidade, principalmente ao ar livre, vai precisar se deslocar ou então começar a utilizar espaços de forma imprópria e sem estrutura.



FIGURA 57
Campo de Futebol
Fonte: Google Maps. 2024.

04.

Neste capítulo serão apresentadas as escolhas realizadas para o desenvolvimento do projeto arquitetônico e urbanístico que atenderá a parte prática correspondente de toda teoria aqui apresentada. Entre este apuramento, estão as escolhas de terreno, as diretrizes que guiaram o desenvolvimento do projeto e outros elementos projetuais, como fluxograma, plano de necessidades e plano de massas.

PROJETO

análise da área

4.1

De forma resumida, a tabela 1 mostra os aspectos para a escolha do terreno.

TABELA 1
Critérios considerados na escolha do terreno
Fonte: Elaborada pela autora. 2024.

CRITÉRIOS CONSIDERADOS NA ESCOLHA DO TERRENO
Estar inserido dentro de uma Zona de Centralidade;
Proximidade de um terminal de ônibus;
Não estar próximo a equipamentos comunitários de educação e saúde;
Espaços que permitam a conexão do arquitetônico e urbanístico com a comunidade;
Espaços de fácil acesso.

A primeira coisa a ser apresentada deve ser a localização da área que escolhemos trabalhar e conseqüentemente os lotes distinguidos. Assim, seguindo a lógica que foi estabelecida no capítulo anterior, a Zona de Centralidade Morenã foi separada para receber o projeto. Localizada na Macrozona 2 e na Zona Urbana 3, esta ZC fica especificamente no bairro América, como está

representado posteriormente na figura 58.

O espaço buscado precisa ser capaz de atender a população de forma igualitária e em diversos aspectos e, para isso, precisa abrigar ambientes dos mais diversos usos, passando pelos âmbitos de lazer, cultura, educação e saúde, além de receber secretárias urbanas para desempenhar o papel social e, tudo isso, de forma pública. Além dessas

exigências, o local pode se transformar em um ponto de referência dentro do bairro em que estiver inserido, o que vai demandar infraestrutura, visto que a demanda pode e deve aumentar em um projeto deste porte. Da mesma forma, é possível que o entorno imediato do local escolhido se transforme em um lugar de maior concentração, tanto de edificações quanto de pessoas, aumentando assim a ocupação e, novamente, é necessário que esta área consiga entregar cada experiência que o indivíduo deseja experimentar.

Neste caso, a proximidade do terminal de ônibus não é apenas literal, ela precisa ser um elemento palpável no projeto, então, quanto menor a distância entre o terreno e este elemento urbano, melhor a dinâmica obtida entre usuário e cidade. Desta imposição se ramificam vários tópicos que precisam ser bem

trabalhados neste espaço, onde podemos citar a construção de uma nova paisagem urbana, que vai ser composta por edificações de grande porte, mas podem se conectar com o exterior a partir de vários fatores, sendo um deles a arborização e a jardinagem e, em conjunto com os encontros e fluxos de pessoas, forma o cotidiano falado neste trabalho. Arelado ao terminal estão também a mobilidade urbana e o acesso aos espaços propostos e o fato que o direito de ir e vir, quando garantido, possibilita que o cidadão tenha o principal ponto discutido nesta tese, que é o direito à cidade. Buscamos então terrenos que cumpram este papel e consigam desempenhar de maneira positiva na cidade e que, de forma geral, tenham dimensões que consigam sustentar vários espaços em um mesmo lote, visto que a ideia do projeto é ser algo contínuo que adentre a

cidade, mas que tenha a mesma linguagem dela, pois é preciso ajudar a formar a comunidade e não se sobressair a ela.

Todas essas condições, que

TABELA 2
Índices Urbanísticos Zona Urbana 3
Fonte: Elaborada pela autora. 2024.

ÍNDICES URBANÍSTICOS ZONA URBANA 3	
Taxa de ocupação	0,5
Coeficiente de Aproveitamento Mínimo	0,1
Coeficiente de Aproveitamento Máximo	4
Índice de Elevação	4
Recuos Mínimos - Frente	IE maior que 2 - 5,00
Recuos Mínimos - Lateral e fundos	Índice de Elevação até 2 – Livre Índice de Elevação maior que 2 – h/4 (mínimo 3,00)

TABELA 3 Número de vagas dos estacionamentos Fonte: Elaborada pela autora. 2024.

NÚMERO DE VAGAS	
Clubes, centros recreativos e esportivos	1 carro a cada 50 m ²
Estabelecimentos escola e/ou cultural	1 carro a cada 50 m ²

Além destes índices, existem também os ambientais, que, neste caso, correspondem a Zona Ambiental 3, conforme a tabela 4.

levam muito em consideração a dimensão do projeto, precisam ser satisfeitas dentro dos índices urbanísticos do bairro em que a Zona de Centralidade está inserida, como mostra a tabela 2.

TABELA 4
Índices Urbanísticos Zona Urbana 3
Fonte: Elaborada pela autora. 2024.

ÍNDICES URBANÍSTICOS ZONA URBANA 3	
TRA - Taxa de Relevância Ambiental	0,4
Taxa de Permeabilidade	25%

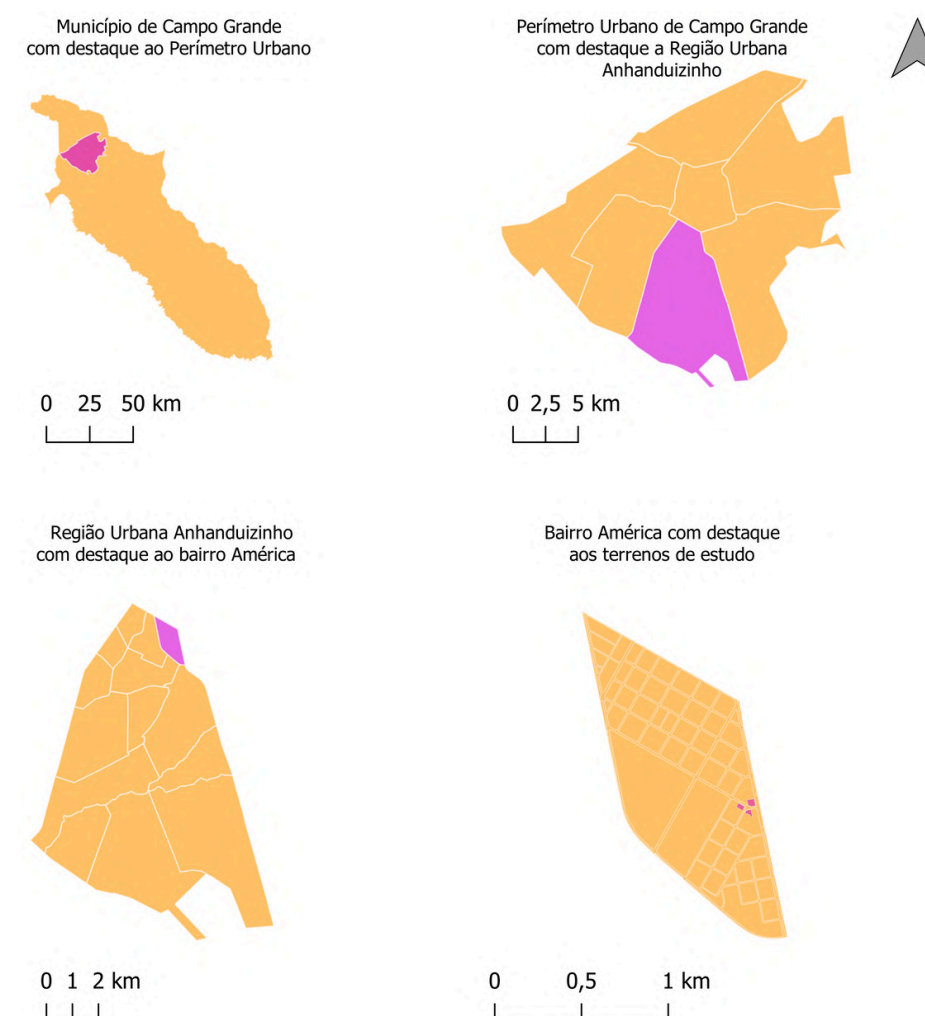
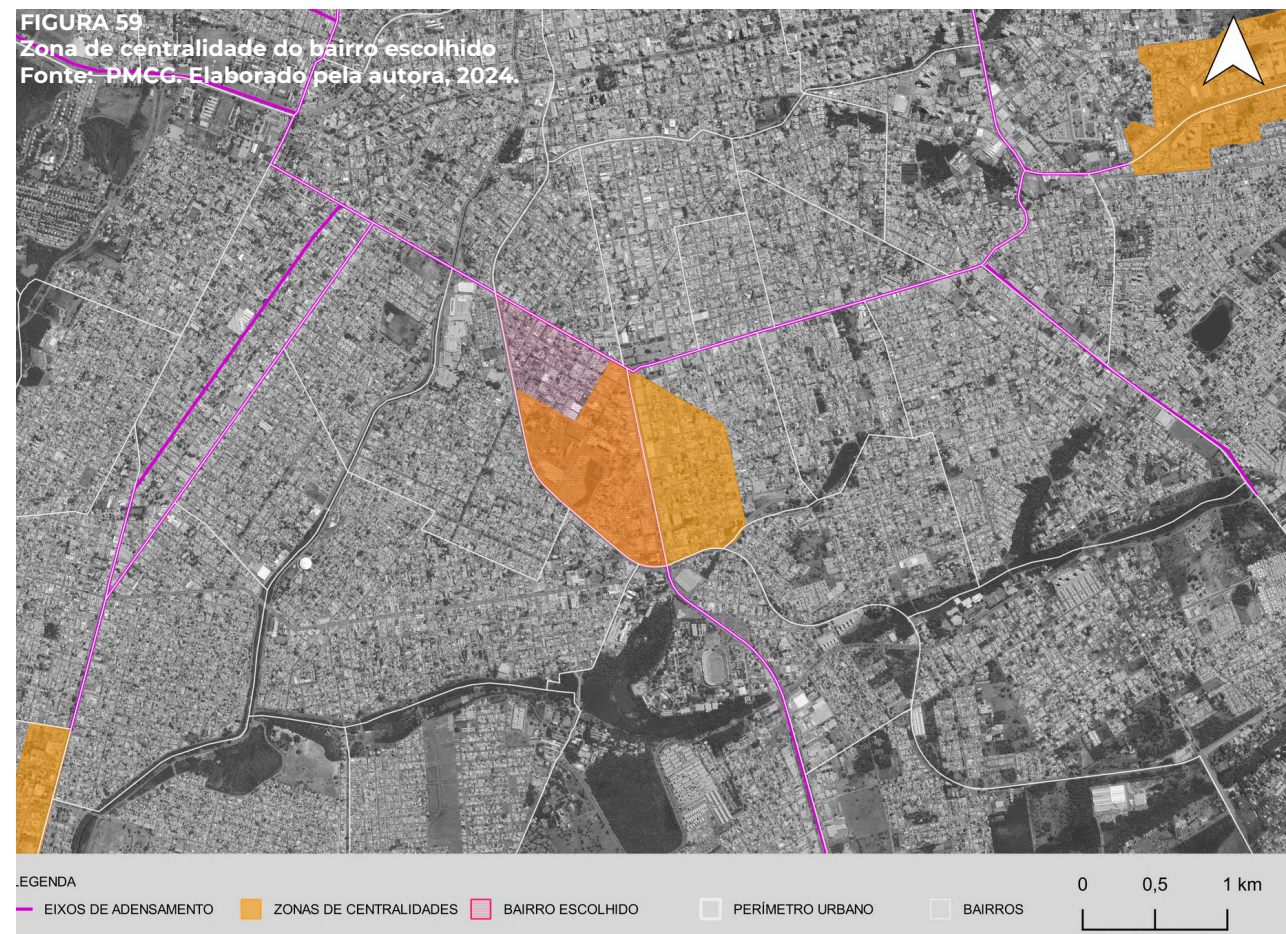


FIGURA 58
Localizações
Fonte: PMCG. Elaborado pela autora, 2024.

Com isto em mente, iniciou-se a busca pelo lugar que melhor atenderia a demanda existente para este projeto. Dentro da ZC Morenã se encontram os bairros América e Jardim Paulista e, pela proximidade ao Terminal Morenã, pela disponibilidade de terrenos e pelo acesso de cada lado, optou-se pelo primeiro, como ilustra a figura 59.



Assim, foram encontrados três terrenos que melhor atendem ao que foi listado anteriormente. Eles se situam na extremidade do bairro América, posicionados em frente ao Terminal Morenã, facilitando a conexão entre o projeto e este espaço e, por conseguinte, aumentando o fluxo de pedestres entre esses dois lugares, tornando o caminho sem quebras. Além de ser capaz de se misturar com as edificações ao seu

redor, com a capacidade de tornar o bairro homogêneo e denso, o que não é a realidade atualmente. Ao trazeremos um espaço tão movimentado para as proximidades de um terminal de ônibus estamos também aumentando a segurança da população, visto que a área deixa de ser um pedaço morto da cidade ou que sirva apenas de passagem e passa a se comportar como uma centralidade.

Além da conexão entre os terrenos e o terminal Morenã, existe também a conexão entre os terrenos em si, visto que eles não são seguidos um do outro. Esta área, que é a própria rua, vai ser onde o urbanismo terá destaque, tendo o papel de atrair a população para os espaços internos.

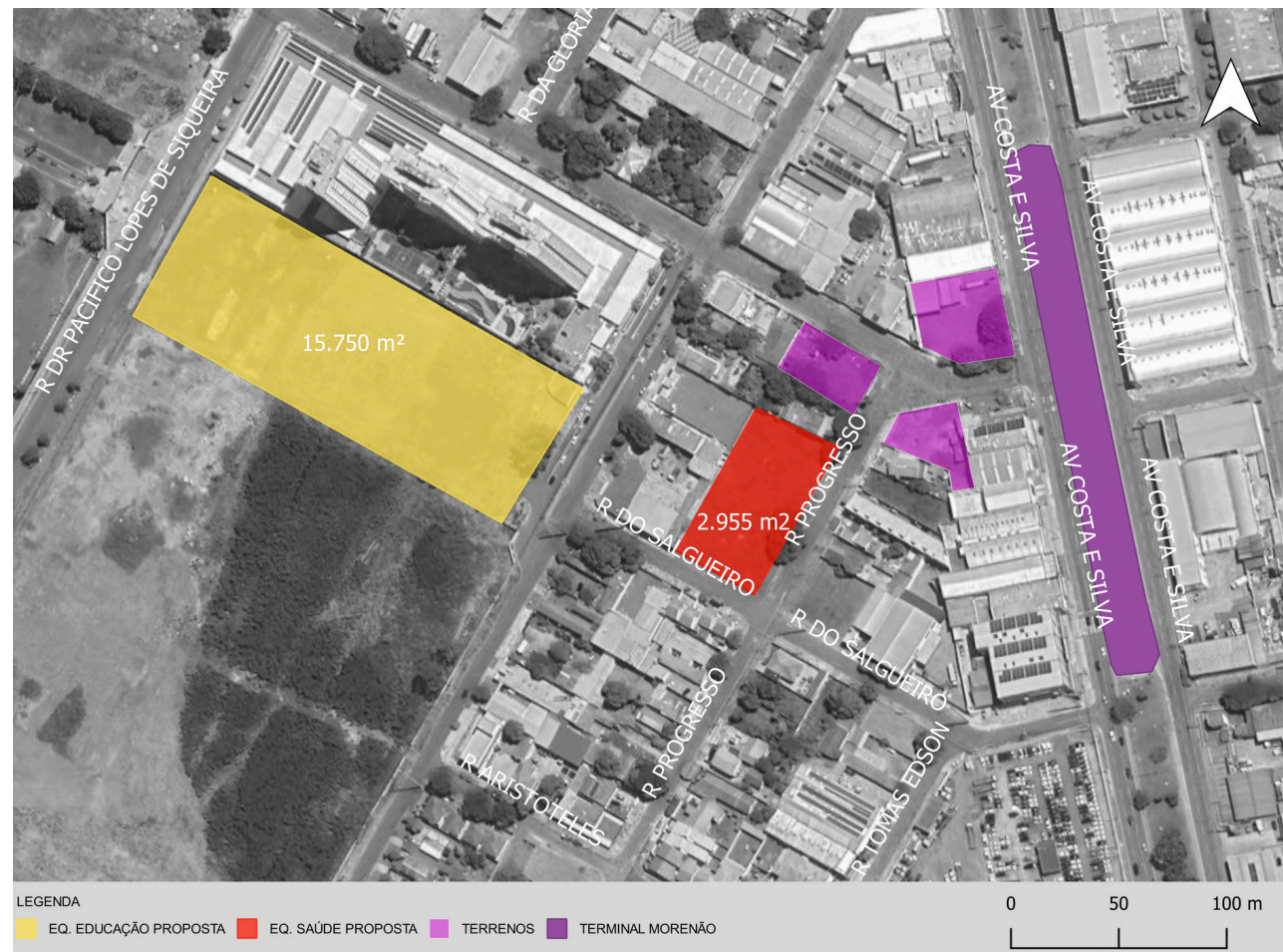
FIGURA 60
Terrenos escolhidos para projeto
Fonte: PMCG. Elaborado pela autora, 2024.



Para ser coeso com a teoria que aqui foi apresentada, fez-se necessário prever a implantação de novos equipamentos comunitários,

como mostra a figura 61, visto que os mesmos não existem dentro do perímetro da zona de centralidade escolhida.

FIGURA 61
Equipamentos comunitários propostos
Fonte: PMCG. Elaborado pela autora, 2024.



A figura 62 reúne todos os componentes urbanos que foram utilizados para realizar uma análise que providenciasse o entendimento de qual área atenderia melhor às expectativas geradas. A partir dele conseguimos ter uma panorama e entender a importância do entorno imediato e mediato para que esse projeto funcione,

visto que esta não será uma aplicação individual de arquitetura, mas sim algo que envolva toda a comunidade. Foram avaliados então modos de transporte e as vias por onde estes circulam, equipamentos comunitários, áreas verdes, zoneamentos atribuídos pela prefeitura e características naturais da cidade, como hidrografia e topografia.

FIGURA 62
Mapa síntese
Fonte: PMCG. Elaborado pela autora, 2024.



FIGURA 63
Uso e ocupação do solo do bairro escolhido
Fonte: PMCG. Elaborado pela autora, 2024.



COMERCIAL	MISTO	TERRITORIAL
FIN ESSENCIAIS	PUBLICO	TERRENO 01
INDUSTRIAL	RELIGIOSO	TERRENO 02
SERVICOS	RESIDENCIAL	TERRENO 03

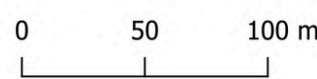


FIGURA 64
Terreno 01
Fonte: Google Maps. 2024.

01.

O primeiro terreno escolhido foi destinado à serviços e hoje é utilizado como estacionamento, sendo o mais ocupado dentre os três.



FIGURA 65
Terreno 02
Fonte: Google Maps. 2024.

02.

O segundo terreno, como mostra a figura 65, não se encontra ocupado atualmente, sendo mais um dos vazios urbanos encontrados na cidade.



FIGURA 66
Terreno 03
Fonte: Google Maps. 2024.

03.

Atualmente, o terceiro terreno escolhido também funciona como um estacionamento, entretanto com a infraestrutura reduzida.

A partir das figuras apresentadas, é possível observar que os terrenos escolhidos não são muito ocupados e, o pouco que se utiliza é destinado somente para automóveis, tornando possível a utilização dos mesmos para a realização do projeto.

plano de necessidades, plano de
massas e fluxograma

4.2

TABELA 5
 Plano de Necessidades
 Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

PLANO DE NECESSIDADES			
SETOR	ESPAÇO	USO	METRAGEM
SUBPREFEITURA	Descanso	Destinado para o descanso de funcionários e usuários	70 a 100 m ²
	Correios	Destinado para o atendimento da população e entrega de mercadoria	80 a 130 m ²
	Energisa	Destinado para o atendimento da população de modo administrativo	70 a 100 m ²
	Águas Guariroba	Destinado para o atendimento da população de modo administrativo	70 a 100 m ²
	Procon	Destinado para o atendimento da população de modo jurídico	80 a 130 m ²
	Banco	Destinado para o atendimento da população em diversos modos	100 a 150 m ²
	SAS	Secretária Municipal de Assistência Social	100 a 150 m ²
	SEMU e SEMJU	Secretárias Municipais de Políticas para Mulheres e Juventude	70 a 120 m ²

PLANO DE NECESSIDADES

SETOR	ESPAÇO	USO	METRAGEM
CULTURAL	Espaço de Apresentações	Destinado para receber pequenas e diversas apresentações	70 a 100 m ²
	Espaço Expositivo	Destinado para receber diversas exposições	70 a 100 m ²
	SECRETUR	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	60 a 90 m ²
	Espaço Educativo	Destinado para receber várias aulas, com mobiliário rotativo	100 a 150 m ²
ESPORTIVO	Espaço Esportivo	Destinado para receber vários esportes, com mobiliário rotativo	100 a 150 m ²
	Piscinas	Destinado para a prática de esportes aquáticos	100 a 200 m ²
	Vestiários	Destinado para funcionar como apoio aos usuários do local	20 a 40 m ²
	Quadra poliesportiva	Destinado para receber vários esportes	380 a 420 m ²

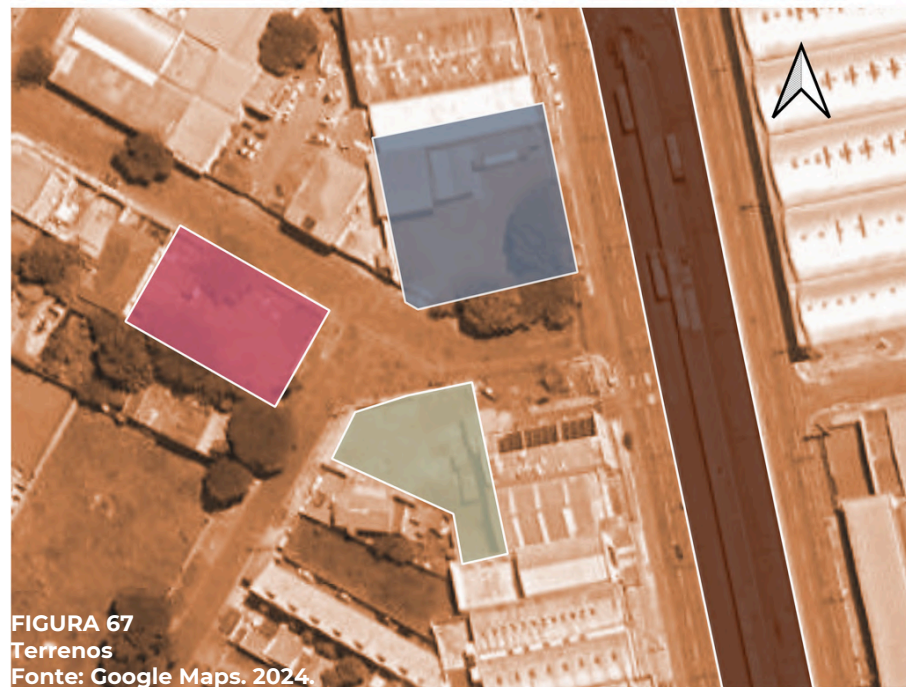
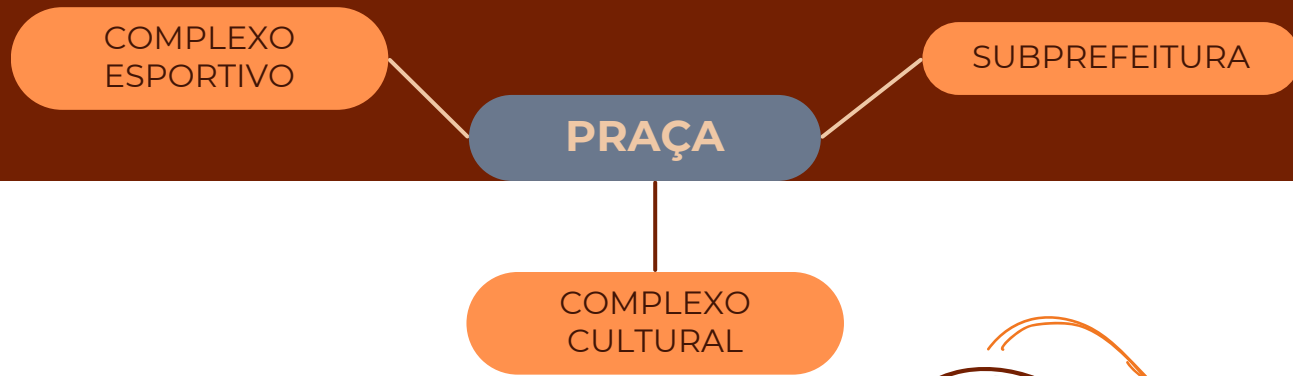


FIGURA 67
Terrenos
Fonte: Google Maps, 2024.

- Subprefeitura
- Complexo Esportivo
- Centro Cultural
- Terminal Morenã

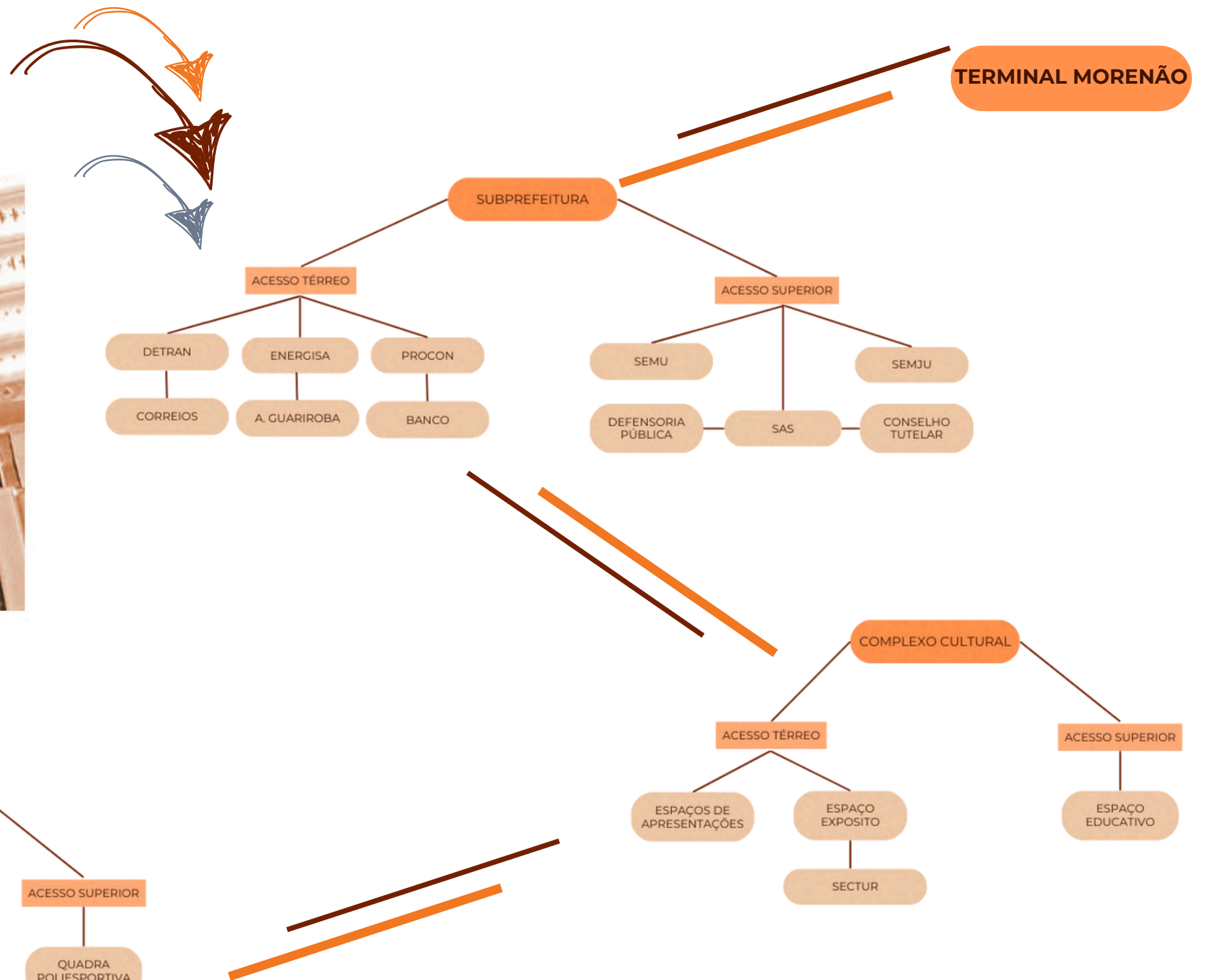


FIGURA 68
Fluxograma
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

FIGURA 69
plano de Massas
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.



Com a análise das características do local, considerando a região onde está inserido e os padrões obtidos dentro da mesma, pensou-se na melhor forma de distribuir os espaços necessários para atender a população dentro dos terrenos escolhidos.

O edifício da subprefeitura e do Complexo Esportivo partilham a particularidade da sua ocupação ser concentrada nas extremidades do terreno,, fazendo com que a parte interna fique mais vazia e de uma continuidade a praça que liga os espaços.

Enquanto isso, o Complexo Cultural teve suas massas alocadas próximas a praça, ajudando na distribuição dos espaços dentro do terreno, pois este tem uma forma irregular. Além disso, auxilia também a formar uma importante fachada voltada para a Avenida Costa e Silva.



FIGURA 70
Rua da Cidadania - Regional Boa Vista
Fonte: Fotografando Curitiba, 2018.

A figura 70 ilustra mais uma referência as Ruas da Cidadania de Curitiba e, neste caso, apresenta a ideia de conexão entre os vários espaços do edifício. Ressalta-se que as passarelas são um elemento de destaque arquitetônico dentro do projeto, além de facilitar o acesso em um espaço que tem como características grandes dimensões. Por isso, a presença das mesmas neste trabalho.

plantas, cortes, elevações e
volumetrias

4.3

4.3

plantas



- 1 SUBPREFEITURA
- 2 COMPLEXO CULTURAL
- 3 COMPLEXO ESPORTIVO
- 4 PASSARELA
- 5 DECK E BANCOS
- 6 TERMINAL MORENÃO
- 7 CUL-DE-SAC
- 8 PISTA DE SKATE
- 9 JARDIM DE CHUVA



TERMINAL
MORENÃO

PASSARELA

SUBPREFEITURA

COMPLEXO CULTURAL

PASSARELA

COMPLEXO
ESPORTIVO

AV. PROGRESSO

AV. COSTA E SILVA

JARDIM DE
CHUVA

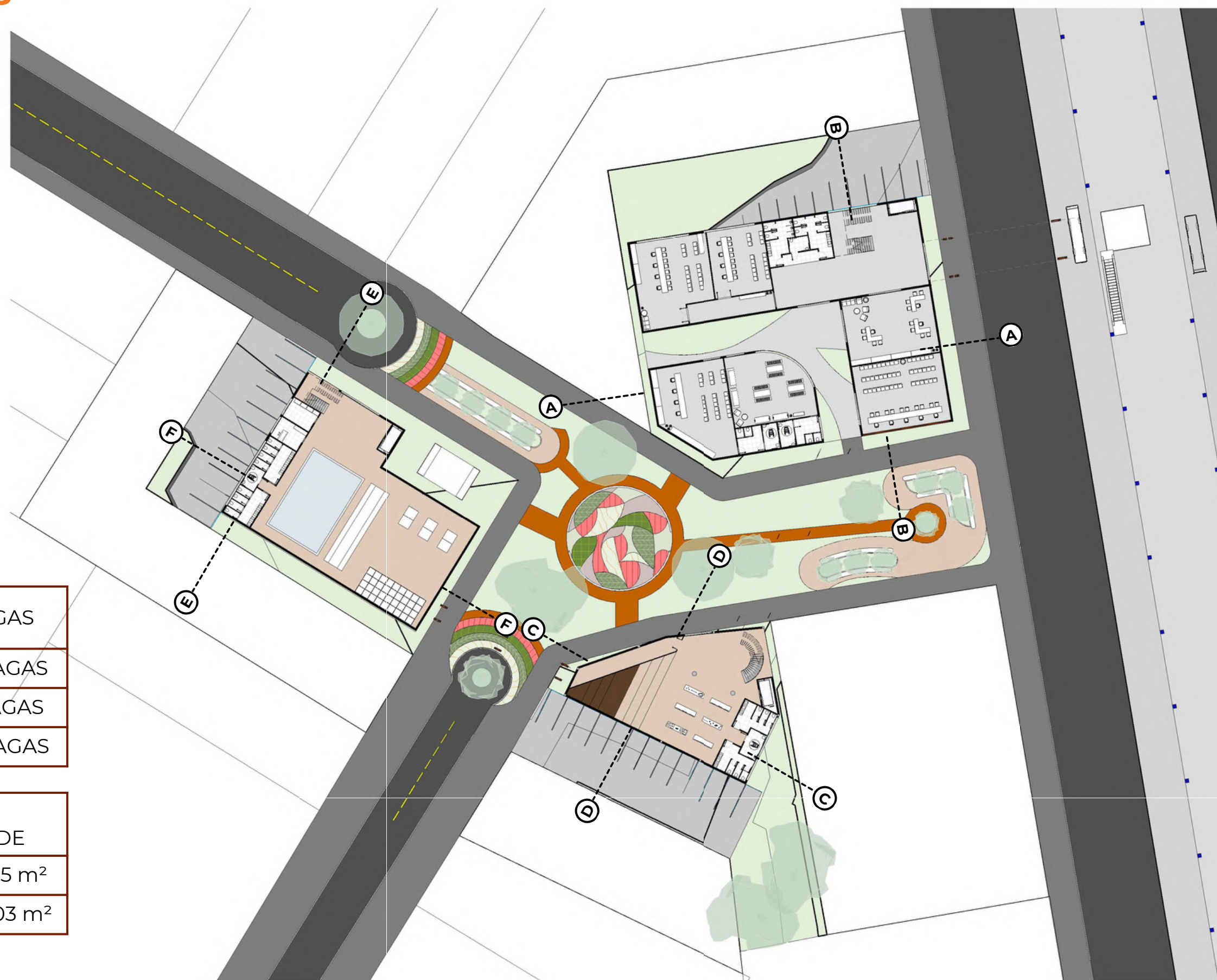
PISTA DE
SKATE

BANCOS

R. AMÉRICO
COSTA

4.3

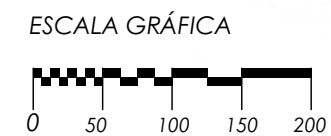
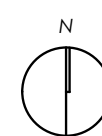
plantas



NÚMERO DE VAGAS	
TERRENO 1	23 VAGAS
TERRENO 2	11 VAGAS
TERRENO 3	07 VAGAS

TAXA DE PERMEABILIDADE	
MÍNIMA	953,25 m ²
OBTIDA	1597,03 m ²

IMPLANTAÇÃO
ESC: 1 : 500

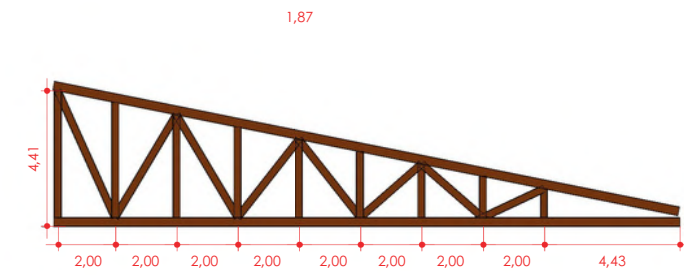
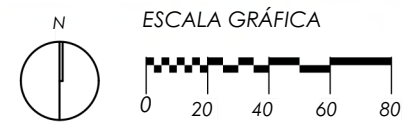


4.3

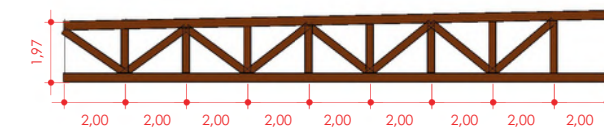
plantas



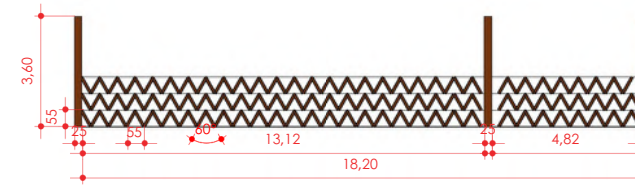
SUBPREFEITURA - ESTRUTURAL
ESC: 1 : 200



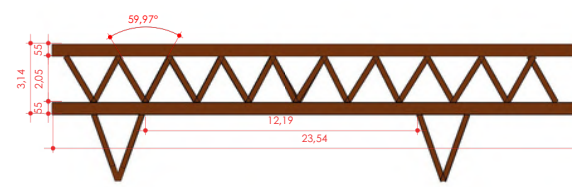
DETALHAMENTO TRELIÇA COBERTURA
ESC: 1 : 200



DETALHAMENTO TRELIÇA COBERTURA
ESC: 1 : 200



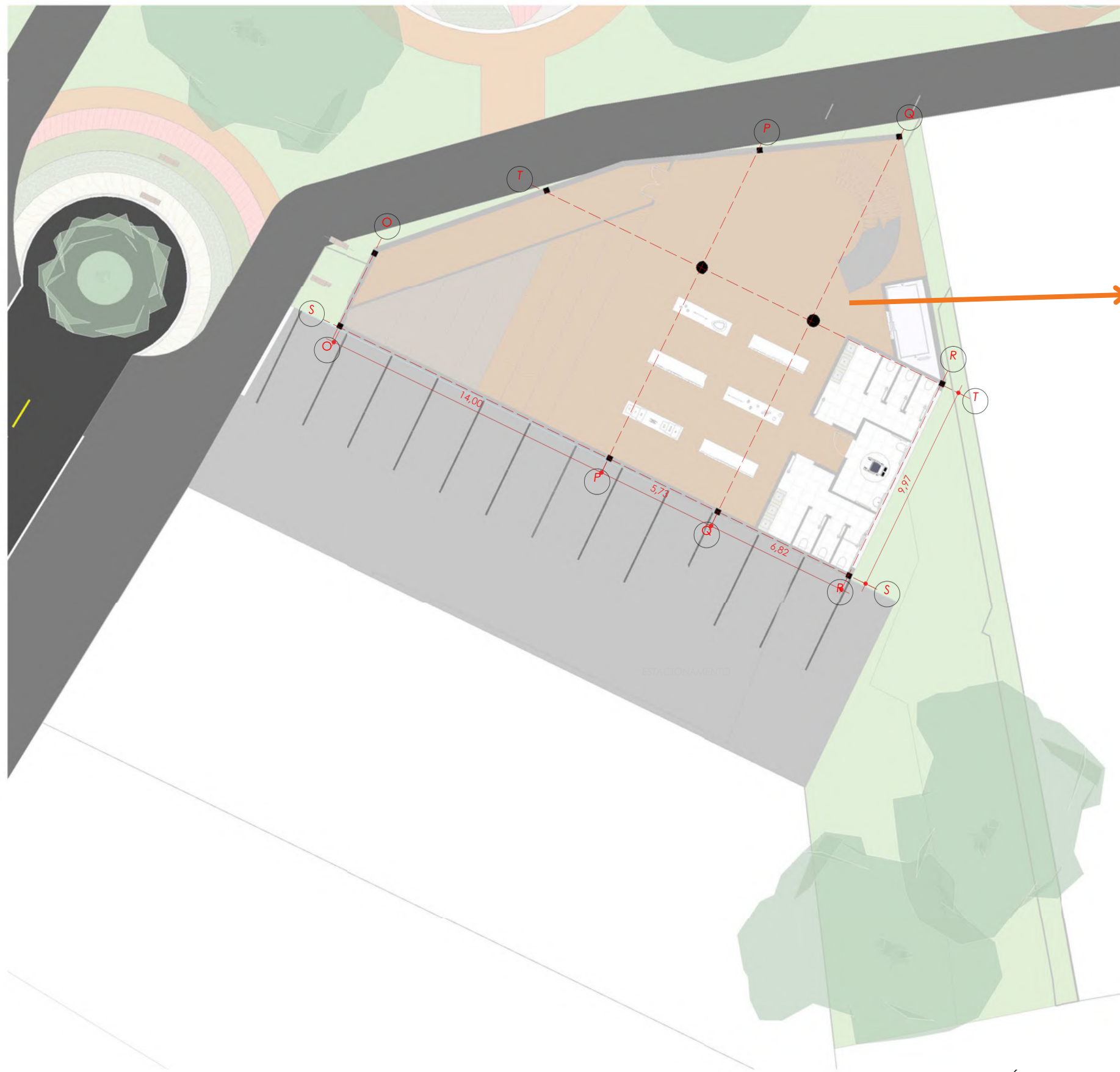
DETALHAMENTO VIGA TRELIÇADA METÁLICA
ESC: 1 : 200



DETALHAMENTO VIGAS E TRELIÇAS - PASSARELAS
ESC: 1 : 200

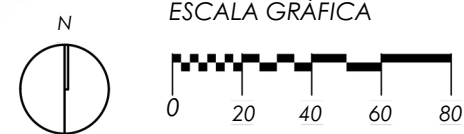


4.3 plantas



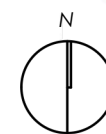
Perspectiva Int. - estrutural

CULTURAL - ESTRUTURAL
ESC: 1 : 200

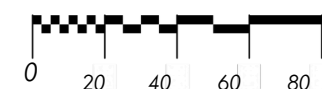




ESPORTIVO - ESTRUTURAL
ESC: 1 : 200



ESCALA GRÁFICA



4.3 plantas



SUBPREFEITURA - TÉRREO
ESC: 1 : 200



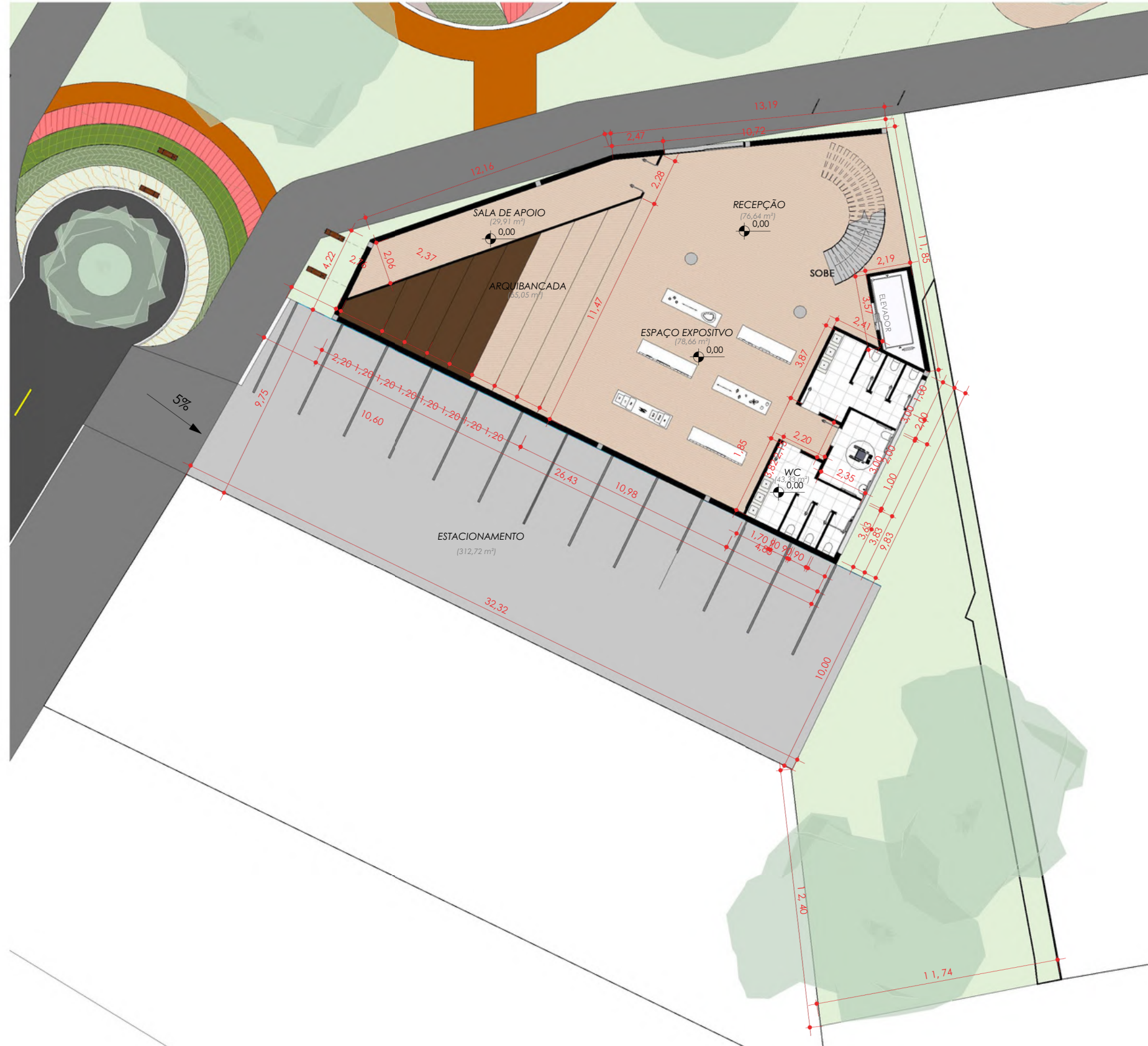
Perspectiva Ext. - Estacionamento



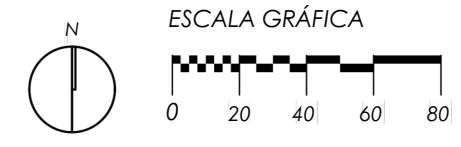
Perspectiva Ext. - Terminal Morenão

4.3

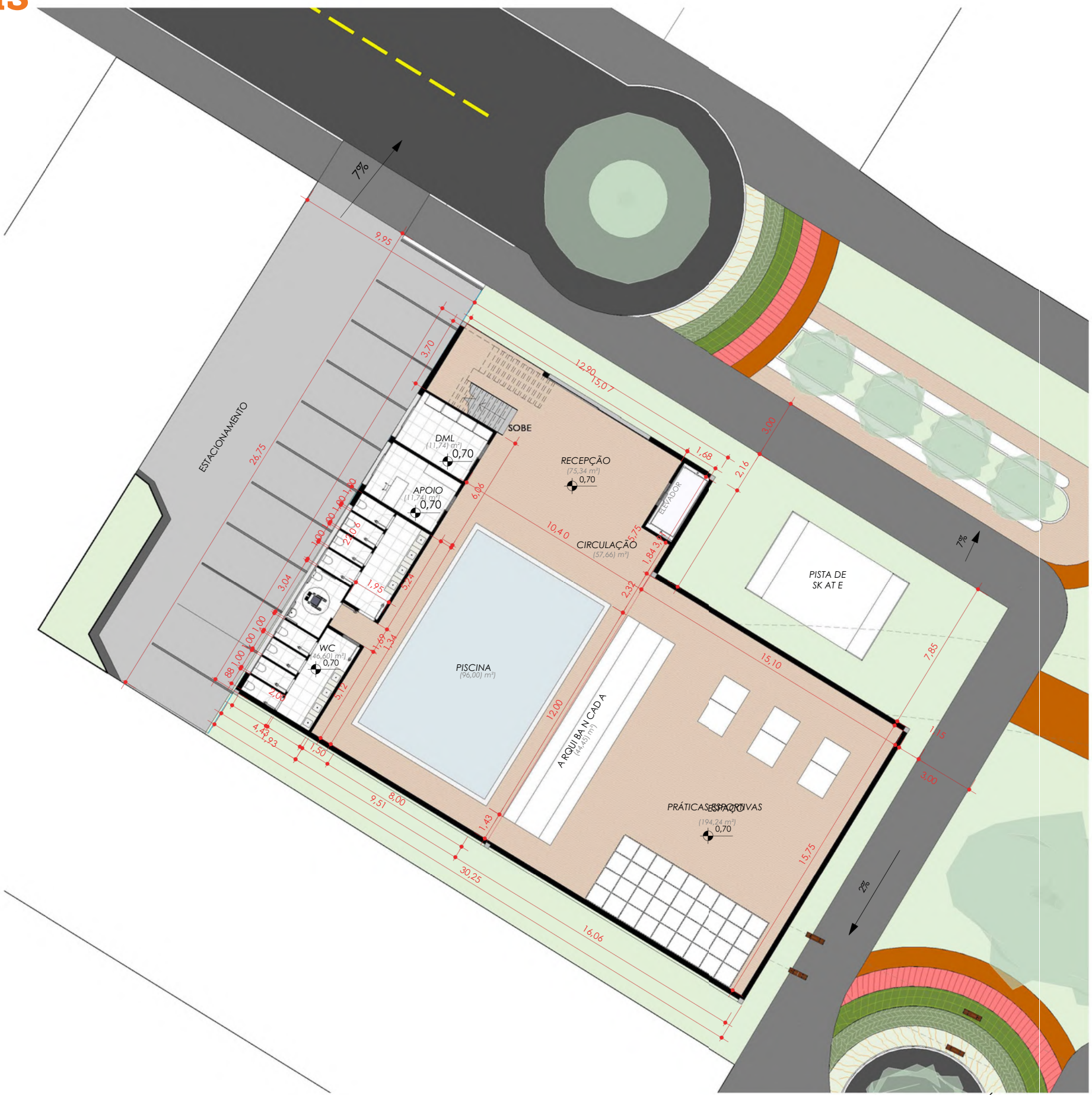
plantas



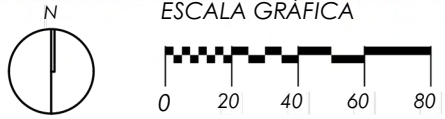
CULTURAL - TÉRREO
ESC: 1 : 200



4.3 plantas



ESPORTIVO - TÉRREO
ESC: 1 : 200



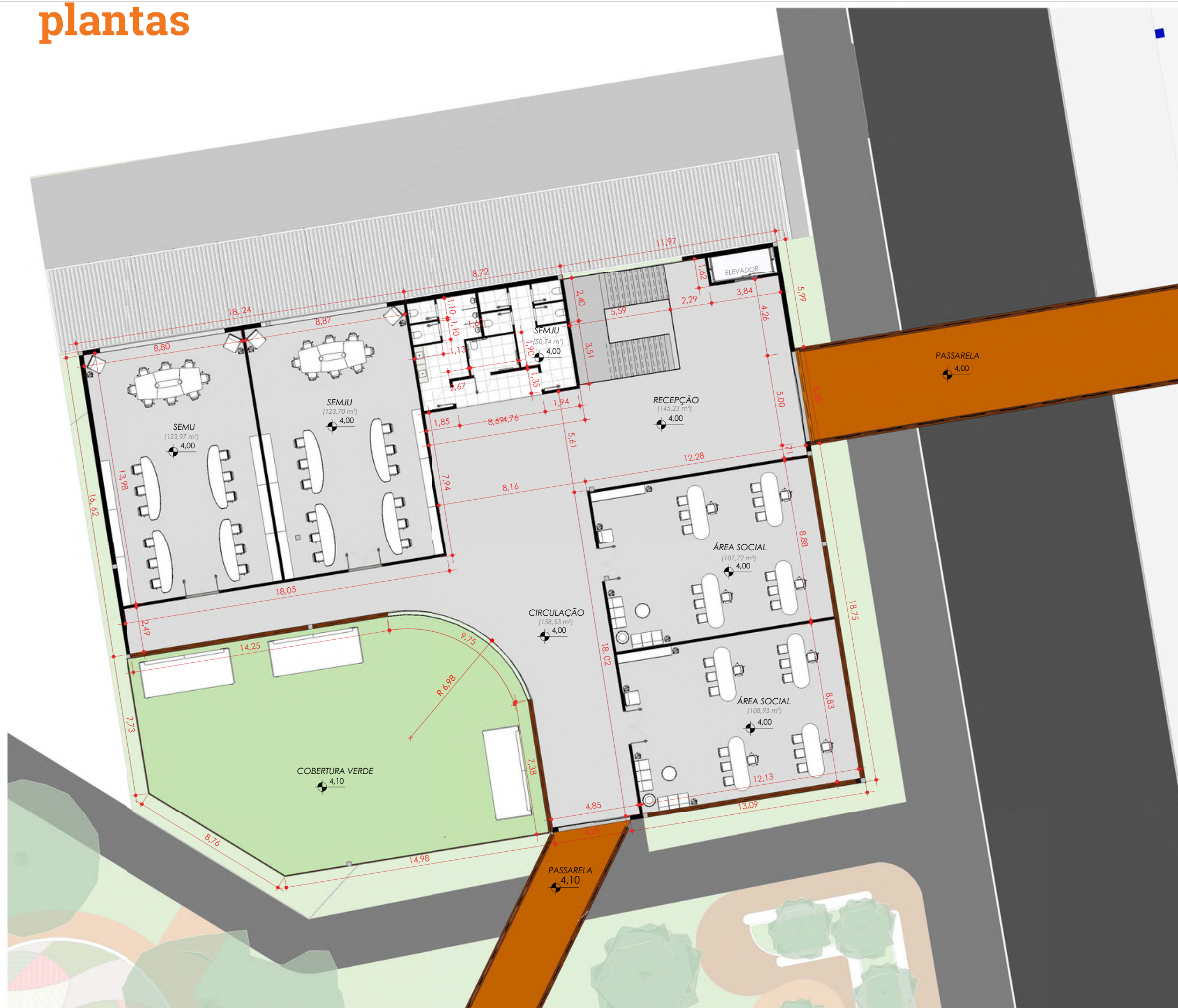


GERAL - SUPERIOR
ESC: 1 : 500

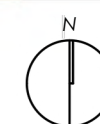


4.3

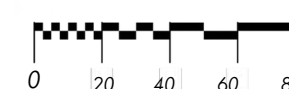
plantas



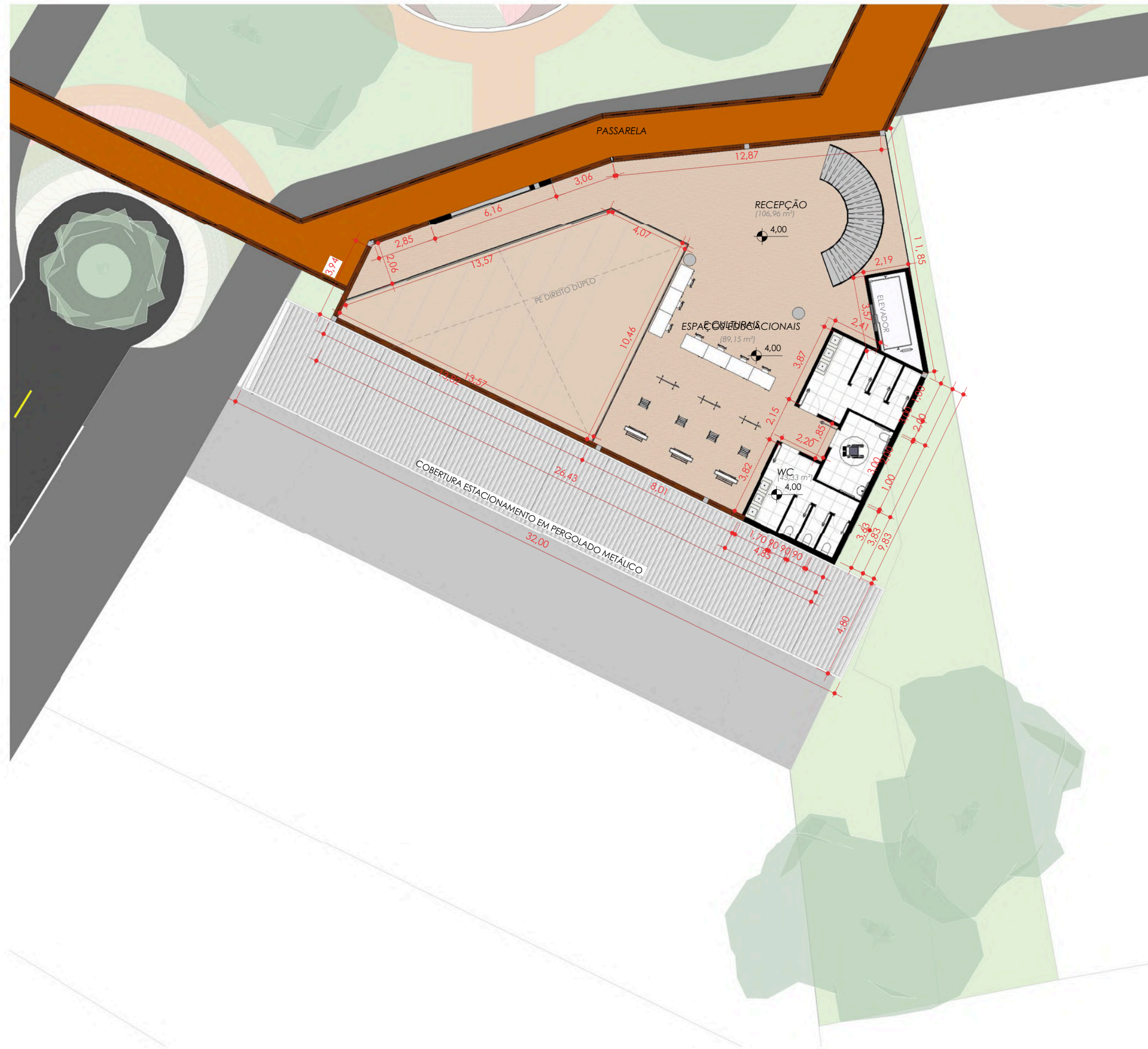
SUBPREFEITURA - SUPERIOR
ESC: 1 : 200



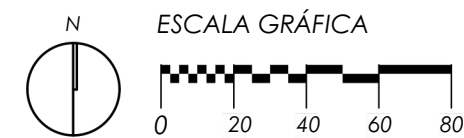
ESCALA GRÁFICA



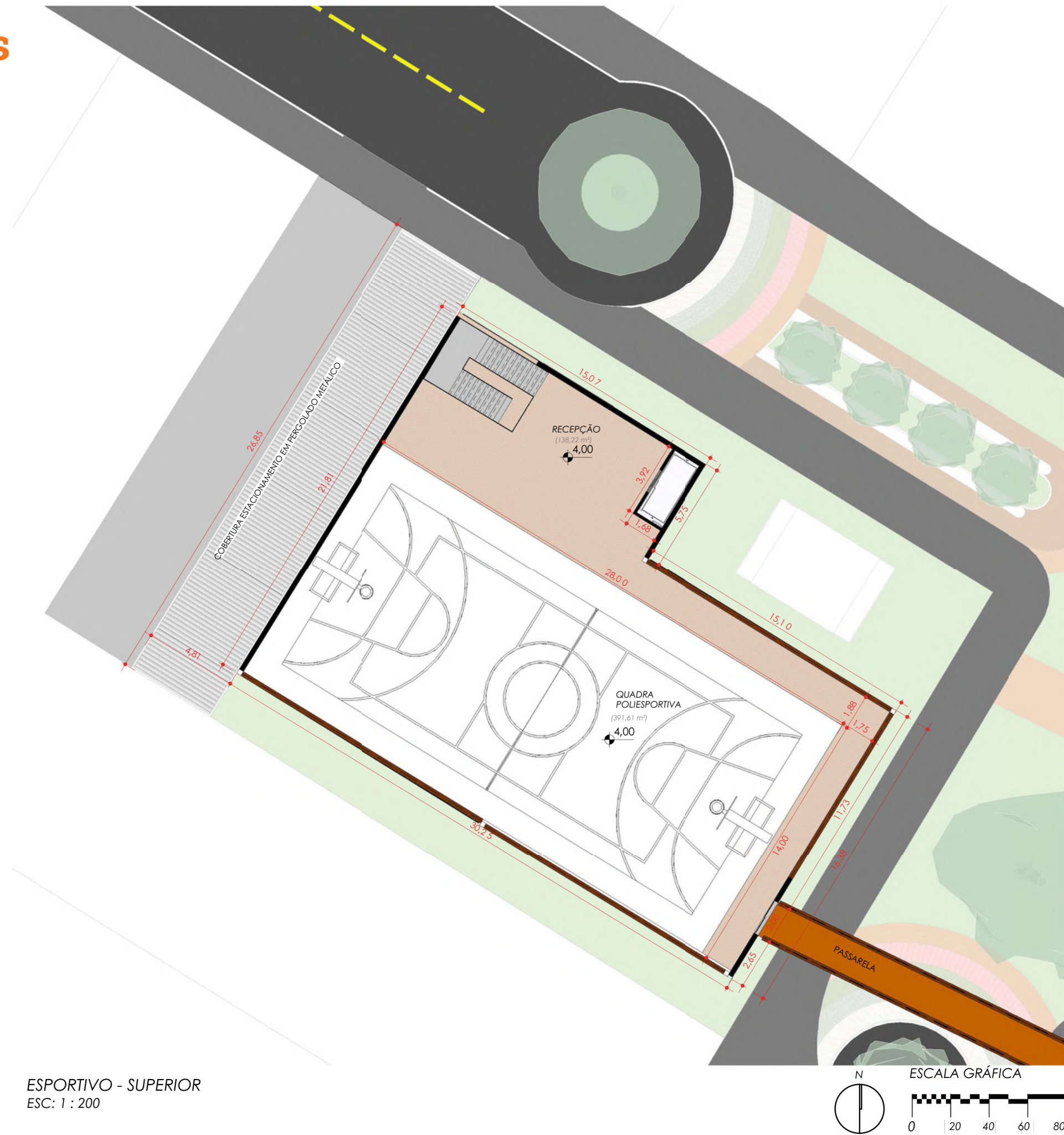
4.3 plantas



CULTURAL - SUPERIOR
ESC: 1 : 200

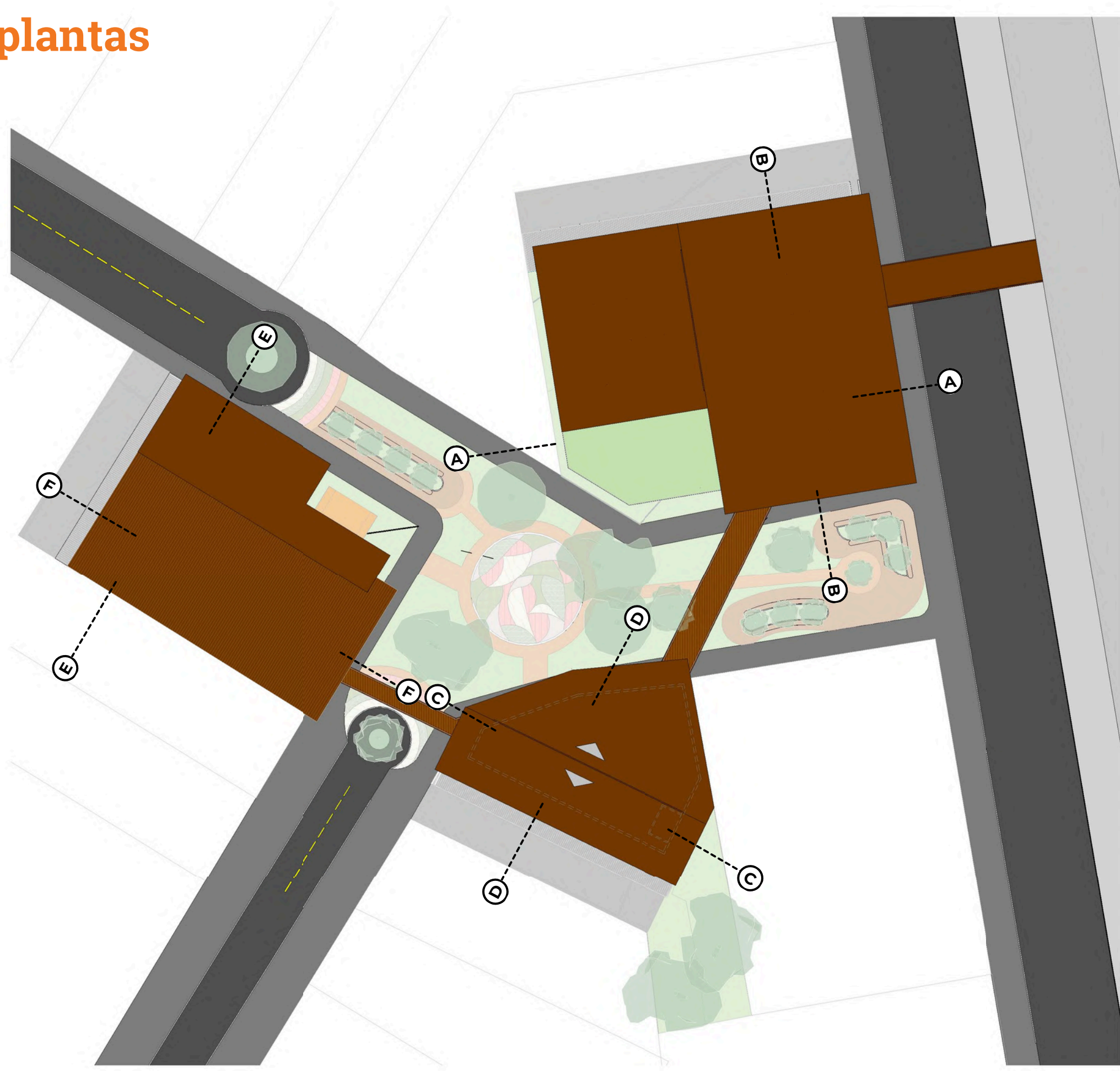


4.3 plantas

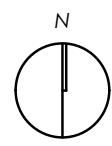


ESPORTIVO - SUPERIOR
ESC: 1 : 200

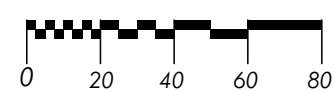
plantas



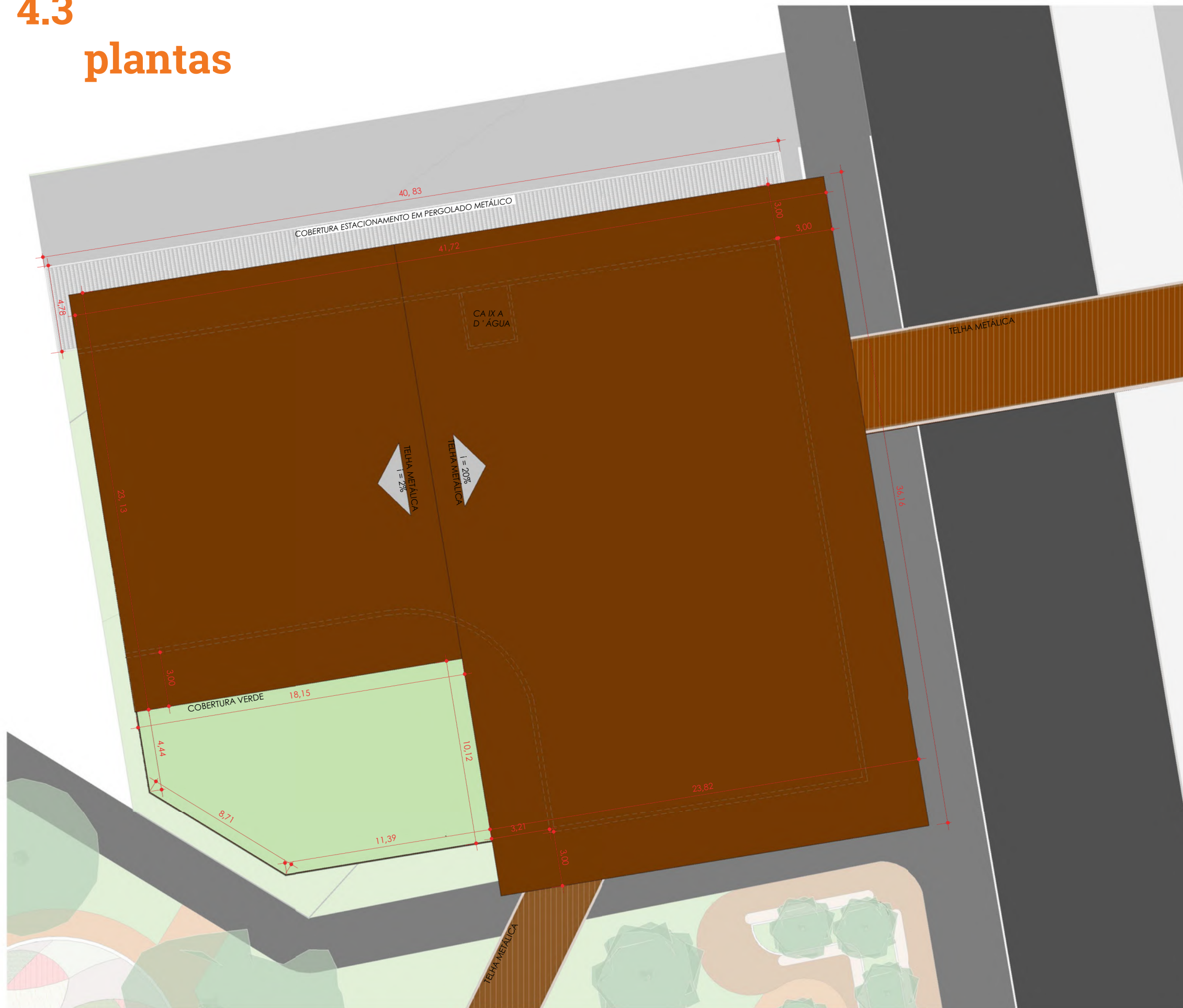
GERAL - COBERTURA
ESC: 1 : 500



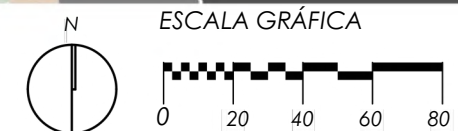
ESCALA GRÁFICA

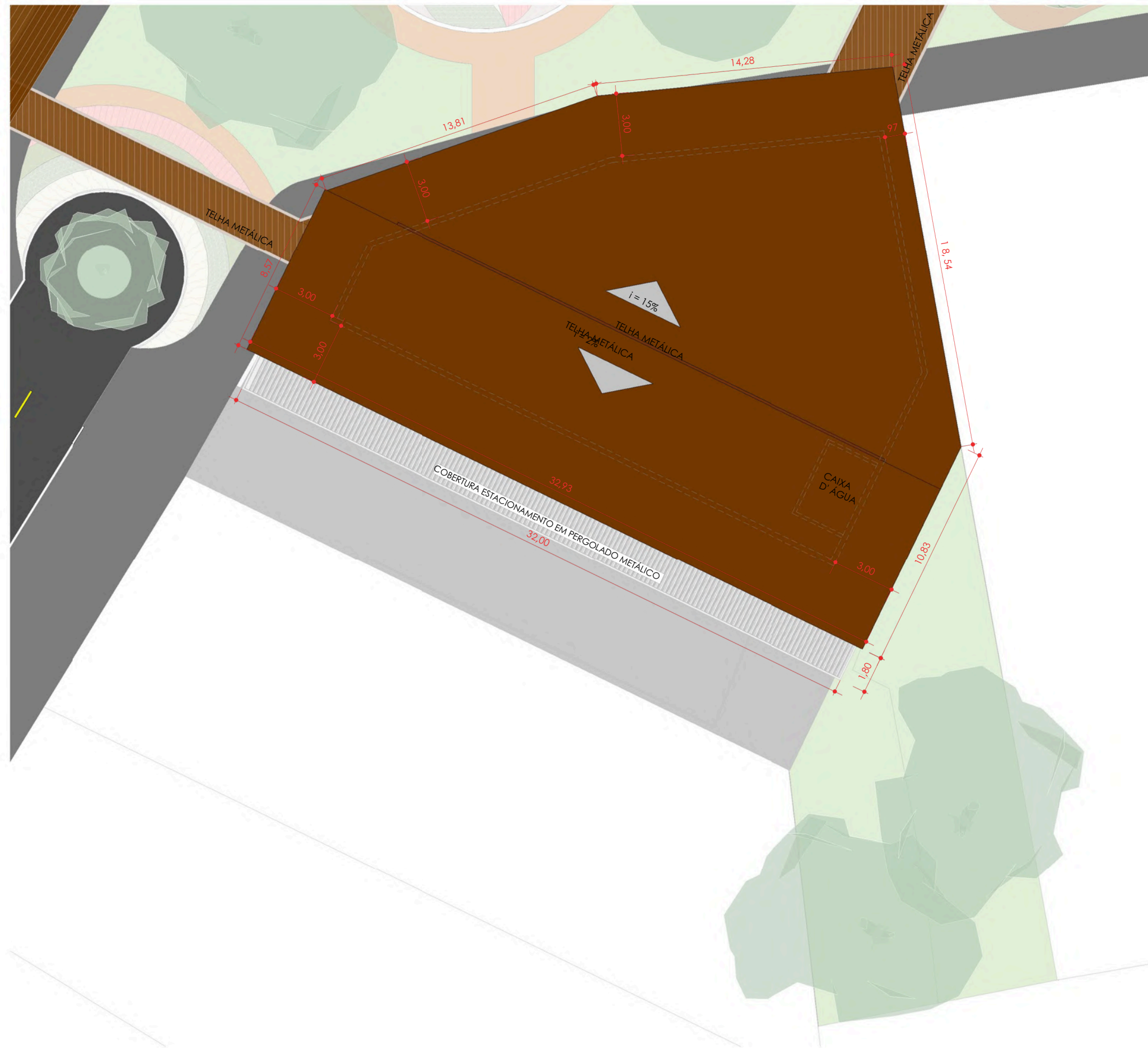


4.3 plantas

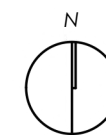


SUBPREFEITURA - COBERTURA
ESC: 1 : 200

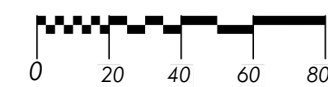


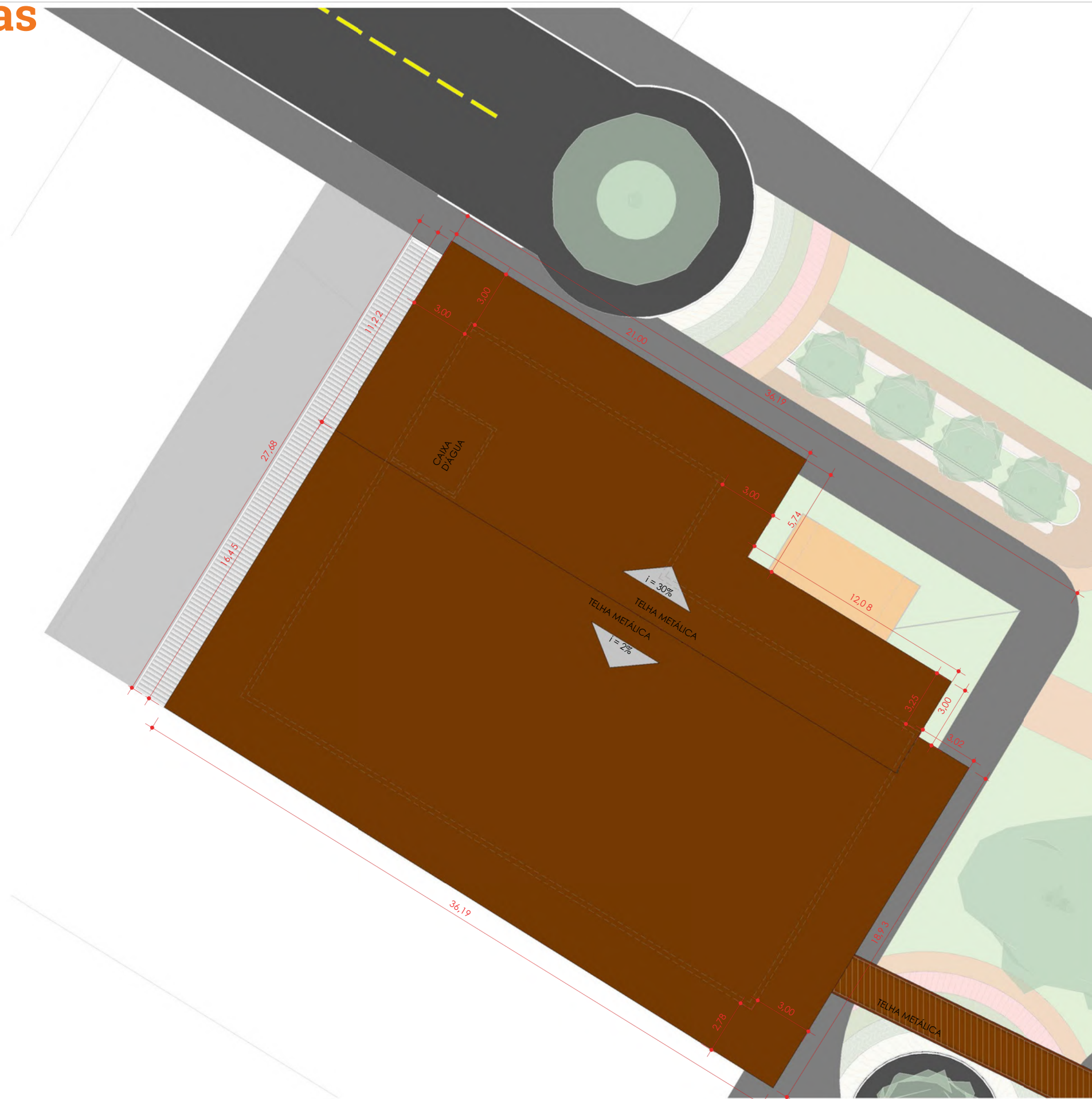


CULTURAL - COBERTURA
ESC: 1 : 200

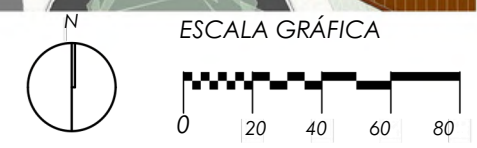


ESCALA GRÁFICA



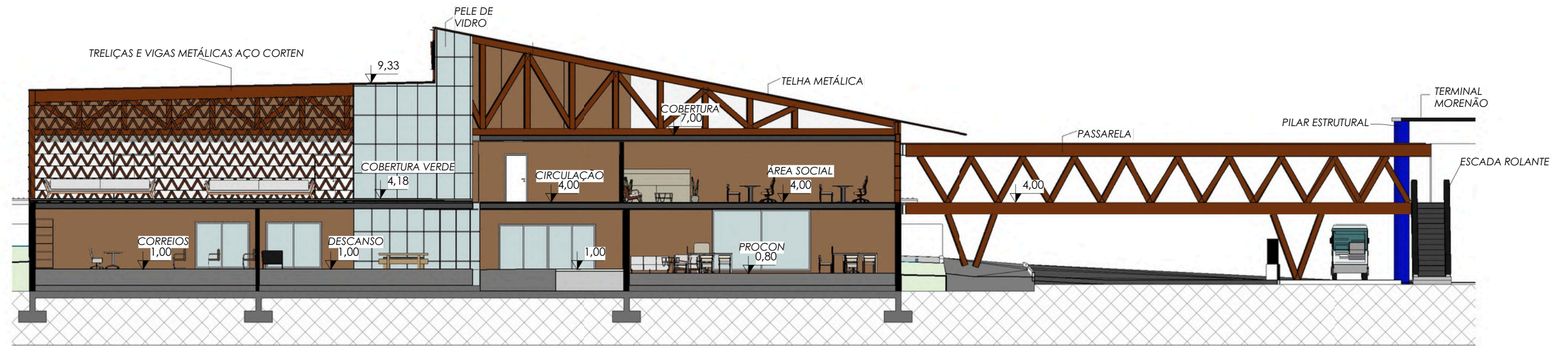


ESPORTIVO - COBERTURA
ESC: 1 : 200

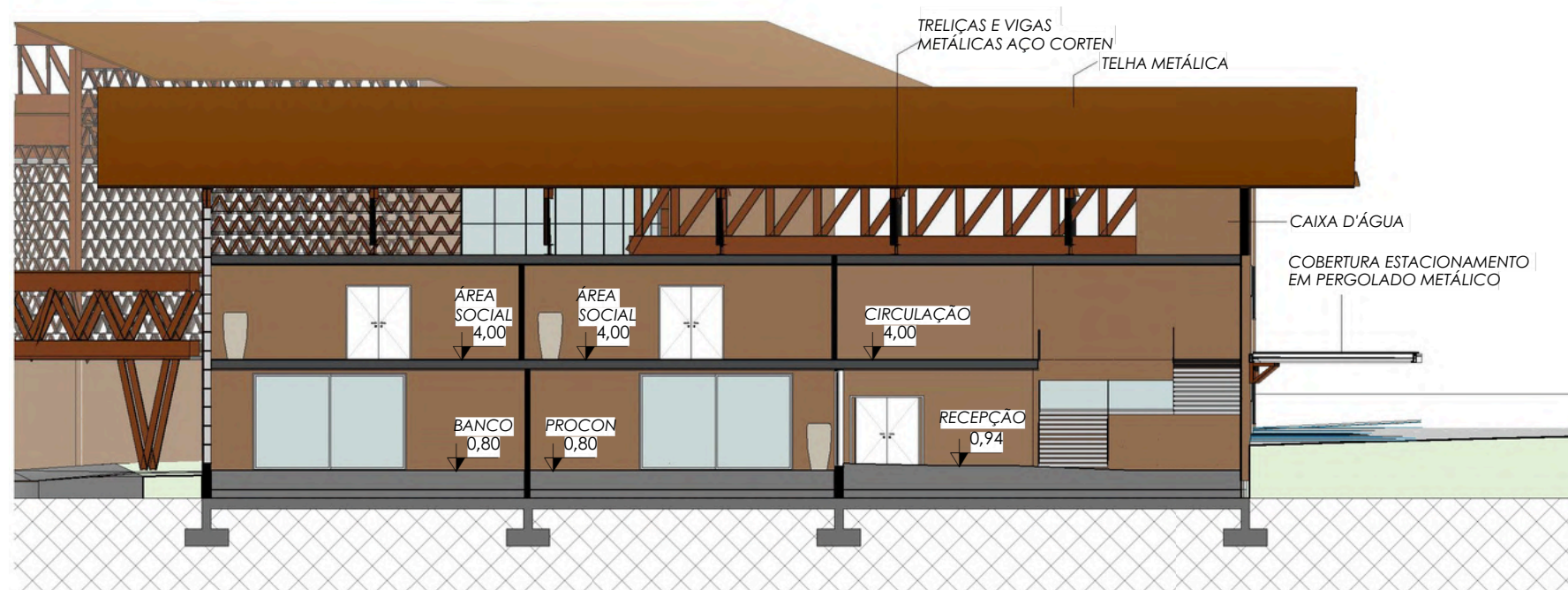
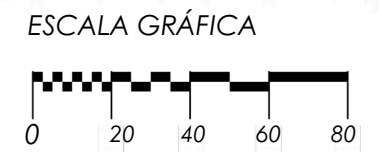


4.3

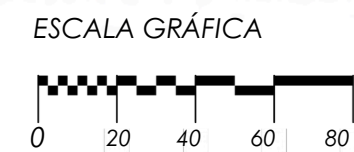
cortes



SUBPREFEITURA - CORTE AA
ESC: 1 : 200

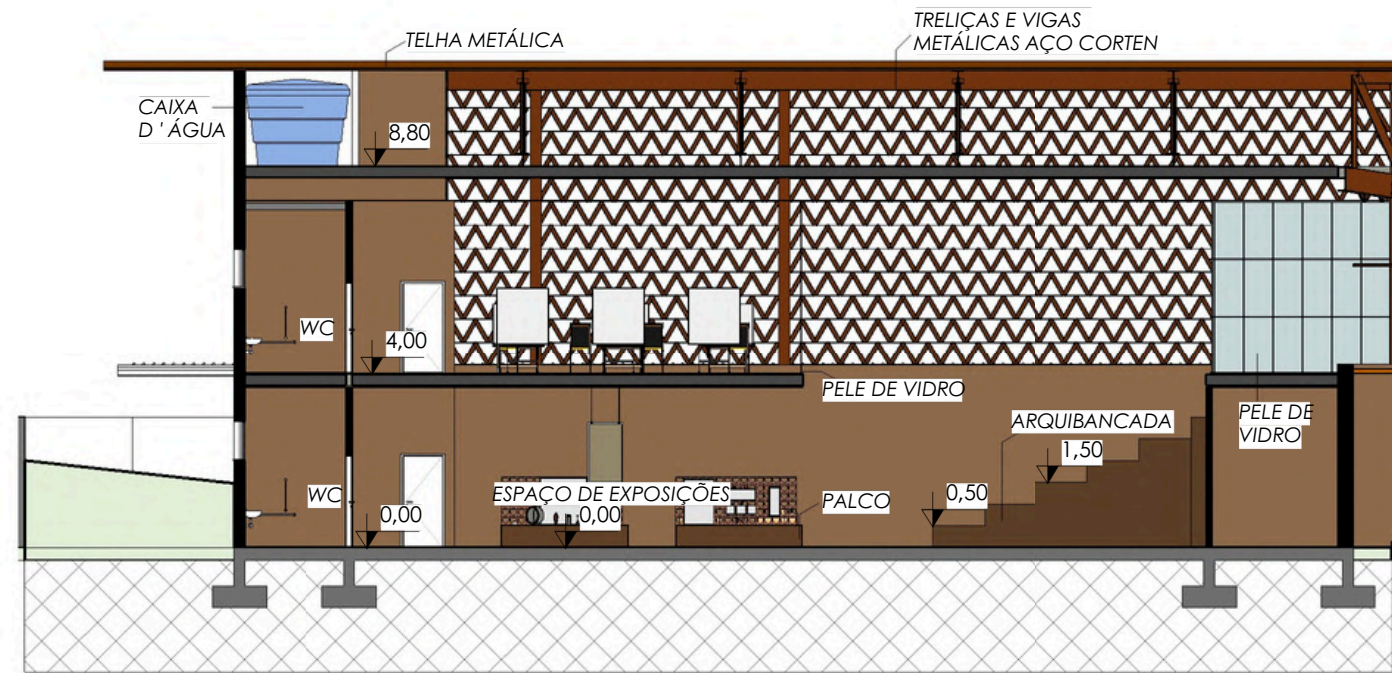


SUBPREFEITURA - CORTE BB
ESC: 1 : 200



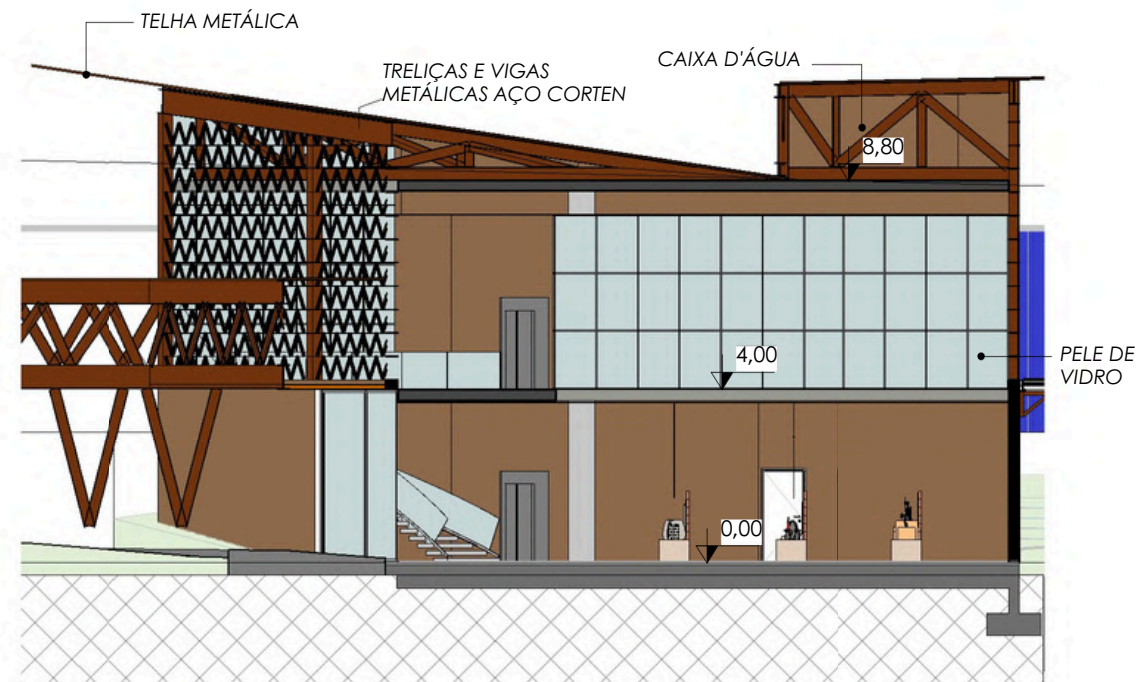
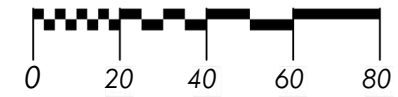
4.3

cortes



CULTURAL - CORTE CC
ESC: 1 : 200

ESCALA GRÁFICA



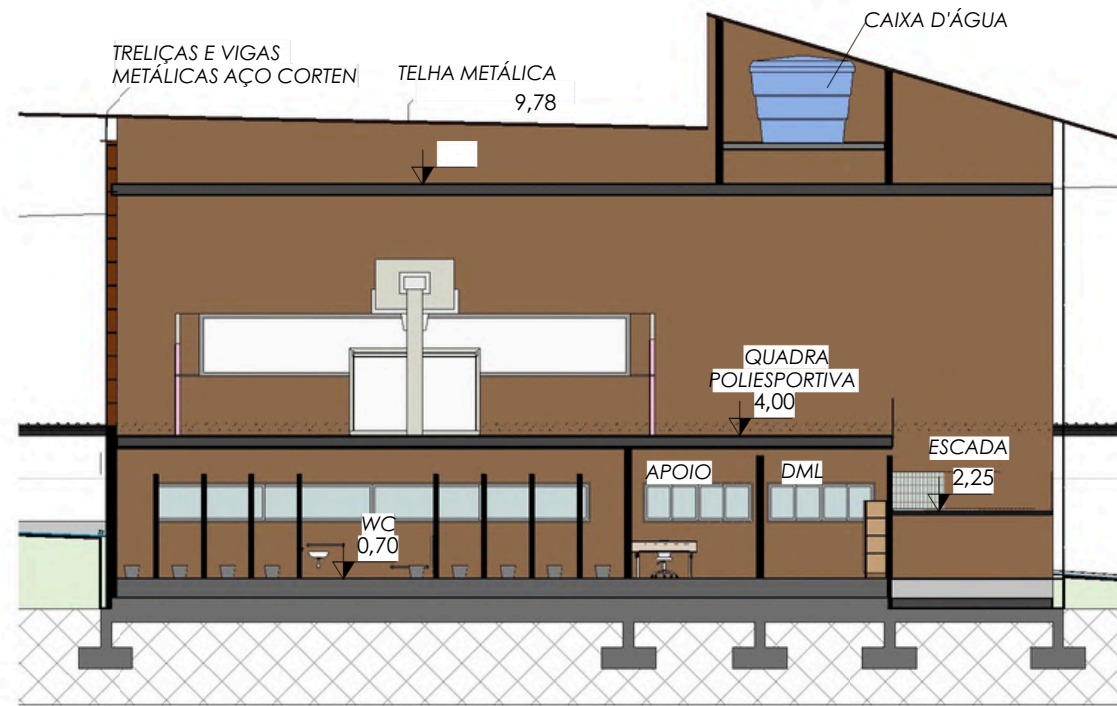
CULTURAL - CORTE DD
ESC: 1 : 200

ESCALA GRÁFICA



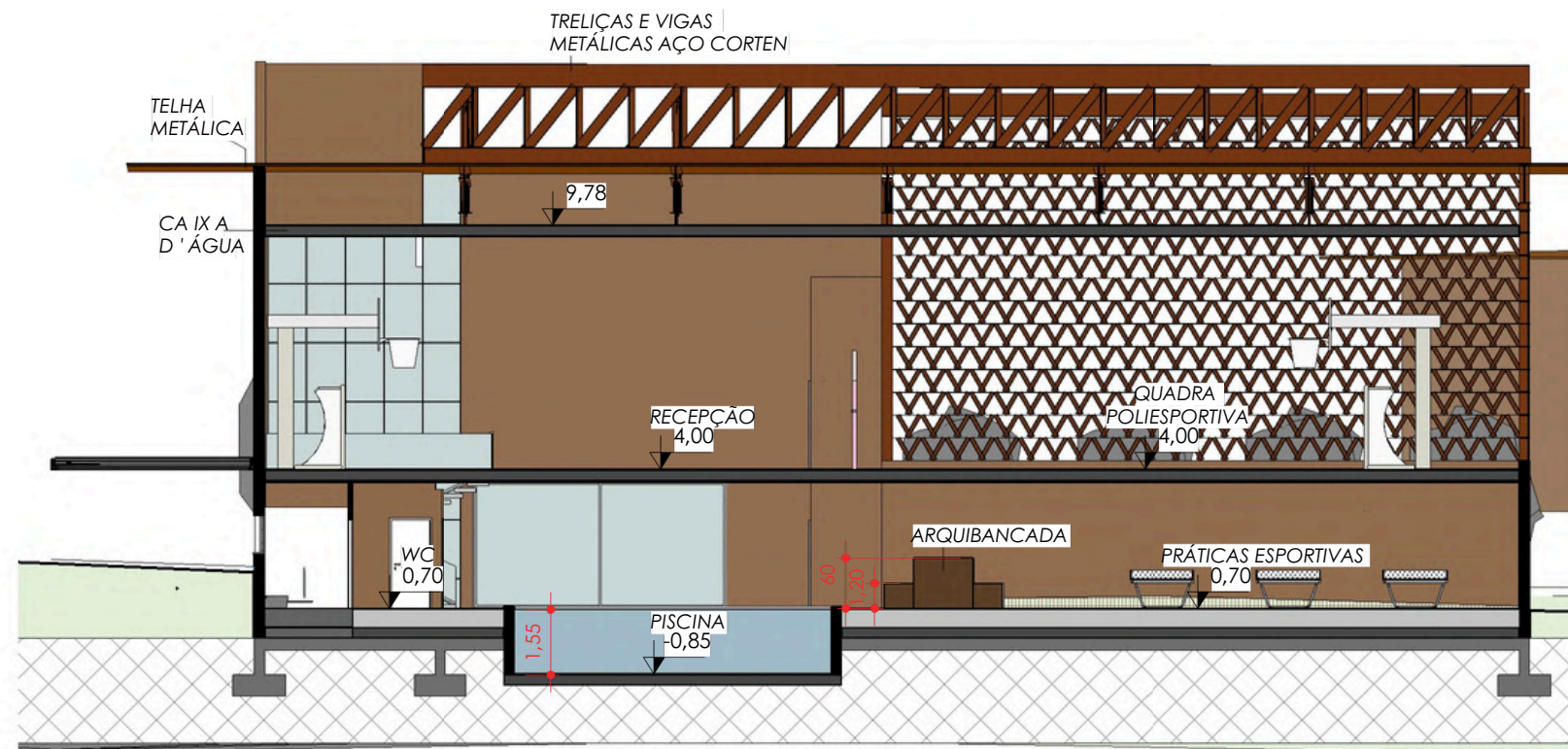
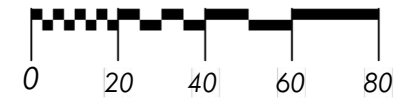
4.3

cortes



ESPORTIVO - CORTE EE
ESC: 1 : 200

ESCALA GRÁFICA



ESPORTIVO - CORTE FF
ESC: 1 : 200

ESCALA GRÁFICA

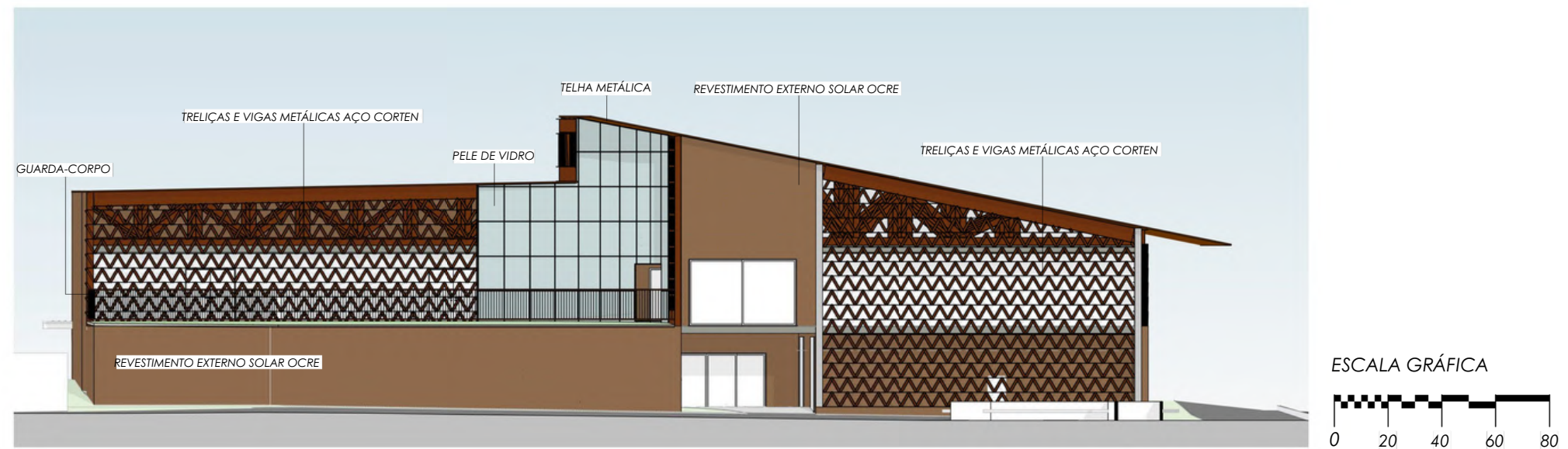


4.3

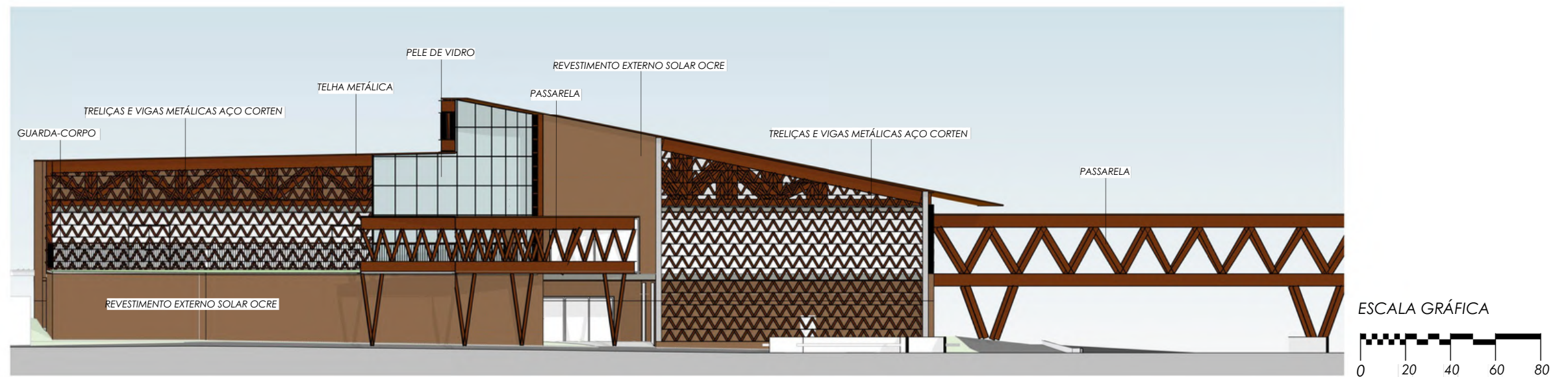
elevações



SUBPREFEITURA - FACHADA FRONTAL COM PASSARELA
ESC: 1 : 200

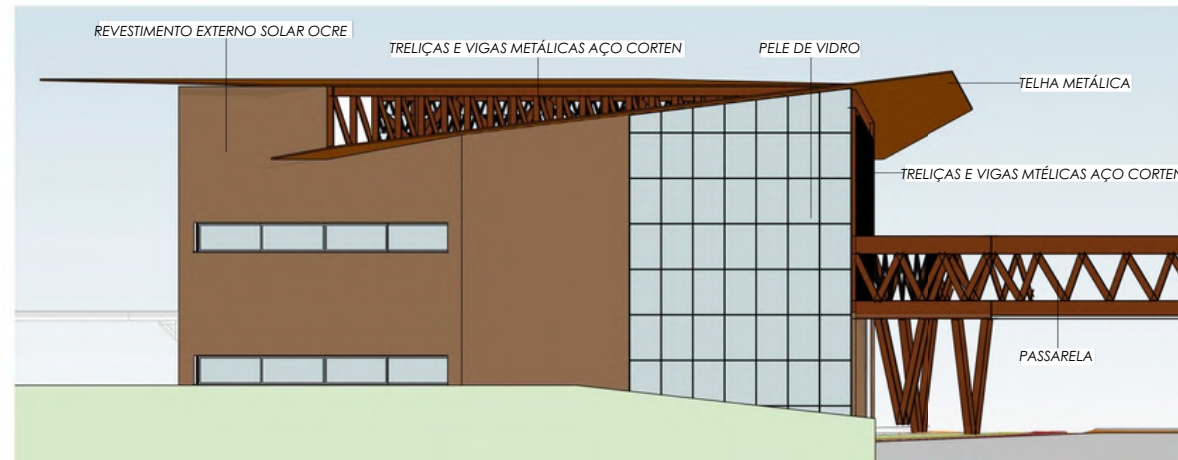


SUBPREFEITURA - FACHADA LATERAL
ESC: 1 : 200

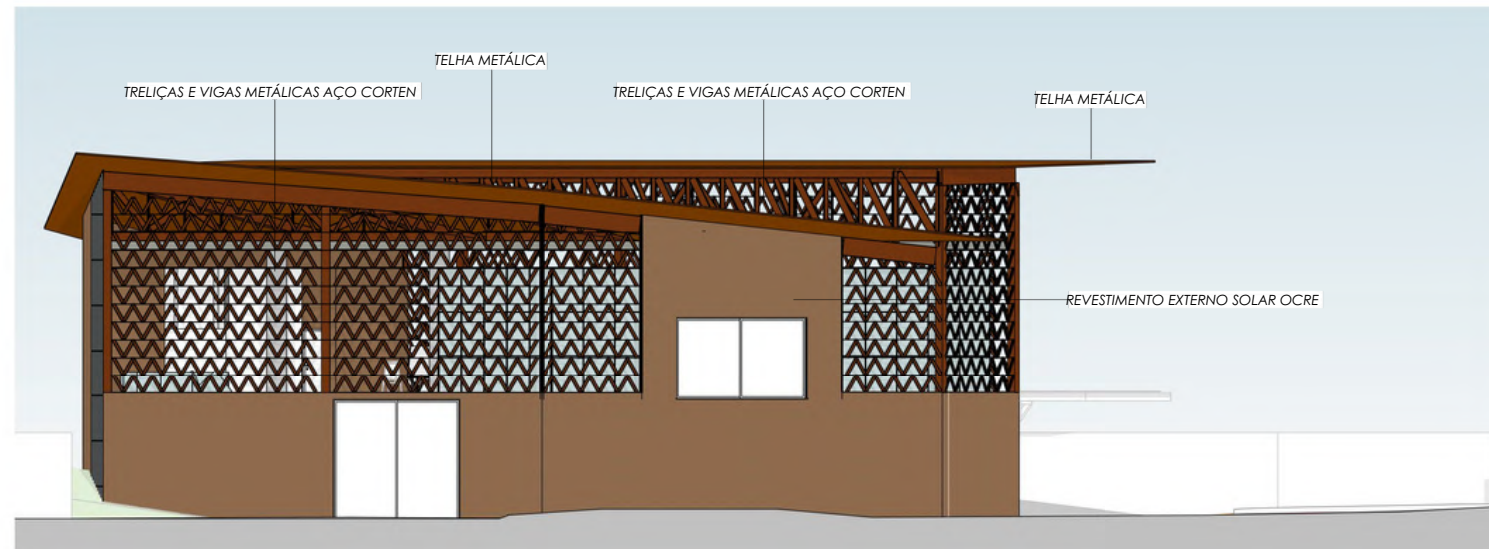


SUBPREFEITURA - FACHADA LATERAL COM PASSARELA
ESC: 1 : 200

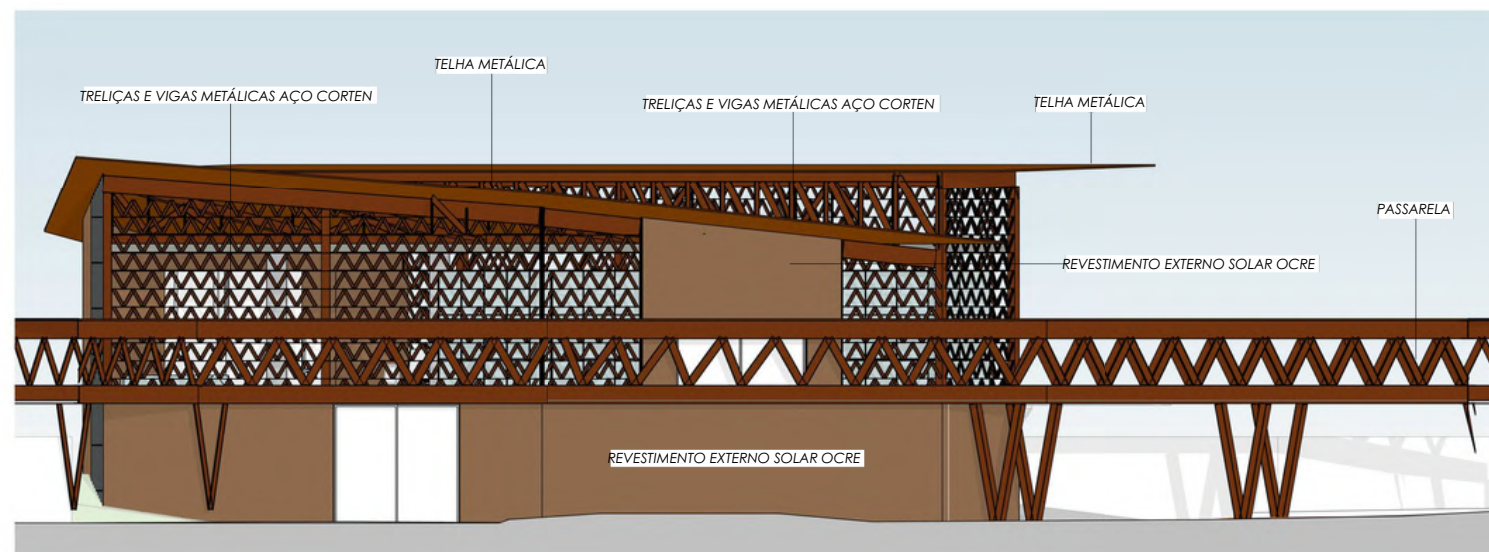
4.3 elevações



CULTURAL - FACHADA FRONTAL COM PASSARELA
ESC: 1 : 200



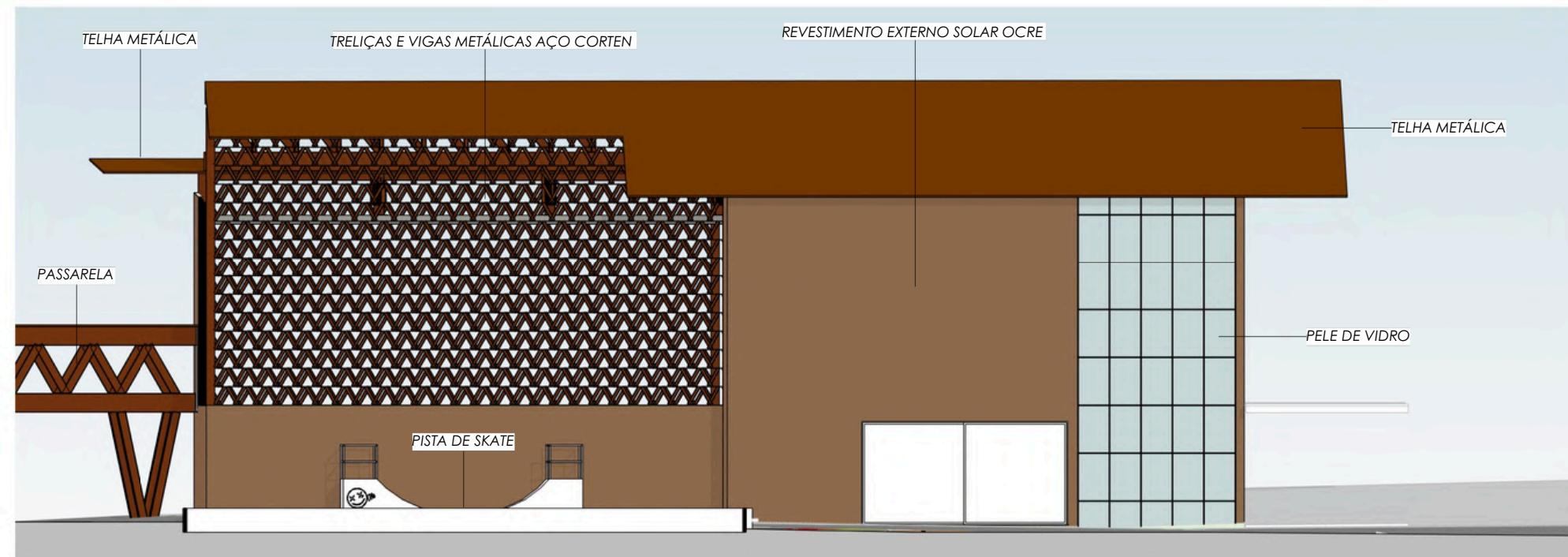
CULTURAL - FACHADA LATERAL
ESC: 1 : 200



CULTURAL - FACHADA LATERAL COM PASSARELA
ESC: 1 : 200

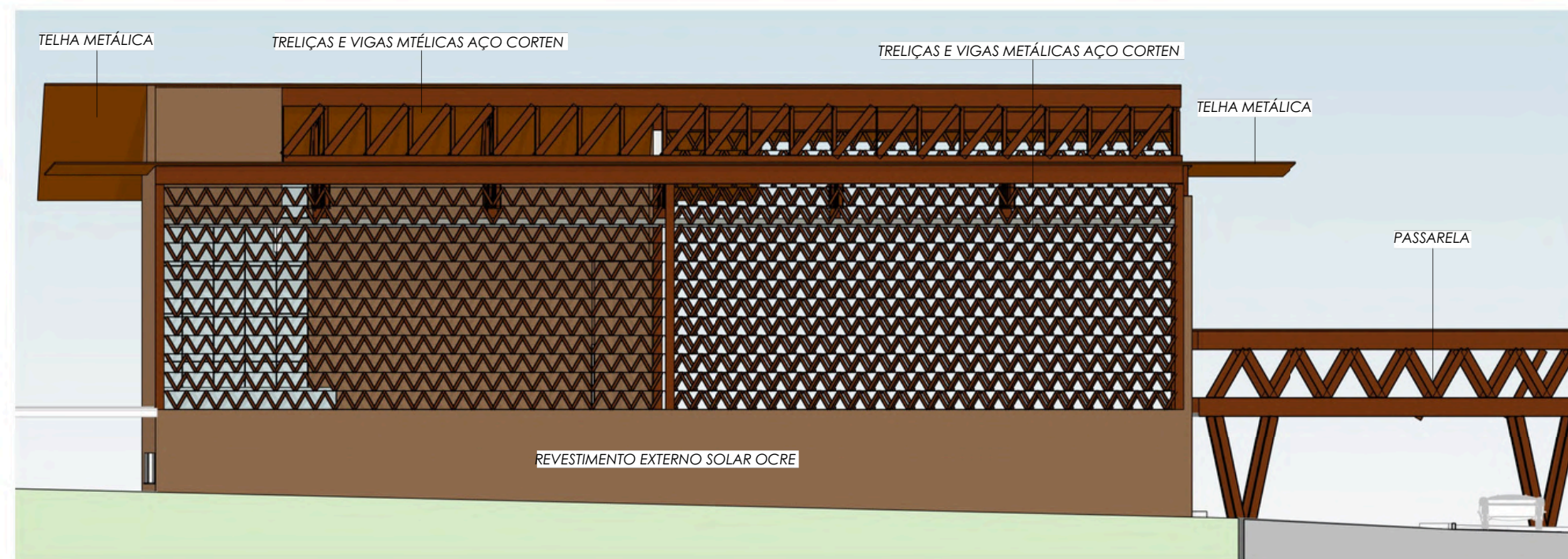
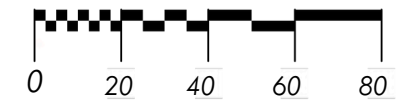
4.3

elevações



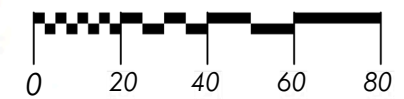
ESPORTIVO - FACHADA FRONTAL COM PASSARELA
ESC: 1 : 200

ESCALA GRÁFICA

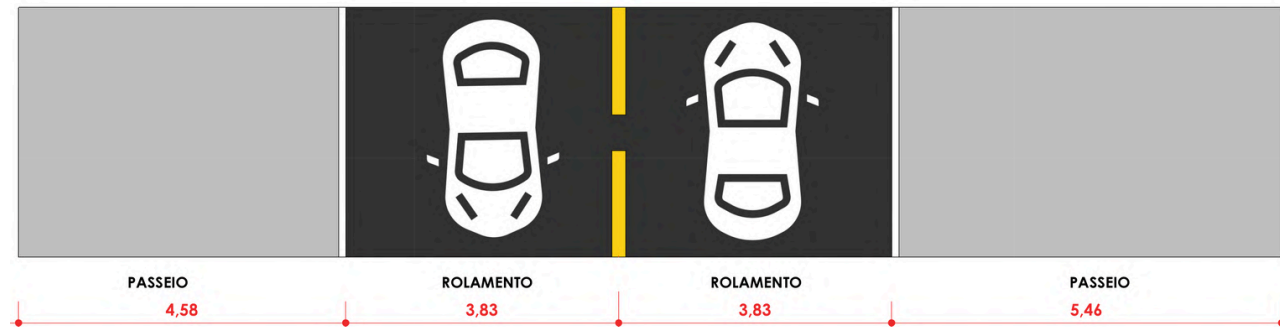
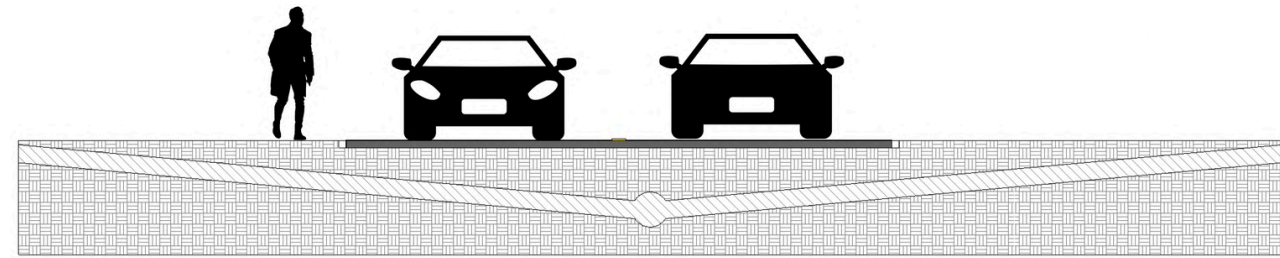


ESPORTIVO - FACHADA POSTERIOR COM PASSARELA
ESC: 1 : 200

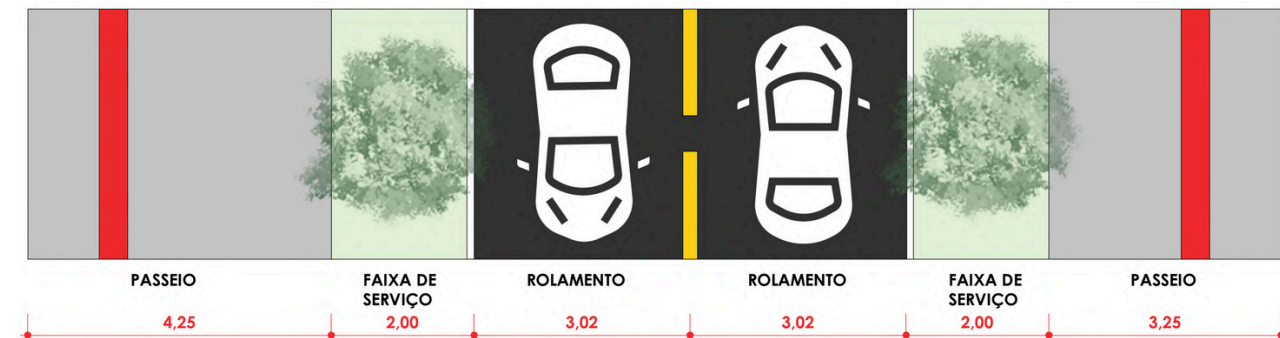
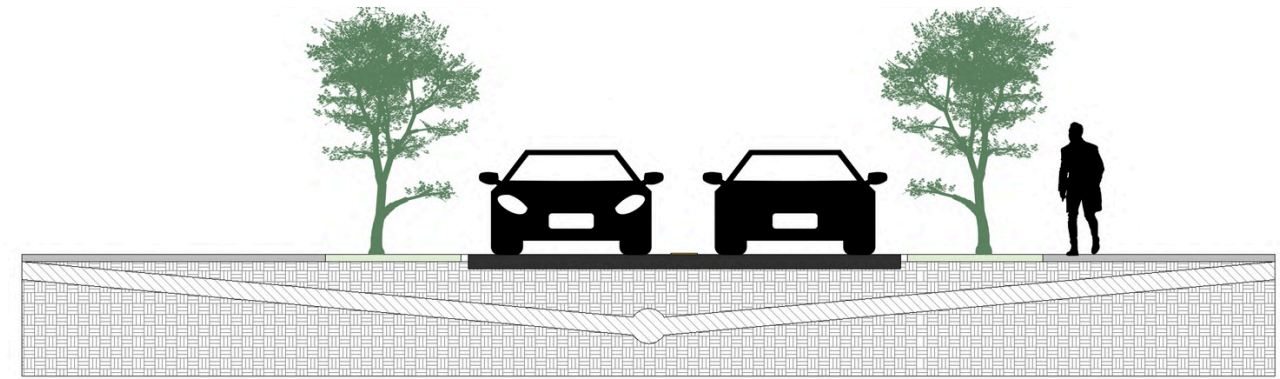
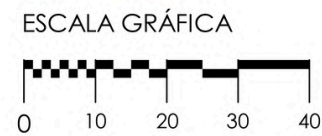
ESCALA GRÁFICA



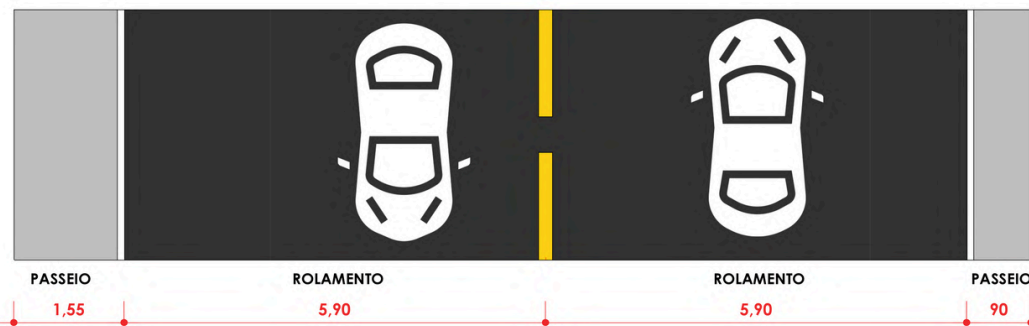
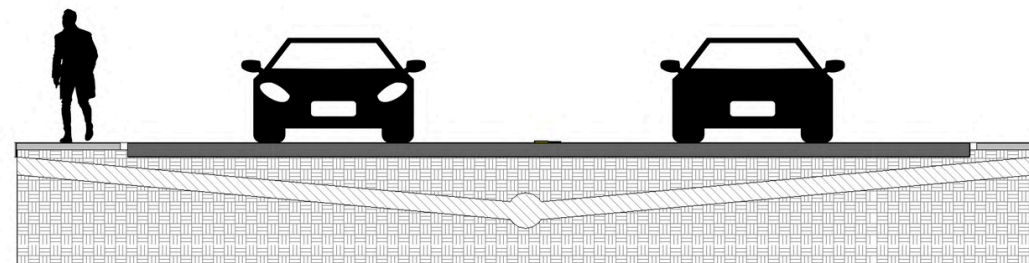
4.3.4 perfis viários



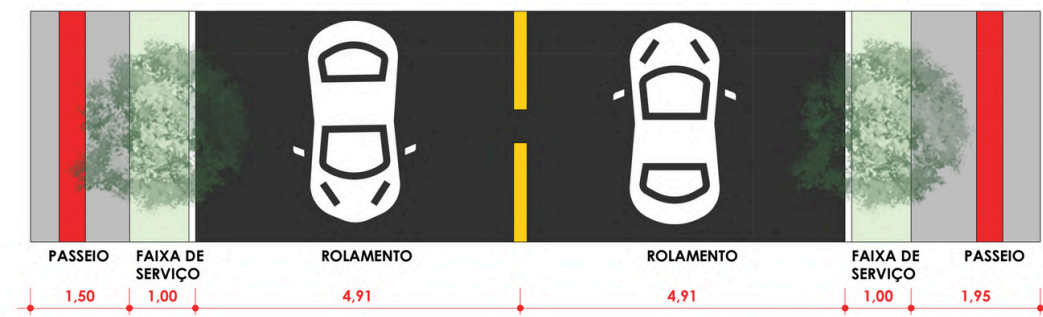
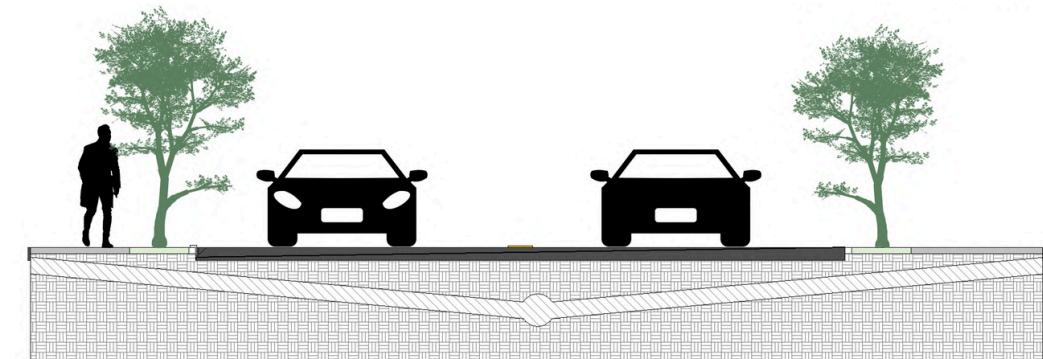
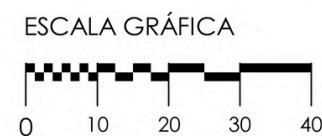
R. AMÉRICO CARLOS DA COSTA - ATUAL
ESCALA 1:100



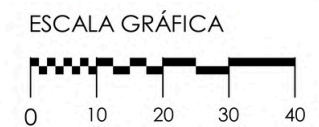
R. AMÉRICO CARLOS DA COSTA - PROPOSTA
ESCALA 1:100



AV. PROGRESSO - ATUAL
ESCALA 1:100



AV. PROGRESSO - PROPOSTA
ESCALA 1:100



4.3.4
volumetria



Perspectiva Externa



Perspectiva Externa



Perspectiva Externa



Perspectiva Externa



Perspectiva Externa



Perspectiva Externa



Perspectiva Externa



Perspectiva Externa



Perspectiva Externa



Perspectiva Externa



Perspectiva Externa





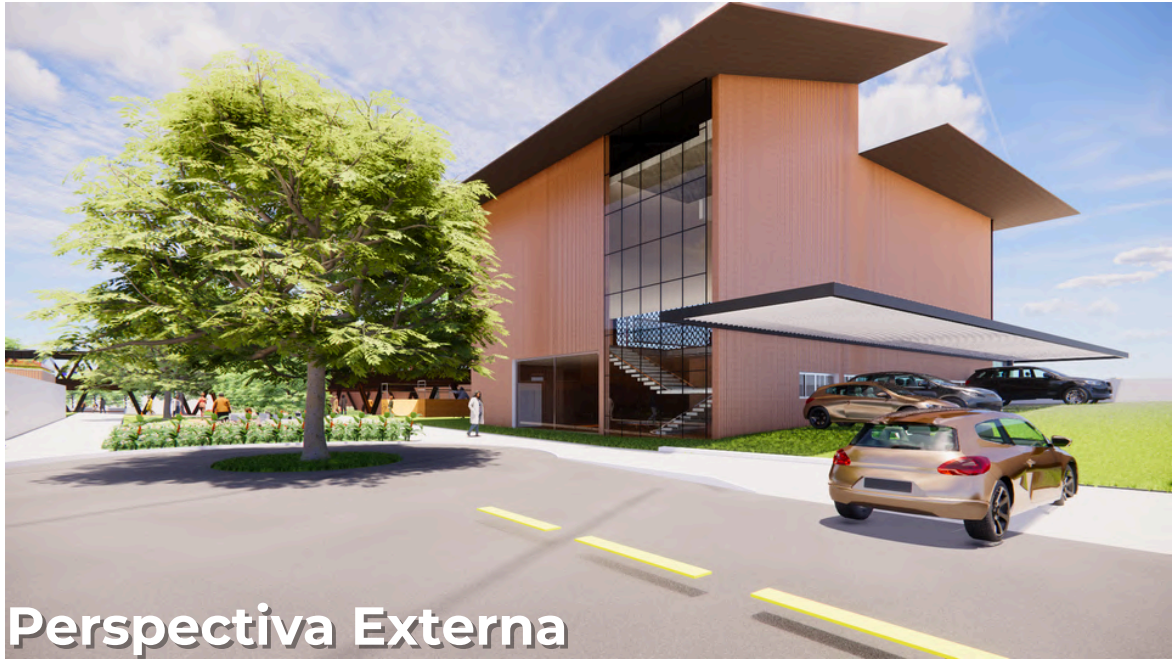
Perspectiva Externa



Perspectiva Externa



Perspectiva Externa



Perspectiva Externa



Perspectiva Externa



Perspectiva Externa



Perspectiva Externa



Perspectiva Int. Cultural



Perspectiva Int. Subprefeitura



Perspectiva Int. Prefeitura





Perspectiva Int. Esportes

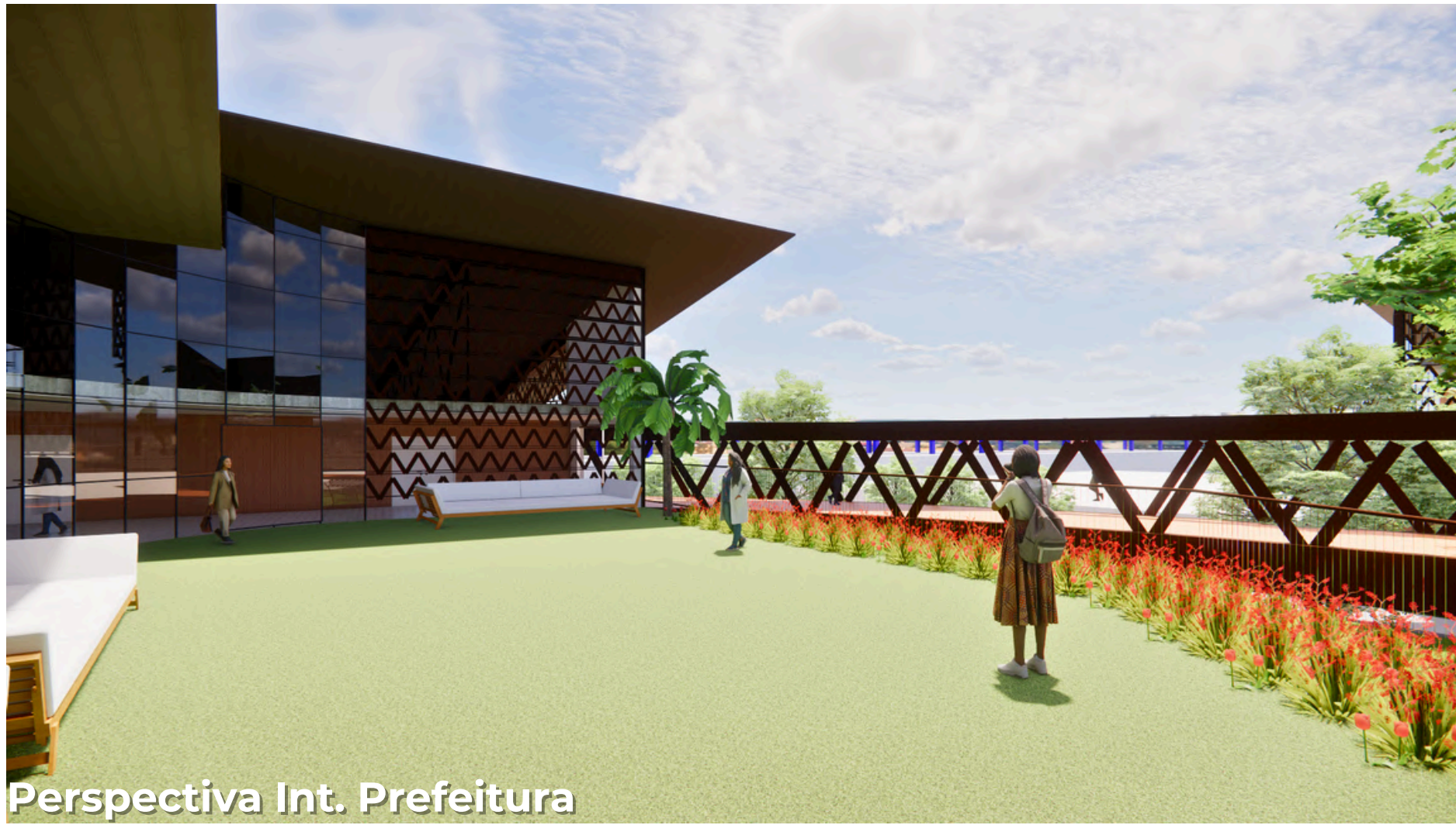


Perspectiva Int. Esportes





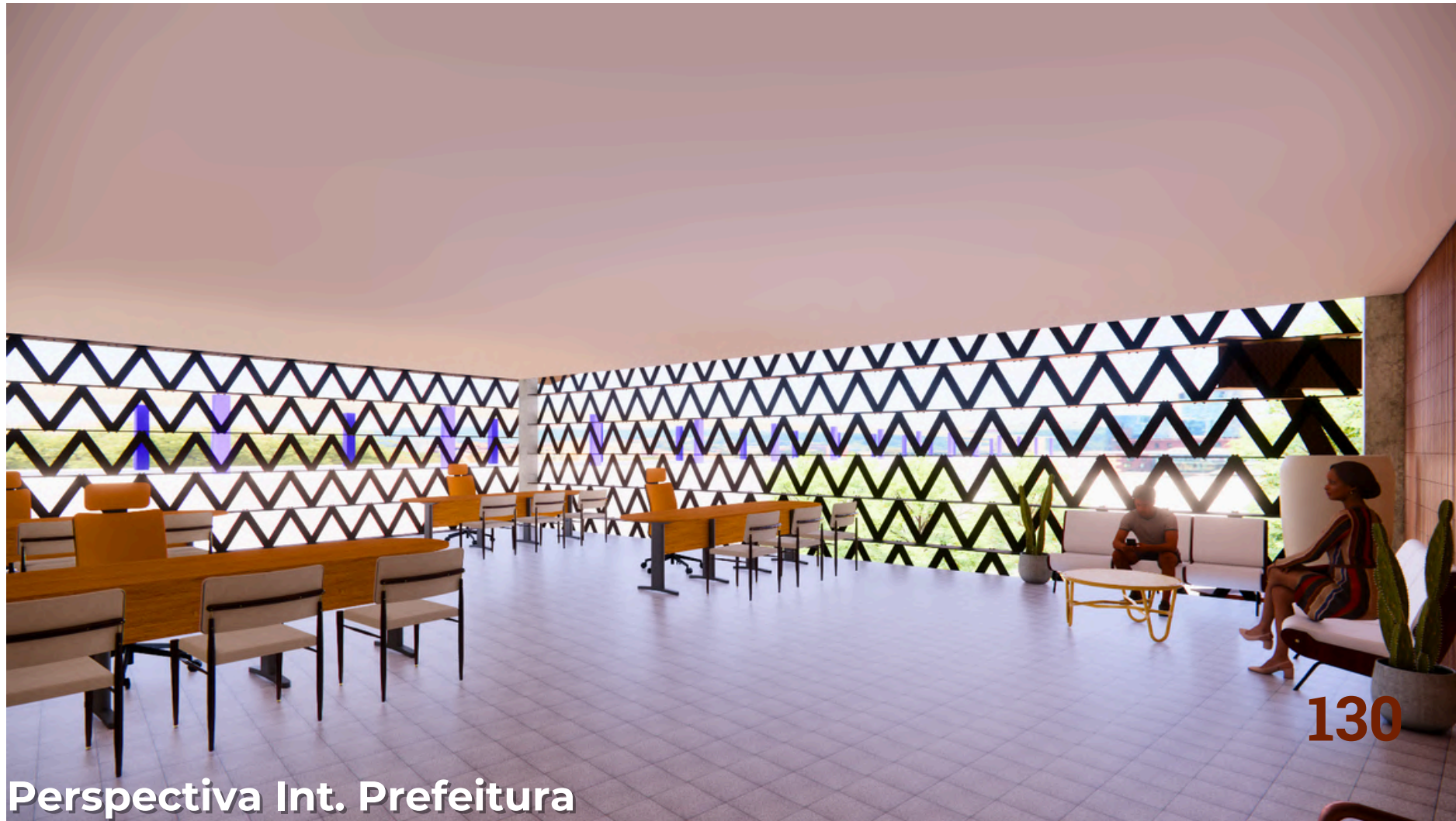
Perspectiva Int. Prefeitura



Perspectiva Int. Prefeitura



Perspectiva Int. Cultural



Perspectiva Int. Prefeitura



Perspectiva Int. Cultural



Perspectiva Externa



Perspectiva Externa



Perspectiva Externa



Perspectiva Externa



Perspectiva Externa

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou abordar o conceito de centralidades periféricas, explorando o direito à cidade em áreas não centrais, com foco em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Ao longo da pesquisa, constatou-se que a distribuição espacial de recursos urbanos reflete diretamente a segregação socioespacial, resultando em áreas periféricas desprovidas de serviços e infraestrutura adequada, o que limita a qualidade de vida dos moradores e restringe o seu acesso a direitos fundamentais.

A análise dos estudos de caso e a compreensão do urbanismo social trouxeram à tona a importância de repensar o planejamento urbano, de forma a integrar as áreas periféricas e fornecer a elas os mesmos benefícios encontrados em regiões

centrais. A implementação de centralidades nesses espaços emerge como uma solução viável para promover uma cidade mais inclusiva e democrática, onde o direito à cidade seja garantido a todos os seus habitantes, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica.

Dessa forma, é possível concluir que o planejamento urbano que visa promover o adensamento populacional e a diversificação de usos em áreas periféricas pode gerar efeitos positivos não apenas na infraestrutura física, mas também no fortalecimento do senso de pertencimento da população, reduzindo as desigualdades e promovendo maior equidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBIERI, Lucimara. **Centralidade e centro urbano: uma proposição conceitual e analítica para Palmas-TO**. 2020.

ANEXO 4 - MAPA DAS REGIÕES URBANAS E BAIRROS. Disponível em: <<https://prefcg-repositorio.campogrande.ms.gov.br/wp-cdn/uploads/sites/18/2017/12/ANEXO-4.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2024.

ARQUIVO. **#CG119: Primeiro mapa de Campo Grande mostra delineado e revela os antigos nomes de ruas**. Disponível em: <<https://midiamax.uol.com.br/midiamais/2018/cg119-primeiro-mapa-de-campo-grande-mostra-delineado-e-revela-os-antigos-nomes-de-ruas/>>.

ARCA, Campo Grande, MS: **Arquivo histórico de Campo Grande**, n.9, 2003.

BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida. **El espacio público: ciudad y ciudadanía**. 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CAMPO GRANDE (MS). Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande**. Campo Grande, MS: Prefeitura Municipal, 2018.

Campo no coração de Paraisópolis cria oportunidade para jovens - 26/12/2019 - Esporte - Folha. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/12/campo-no-coracao-de-paraisopolis-cria-oportunidade-para-jovens.shtml>>. 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri et al. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

COSTA, Mauricio José Fraga et al. **Urbanismo social inclusivo como mecanismo de enfrentamento da criminalidade: reminiscências da Escola de Chicago, o modelo Medellín e as intervenções urbanísticas da Operação Cidade Segura em São Luís**. 2019.

Compaz Paulo Freire abre as portas para o Recife. Disponível em: <<https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/02/03/2024/compaz-paulo-freire-abre-portas-para-o-recife-0>>. 2024.

DE OLIVEIRA, LINA YULE QUEIROZ. **A DIMENSÃO HUMANA NO ESPAÇO URBANO: A ÁREA CENTRAL DE CAMPO GRANDE, MS**.

DO INSAPER, L. A. F. D. E. C. **GUIA DE URBANISMO SOCIAL**. Disponível em: <https://diagonal.social/wp-content/uploads/2023/05/GuiaUS_Revisao02_FINAL_DIAGONAL_R3.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

ECHEVERRI, Alejandro. **Urbanismo social: uma estratégia de intervenção urbana em territórios vulneráveis**. Palestra proferida pela universidade Insper, jul. 2020. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/agenda-de-eventos/urbanismo-social-umaestrategia-de-intervencao-urbana-em-territorios-vulneraveis/>>. Acesso em: 28 mar2024.

FARR, Douglas. **Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

FRACALOSSI, I. **UVA El Paraíso / EDU - Empresa de Desarrollo Urbano de Medellín**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/788974/uva-el-paraiso-edu-empresa-de-desarrollo-urbano-de-medellin>>. Acesso em: 10 out. 2024.

FRANÇA, V. **Viver com dignidade: urbanismo social ganha espaço no Brasil**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/comportamento/viver-com-dignidade-urbanismo-social-ganha-espaco-no-brasil>>. 2023.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GRUPO ADAPTA / AGÊNCIA DE MARKETING DIGITAL et al. **Prefeitura do Recife inicia construção do Compaz no Pina**. Disponível em: <<https://www.cbnrecife.com/artigo/prefeitura-do-recife-inicia-construcao-do-compaz-no-pina>>. 2022.

GOIÂNIA, D. E. Plano Diretor de Goiânia. **Minuta de Lei Complementar**, 2008.

GOV. **CIC**. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/cic-administracao-regional/85>>. Acesso em: 10 out. 2024c.

GIST, Noel P.; HALBERT, L. A. **Urban Society**. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1938, 6.ed. 724 p. Primeira edição em 1933.

HARRIS, Chauncy D.; ULLMAN, Edward L. **The nature of cities**. *American Academy of Political and Social Science*, Philadelphia, v.242. p. 7-17, nov. 1945.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOYT, Homer. **The structure and growth of residential neighborhoods in American cities.** Washington D.C.: Government Printing Office/Federal Housing Administration, 1939.

HISTÓRIA, C. **Revolução Industrial: uma bibliografia comentada. Café História,** 29 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/revolucao-industrial-comentada/>>.

ISSA/ BBENTO, M. A. **Fácil – Central de Atendimento ao Cidadão.** Disponível em: <<https://www.sad.ms.gov.br/rede-facil/>>. Acesso em: 10 out. 2024.

IPHAN 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/RelatorioIPHA N2014_final.pdf>.

INTERIORES, R. W. A. A.; COMPLETO, V. M. P. **PRANCHETA DE ARQUITETO.** Disponível em: <<https://pranchetadearquiteto.blogspot.com/2017/10/proj-biblioteca-biblioteca-parque.html>>. 2017.

LEFEBVRE, Henri et al. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LONDON, ALEXANDRA TIEMI MISE et al. **BIBLIOTECA PARQUE PARA A CIDADE DE CAMPO GRANDE-MS.** 2021.

MATTOS, Eliane Fraulob et al. **SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CAMPO GRANDE: objeto de intervenção urbana.** 2021.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** 2 ed. São Paulo: LECH, 1981.

OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino de. **Campo Grande e a rua 14 de Julho: tempo, espaço e sociedade.**-. 2003.

PINTOS, P. **Centro Comunitário Pilares Azcapotzalco / WORKac + IUA Ignacio Urquiza Arquitectos.** Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/1012317/centro-comunitario-pilares-azcapotzalco-workac-plus-iua-ignacio-urquiza-arquitectos>>. Acesso em: 10 out. 2024.

Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <<https://capital.sp.gov.br/>>. Acesso em: 12 out. 2024.

Prefeitura de Curitiba. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/>>.

QGIS Development Team. QGIS Geographic Information System. Open Source Geospatial Foundation. Disponível em:

Revolução Industrial. Disponível em: <<https://historiandonanet07.wordpress.com/2015/09/09/revolucao-industrial>>. 2012.

REZENDE, Elaine Paganotti. **A DESCENTRALIZAÇÃO DO COMÉRCIO TERCIÁRIO EM CAMPO GRANDE/MS.** 2022.

SALAZAR, Bernardo Pérez. **Lecciones de gobernabilidad desde el urbanismo social de montaña: estudio de caso de la intervención en la quebrada Juan Bobo y el surgimiento del sector Nuevo Sol de Oriente en Medellín, Colombia.** Colômbia: Mímeo, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/38012491/LECCIONES_DE_GOBERNABILIDAD_DESDE_EL_URBANISMO_SOCIAL_DE_MONTA%C3%91A>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SABOYA, R. **Urbanidades.** Disponível em: <<https://urbanidades.arq.br/2008/02/28/as-origens-do-planejamento-urbano/>>. 2008.

Secretarias - Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS. Disponível em: <<https://www.prefeituradecampogrande.org/secretarias-prefeitura-de-campo-grande/>>. Acesso em: 10 out. 2024.

SISGRAN MAPAS. Disponível em: <<https://sisgranmaps.campogrande.ms.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2024.

SOBARZO, Oscar; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Urbanizaciones cerradas: reflexiones y desafíos.** Ciudades, Puebla (México), Red Nacional de Investigación Urbana, n. 59, p. 37- 43, jul.-sept. 2003.

SOBARZO, Oscar. **A produção do espaço público: da dominação à apropriação.** GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 10, n. 2, p. 93-111, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Prefeitura de Curitiba. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/>>.

SOUZA, M. FILHO, G. arquitextos 202.00 história: **Refletindo sobre o marketing urbano.** Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.202/6480>>. 2017.

SPOSITO, M. E. B. **Segregação Sócio Espacial e centralidade urbana.** IN VASCONCELOS, P de A. CÔRREA, R. L & PINTAUDI, S. M. A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo. Contexto, 2013.

UrbVerde. Disponível em: <<https://urbverde.iau.usp.br/#/>>. Acesso em: 10 out. 2024.

UFSC. Disponível em: <https://via.ufsc.br/wp-content/uploads/2022/10/10_154308-1-scaled.jpg>. Acesso em: 10 out. 2024.

URBS. **RUAS DA CIDADANIA.** Disponível em: <<https://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/comunidade/equipamento/ruas-da-cidadania>>. Acesso em: 10 out. 2024b.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** Studio nobel, 1998.

WEINGARTNER, Gutemberg dos Santos. A **construção de um sistema: Os espaços livres públicos de recreação e de conservação em Campo Grande, MS.** 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.